

Estado de Goiás

Polícia Militar

Academia de Polícia Militar

Divisão de Ensino

Prevenção das Drogas Possibilidades

da Polícia Militar

Wagner Paulo de Oliveira

Mauro Sales de Araujo

Goiânia - 1997

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIVISÃO DE ENSINO

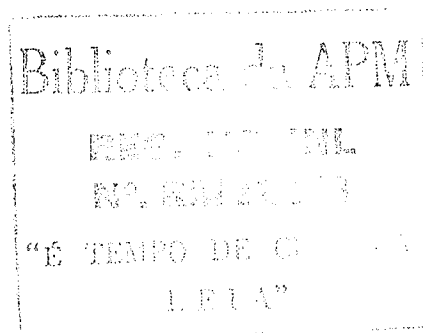
Estado de Goiás
POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

PREVENÇÃO DAS DROGAS - POSSIBILIDADES DA
POLÍCIA MILITAR

OFICIAIS-ALUNOS: CAP PMGO WAGNER PAULO DE OLIVEIRA
CAP PMGO MAURO SALES DE ARAÚJO

MONOGRAFIA - CAO/97

Goiânia-Go - 1997



X

CAP PMGO WAGNER PAULO DE OLIVEIRA
CAP PMGO MAURO SALES DE ARAÚJO

PREVENÇÃO DAS DROGAS
- POSSIBILIDADES DA PM -

Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás
Goiânia - 1997

/

CAP PMGO WAGNER PAULO DE OLIVEIRA
CAP PMGO MAURO SALES DE ARAÚJO

PREVENÇÃO DAS DROGAS - POSSIBILIDADES DA
POLÍCIA MILITAR

Monografia apresentada como requisito
para a conclusão do Curso de Aperfei-
çoamento de Oficiais, da Academia de
Polícia Militar do Estado de Goiás, sob
a orientação do MAJ PM Lorival Ca-
margo.

Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás

Goiânia - 1997

PENSAMENTO

A pessoa que avança não é aquela que tem medo de fazer demais; é aquela cuja consciência não lhe permite fazer pouco e que deseja dar o melhor de si, ainda que, às vezes, pareça estar “jogando pão em águas que não voltarão”. (B. C. Forbes)

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Todo Poderoso, por estar conosco em todos os embates que a jornada humana nos impõe, por todas as vitórias alcançadas, todas alegrias e também pelas dificuldades, pois a partir delas também aprendemos a confiar mais em sua graça.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao Sr Major PM Lorival Camargo, DD Sub Comandante da APM/GO, pela orientação na elaboração ^{desta} monografia.

Ao Dr Jamil Issy, toxicologista e autor do livro DROGAS: CAUSAS - EFEITOS - PREVENÇÃO, pela colaboração e sugestões na elaboração ^{desta} monografia.

À Dr^a Nancy Ribeiro de Araújo, ^{e Silva} professora de ^M metodologia científica, que muito contribuiu para ^{este} trabalho.

Aos nossos amigos do CAO e a todos que colaboraram diretamente ou indiretamente para a elaboração ^{deste} trabalho.

SUMÁRIO

Arquivo do Curso
PRESENA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
1. Contextualizando as Drogas	
1.1. As Drogas e o Homem	15
1.2. Por que as Pessoas Usam Drogas?	23
1.3. Conhecendo Melhor as Drogas	27
1.4. As Drogas mais Usadas no País	37
1.5. Aspectos Legais	48
CAPÍTULO II	
2. Formas de Atuação do Estado ao Uso das Drogas	
2.1. Prevenção/Tratamento	52
2.2. Repressão	54
2.3. Fiscalização	55
CAPÍTULO III	
3. A Atuação da Polícia Militar na Prevenção ao Uso Indevido das Drogas	
3.1. Considerações Gerais	57
3.2. A missão Institucional	60
3.3. A Prevenção como Missão Operacional	66
CAPÍTULO IV	
4. Possibilidades de Atuação Preventiva ao Uso Indevido de Drogas	
4.1. Possibilidade Jurídico/Legal	77

✓

4.2. Possibilidade Social 83

4.3. Possibilidade de Recursos Humanos 85

4.4. Possibilidade Material 87

CAPÍTULO 5

Programas Preventivos ao Uso Indevido de Drogas

5.1. Considerações Preliminares 89

5.2. Executado pela Polícia Militar 90

5.2.1. PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) 90

5.3. Executado pela Polícia Civil 100

5.3.1. Projeto Escola Sem Drogas 100

5.4. Executado pelo Exército Brasileiro 102

5.4.1. Projeto Esperança 102

CAPÍTULO 6

Metodologia

6.1. Método Utilizado 105

6.2. Tipos de Pesquisas 105

6.3. População-Alvo 106

6.4. Amostras 106

6.5. Instrumentos 107

6.5.1. Questionários 107

6.5.2. Entrevistas 107

6.6. Procedimentos Utilizados para Operacionalização dos Questionários e das Entrevistas 108

CAPÍTULO 7

Síntese dos Resultados

7.1. Análise e Interpretação dos Questionários 109

7.1.1. Discussão dos Resultados 139

7.2. Análise e Interpretação das Entrevistas 155

Propostas 159

CONCLUSÃO 162

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 166

APÊNDICES → 170

ANEXOS
 APÊNDICE I - Questionários Utilizados na Pesquisa de Campo 171
 Anexo 1

APÊNDICE II - Impresso Explicativo
 APÊNDICE III - Transcrição na Íntegra das Entrevistas Realizadas 180
 Anexo 2

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Posição dos senhores comandantes de OPM responsáveis por área operacional dos atuais CPM/CPI em relação à frase: "Vossa Senhoria possui em sua OPM serviço de ronda escolar?" 110

GRÁFICO 2 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas de CPM/CPI em relação à frase: "Existe dispositivo legal que obrigue a Polícia Militar, como componente do Poder Público, a participar, não só da repressão, mas também da prevenção ao uso indevido de drogas?" 110

GRÁFICO 3 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas CPM/CPI em relação à frase: "A sua OPM possui algum programa preventivo ao uso indevido de drogas aplicado em escolas?" 111

GRÁFICO 4 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas CPM/CPI em relação à frase: "Como é feita a prevenção ao uso indevido de drogas na área de sua OPM?" 111

GRÁFICO 5 - Respostas obtidas junto aos Cmt de BTL das áreas CPM/CPI em relação à frase: "Vossa Senhoria já ouviu falar no PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), o qual é aplicado pela PM do Estado de São Paulo e também está sendo implantado na PMMS e PMRS?" 112

GRÁFICO 6 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas CPM/CPI em relação à frase: "Caso o conheça, se não o conhecer vir a conhecer, Vossa Senhoria gostaria que fosse aplicado nas escolas pertencentes à área de sua responsabilidade operacional? Explique." 112 } = 0 que?

GRÁFICO 7 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta: "A sua escola tem problemas com

ofertas de drogas aos alunos?" 113

GRÁFICO 8 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta: "Caso positivo, os professores estão preparados para passar informações úteis aos alunos, que os ensinem a resistir às pressões exercidas por usuários e traficantes de drogas?" 114

GRÁFICO 9 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta: "Seus alunos estão preparados para resistirem às pressões de colegas ou traficantes no sentido de experimentarem drogas?" 115

GRÁFICO 10 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta: "Como é feita atualmente a prevenção ao uso de drogas em sua escola?" 116

GRÁFICO 11 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta: "Você já ouviu falar no PROERD (Programa Educacional de Resistências às Drogas), o qual é aplicado em algumas escolas em São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul?" 117

GRÁFICO 12 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta: "Você gostaria de ter em sua escola um programa preventivo ^{que} ~~onde se~~ ensinasse ^{ao} ~~a~~ jovem a resistir às pressões exercidas pelas drogas, ^{no qual} ~~onde~~ ele aprendesse não só a resistir às pressões mas ^{também} como dizer não, de uma maneira definitiva e eficaz, aos colegas usuários e aos traficantes?" 118

GRÁFICO 13 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta: "Com relação a sua concepção de imagem da PM, como prestadora de serviço à comunidade, e também responsável pela prevenção ao uso indevido de drogas, a sua opinião é:" 119

GRÁFICO 14 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "A sua escola tem problemas com ofertas de drogas aos alunos?" 120

GRÁFICO 15 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Você conhece algo sobre drogas?" 121

GRÁFICO 16 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Nessa escola alguém já o

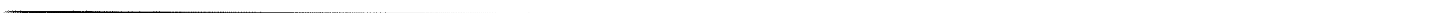
orientou sobre as drogas e seus malefícios?"	118
GRÁFICO 17 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Nessa escola existe algum programa sobre prevenção ao uso de drogas?"	119
GRÁFICO 18 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Seus pais conversam com você sobre drogas?"	119
GRÁFICO 19 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Você se sente seguro para dizer não às drogas?"	120
GRÁFICO 20 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Você já foi tentado/convidado a experimentar algum tipo de droga? Em caso afirmativo, qual?" ..	120
GRÁFICO 21 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Você sabia que álcool e cigarro são drogas? e perigosas?"	121
GRÁFICO 22 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "A prevenção das drogas lhe interessa?"	121
GRÁFICO 23 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Você é favorável à implantação de um programa preventivo ao uso de drogas nessa escola?" ...	122
GRÁFICO 24 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Qual a sua opinião sobre um policial (fardado ou não) falar sobre drogas, através de palestras, para você?"	122
GRÁFICO 25 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Você é dependente/viciado em drogas? Caso afirmativo, indique qual a droga."	124
GRÁFICO 26 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Você fuma?"	124
GRÁFICO 27 - Posição dos alunos quanto ao questionamento: "Faz uso de bebidas alcoólicas regularmente ou nos finais de semana?"	125
GRÁFICO 28 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Você conhece algo sobre drogas?"	125
GRÁFICO 29 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Você tem consciência do perigo das drogas?"	126
GRÁFICO 30 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Alguma pessoa já conversou com você sobre as drogas? Caso afirmativo, quem?"	126
GRÁFICO 31 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Você já experimentou algumas das drogas abaixo?"	127
GRÁFICO 32 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Você é dependente/viciado em alguma drogas? Em caso afirmativo, qual?"	129

- GRÁFICO 33 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Você conversa sobre drogas na sua família?" 129
- GRÁFICO 34 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "O que você acha da PM atuar na prevenção das drogas?" 129
- GRÁFICO 35 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Você acredita que esta também é uma obrigação da PM?" 130
- GRÁFICO 36 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Você, como policial, tem alguma formação sobre toxicomanias?" 131
- GRÁFICO 37 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Você acredita que no currículo dos cursos da PMGO deveria haver uma disciplina que tratasse abertamente do assunto toxicomania?" 131
- GRÁFICO 38 - Posição do público interno quanto ao questionamento: "Qual a sua opinião sobre a criação de um projeto de prevenção ao uso e abuso das drogas nas escolas, pela PMGO?" 132
- GRÁFICO 39 - Uso na vida de drogas psicotrópicas entre estudantes nas 10 capitais brasileiras, em porcentagem - dados expedidos em 1993. 134
- GRÁFICO 40 - Percentual dos alunos que consideram os itens abaixo como sendo drogas, num total de 666 estudantes entrevistados em 10 municípios no Estado do Rio de Janeiro, sendo 369 estudantes do grupo experimental (PROERD) e 297 estudantes do grupo controle (Não-PROERD). 135
- GRÁFICO 41 - Percentual dos alunos que consideram os itens abaixo como sendo drogas, num total de 666 estudantes entrevistados em 10 municípios no Estado do Rio de Janeiro, sendo 369 estudantes do grupo experimental (PROERD) e 297 estudantes do grupo controle (Não-PROERD). 136
- GRÁFICO 42 - Pessoas mais indicadas para orientar sobre assuntos relacionados a drogas, num total de 666 estudantes entrevistados em 10 municípios no Estado do Rio de Janeiro, sendo 369 estudantes do grupo experimental (PROERD) e 297 estudantes do grupo controle (Não-PROERD). 137
- GRÁFICO 43 - Grau de concordância dos alunos com as frases abaixo, num total de 666 estudantes entrevistados em 10 municípios no Estado do Rio de Janeiro, sendo 369 estudantes do grupo experimental (PROERD) e 297 estudantes do grupo controle (Não-PROERD). 137
- GRÁFICO 44 - Grau de concordância dos diretores e professores de todas as escolas on-



de o PROERD foi aplicado no ano de 1994, em 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro, em relação à afirmação: “Como resultado do PROERD nesta escola, eu acho que os estudantes estão melhor preparados para lidar com situações ligadas às drogas.”

138



INTRODUÇÃO

O pensamento de que a droga é a causa de todos os males existentes, paira sobre as cabeças das pessoas. Entretanto, pesquisas comprovam que elas são utilizadas, pelo contrário, para solucionar problemas já existentes na vida do ser humano, sendo que estes conduzem àqueles.

Da maneira como foi sendo conduzida a guerra contra as drogas e o seu uso indiscriminado, sejam as legais e ilegais, pouco se conseguiu efetivamente para se coibir a sua proliferação.

Nosso Brasil guarda uma posição privilegiada, diríamos até trágica em relação às drogas, pois como porta de entrada para o oceano atlântico e ^{limitado} ~~dividido~~ com países ^{como a} ~~entre os~~ quais: Colômbia, Bolívia, Peru, Guianas, etc., ^{as guianas} ~~o que~~ ^o ~~que~~ facilita a sua entrada, tornando, assim, o Brasil uma rota do tráfico internacional. ^{torram}

Verifica-se que o poderio das drogas e o seu tráfico é alarmante, movimentam bilhões de dólares no mundo todo, aliados ao comércio e tráfico internacional de armas e outras violências mais próximas da nossa realidade, o que perfaz uma luta desigual em relação à luta dos Estados no seu combate, quase sempre desaparelhados e sem infra-estrutura adequada. Aliado a isso, verifica-se que o Brasil ainda atua na linha repressiva e muito pouco na preventiva, quando sabemos que o primeiro processo tem tido poucos resultados.

Notadamente, mesmo sabendo que a tônica mundial ainda tem sido a repressão, a prevenção ganha força e adeptos e aos poucos vai

se estabelecendo nos organismos estatais e não governamentais em todo o mundo e também no Brasil.

Na
A Polícia Militar de Goiás, como integrante do sistema de Segurança Pública, assim como *sol. ver. em* outros órgãos e Corporações, não tem sido diferente. *Muito* impera a idéia de que a simples presença frente às drogas já é prevenção, embora seja parcialmente *verdadeira*, sabemos que a prevenção ao uso e abuso das drogas requer um trabalho bem mais elaborado *sendo com o* e começa bem cedo com adolescentes e crianças, *no que vale* valendo aquela máxima: "é melhor prevenir, que remediar".

A instituição policial militar, atualmente, parte do princípio de que sua destinação final é a garantia e a proteção do cidadão e de seus direitos, entre eles se inclui a segurança, como preceitua a Carta Magna, *Assim* de forma *tal* que busca cada vez mais aperfeiçoar ~~seus~~ técnicas e formas de atuação para oferecer uma melhor qualidade de ~~seu~~ serviço.

Procuramos, nesse trabalho, os fundamentos básicos da ação preventiva frente às drogas e a atuação da Corporação para prevenir esse mal ou tentar reduzir o seu uso e a relação com a criminalidade. A Polícia Militar, por sua ação descentralizada e por estar presente em todos os rincões do Estado, das metrópoles, favelas à zona rural, tem todas as condições de dar sua parcela, e grande, de contribuição nessa luta.

uso
Procuramos *conhecer, por meio de* ~~descobrir~~ durante a pesquisa bibliográfica, das drogas na sociedade contemporânea, seus aspectos legais e implicações nos reflexos do aumento da criminalidade, ~~as~~ *as* drogas mais usadas no país, *na* prevenção ~~das drogas~~ (com ênfase nas fases primárias e secundárias) análise dos programas de prevenção ~~às drogas~~ no Brasil, com destaque no PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) criado na PMRJ (atualmente desativado) e em pleno vigor na PMSP e outros Estados, como a PMMS e PMRS. Ainda realizamos uma pesquisa de opinião com estudantes da rede pública de Goiás e

~~também~~ com policiais militares, para sabermos qual o posicionamento destes a respeito da PMGO atuar na área preventiva das drogas.

Por fim, elegemos algumas autoridades ligadas à área das drogas e da educação, para, em entrevista, darem sua opinião sobre a possibilidade da nossa Corporação atuar preventivamente no combate e ao uso das drogas.

Baseado em tudo que acima foi exposto, pergunta-se:

Existe ~~realis~~ ^{no} possibilidade ^{de} da atuação da Polícia Militar de Goiás no campo de prevenção ao uso e abuso ilícito de drogas, nas escolas do Estado, por meio de um projeto preventivo nos moldes do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) ^{com investimento das} em parceria com a Secretaria de Educação, e convênios com a rede municipal de ensino e redes privadas de ensino, a nível fundamental?

No desenvolver dessa monografia pretende os autores ^{postar para tais indagações} confirmar esta possibilidade, ~~além de~~ ^{pretende-se, também,} chamar a atenção para a relevância do tema ora em estudo, uma vez que além de atual, a nossa Corporação, assim como a maioria das instituições policiais militares, se vêem privadas, hoje, de uma política de atuação preventiva que faça frente a esse fenômeno destruidor da sociedade moderna.

Baseado no acima exposto, podemos formular as seguintes indagações que se seguem:

1. Existe possibilidade da Polícia Militar de Goiás, atuar no campo de prevenção ao uso e abuso das drogas
2. Essa atuação será eficaz, se realiza, por meio de um projeto preventivo nos moldes do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas).

CAPÍTULO I

1. CONTEXTUALIZANDO AS DROGAS

1. 1. As Drogas e o Homem

Fala-se muito em "drogas" ~~hoje em dia~~, mas podemos ~~compreender que não é uma invenção recente~~. ^{assunto} ~~A droga~~ ^{elas} caminha ^{eram} junto com a evolução do homem.

Mas o que vem a ser ^{isto} ~~a droga~~?

Para a Organização Mundial de Saúde droga é:

Qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias para a manutenção da saúde, como por exemplo água e oxigênio) que alteram a função biológica e possivelmente a sua estrutura.

Na realidade, todo medicamento é uma droga. Quando indicado e bem usado, pode ser útil para o organismo. Quando este sofre de determinados males, tomar uma droga pode surtir efeitos terapêuticos pelas alterações bioquímicas que provoca. Este é o sentido científico ou positivo de "droga".

O sentido pejorativo que prevalece popularmente na palavra "droga" (ou tóxico) refere-se à substâncias químicas especiais chamadas de psicoativas ou psicotrópicas que produzem alterações psíquicas e

de comportamento, uma vez que exercem efeitos sobre o cérebro e o sistema nervoso central. Em geral são prazerosas.

Nos casos de abuso, ou seja, dosagem excessiva, produzem “intoxicações”, com uma série de danos de gravidade variável. Outros produtos químicos, como agrotóxicos, resíduos industriais, também produzem intoxicações, mas como não são prazerosos, eles não induzem ^{nem} ~~abuso~~ criam dependência.

Popularmente, a droga é conhecida por provocar alterações mentais, sejam através de sensações de sedação (calmaria, tranquilidade), excitação, volúpia, alucinações ou de “barato”. Tais sensações podem distorcer e afetar a personalidade, a percepção, inteligência, memória, raciocínio, motivações e auto-controle, em resumo, o elemento “sai da normalidade”.

O descontrole no uso e, conseqüentemente, o abuso, depende de uma série de fatores: tipo de droga, dosagem e administração, pressões sofridas, estado de saúde, influência do ambiente, personalidade histórica e pregressa do usuário.

Em todas as sociedades existiram drogas, utilizadas desde o fim religioso até o prazer puramente, com apenas fito de alegria e sociabilidade.

A seguir explanamos um pequeno histórico da evolução das drogas no mundo.

Veamos:

Os registros são imprecisos, mas o ‘canhâmo cultivado’, a planta que dá origem ao sisal e à maconha, já servia há cinco mil anos atrás, para a confecção de linhas e cordas na China. Desde esse tempo também há registros de seu uso como planta medicinal, verdadeira panacéia para os mais diferentes males - de malária à coqueluche, de hanseníase à dor

de cabeça. Seu valor medicinal estava intimamente relacionada ^{às} ~~com~~ suas propriedades psicoativas.

Entre os Sumérios, há mais de quatro mil anos, cultivava-se a papoula do ópio, chamado de “planta da alegria”.

Os Citas, há quinhentos anos da era cristã, habitando a Europa Oriental, depositavam maconha sobre pedras aquecidas no interior das tendas onde inalavam seus vapores.

A própria Bíblia, segundo pesquisa publicada na revista ^{Maio} ~~Veja~~ ~~abril~~/97, sobre alcoolismo, se refere que “não é de hoje que a humanidade bebe - só no antigo testamento há mais de cinqüenta referências ao uso indevido da bebida, a começar por Noé, que bebeu vinho e se embriagou...”¹

“O tabaco, planta da família das solonáceas, originário da Ilha de Tobago, recebeu o nome de “nicotina tabacum” em homenagem a Jean Nicot, embaixador francês em Portugal, por volta de 1580. Na época acreditava que esta tinha poderes medicinais e estimulou o seu cultivo”.²

Os holandeses trouxeram tabaco para a África do Sul e os portugueses levaram ^{no} ~~para~~ a Polinésia.

No final do século XVI, sob o reinado de Jaime I, foi proibido o uso de tabaco, que foi tachado de insalubre e imoral.

Na Turquia, Murad, por volta de 1623 a 1640, furava o nariz dos fumantes com um cano de cachimbo, os usuários que repetiam o uso eram condenados à morte.

O czar Michel Romanov exilava os fumantes para a Sibéria.

1997 maio

¹ Revista Veja, ed. 100, de junho de 1997. p. 69.

² Fonte: Educando para a vida - Drogas. LAPATE, Vagner, TUMA, Romeu. Curitiba: Psigraf, 1994.

As propriedades do ópio e da morfina, ~~por serem anestésicos~~ ^{levaram ao} e provocaram euforia, ~~fez de seu~~ ^{e assim} uso indiscriminado na Guerra Civil americana, ~~o~~ ^o surgimento ~~de~~ ^{ram} comedores, bebedores e injetadores destas drogas.

Em 1914, os opiáceos e a cocaína foram proibidos e retirados de circulação. A falta de um controle rígido e a falta de uma estratégia preventiva encorajou o comércio ilícito, o qual perdura até os nossos dias e movimentava bilhões de dólares em todo o mundo.

Já na II Grande Guerra mundial, médicos militares americanos, ingleses, alemães e japoneses receitavam rotineiramente anfetaminas a soldados para combater o cansaço e aumentar a disposição para a luta.

Os barbitúricos surgiram no começo do século, atingindo seu auge nos anos 50.

Em 2 de maio de 1938, o Dr Albert Hoffmann, pesquisador e químico diretor-adjunto do laboratório de pesquisas da Companhia de Produtos Químicos Sandoz, na Basileia, Suíça, descobriu o LSD (Dietilamida do Ácido Lisérgico). Cinco anos depois, mais precisamente em 16/04/1943, o próprio cientista, após um acidente, inalou a droga e só a partir daí passou a conhecer realmente os efeitos alucinógenos da droga recém descoberta.

Durante mais de dez anos o LSD foi pesquisado e usado para tratamento psiquiátrico. Entretanto, coube ao sociólogo Dr Timothy Leary, que integrava o quadro de professores de Harvard, a disseminação do LSD entre os jovens na década de 60 com suas idéias de “turn on, tune in, drop out” (ligue-se, sintonize-se, viaje). Estes conselhos se espalharam e generalizaram em relação a todas as drogas ilícitas, principalmente a que nos referimos.

Os anos 80 impulsionaram o uso da cocaína e seus alcolóides, além das anfetaminas.

Os anos 90 variam, mas na essência as drogas são as mesmas dos anos anteriores, com algumas variações, como o “CRACK”, o “ECXTASE”, o “SPEED”, solventes e inalantes.

E no Brasil?

No Brasil, acompanhamos a tendência mundial, não resistiu à “democracia jovem”, onde estes sonégam todos os valores sociais em vigor. Ex: Woodstock e seus festivais, Rock’in rio, Hollywood Rock e outros mais, e como tal é vítima até hoje dos problemas com drogas em nossa sociedade.

Embora estudos sobre as drogas no Brasil relatem histórias do “Coronel Sabino”, famoso traficante da década de 50, considerado “o rei da maconha”, reponsável pela popularização da droga no país, já havia registros do uso da coca e do fumo da ~~Angola~~ Angola, nos séculos XVII e XIX, contudo, ligados a grupos religiosos, principalmente na Amazônia.

Na década de 20, as drogas da intelectualidade brasileira que estudava na Europa e dos artistas era a cocaína e a morfina, ficando a maconha restrita a grupos favelados, morros e bandos de pequenos delinquentes.

A tendência mundial também se efetivou no Brasil pós II Guerra mundial, onde nossos pracinhas enviados ~~para~~ a Itália tiveram contato com a maconha, inclusive a expressão “a cobra vai fumar”, onde o cigarro era colocado na boca de uma serpente, se referia à citada droga. Ali também estes, como outros combatentes, tiveram encontro com as anfetaminas, chamadas bolinhas, que se popularizaram por todas as nações envolvidas no conflito, isso devido ao fato dessas drogas serem liberadas.

1985
BIBLIOTECA
MILITAR

Com a proibição das anfetaminas nos anos 60, a maco-
nha obteve uma popularização expressiva, sendo à época responsável por
um período de grande violência no país. Esse fator tinha como agravante a
revolução de 1964,^{que trouxe} um grande desemprego e o arrocho salarial.

Das anfetaminas usadas por grupos criminosos, a ma-
conha, agora popularizada, deixava os morros, as favelas e os marginaliza-
dos para ser a droga de contra-cultura de época, ou seja, a classe média,
formada na sua maioria por "hippies" e jovens contestadores, não podia mais
ser "responsável" pela criminalidade, tendo em vista que o tráfico intensifi-
cou e organizou-se, ocorrendo nesse período mortes e mais mortes entre as
quadrilhas de traficantes, ocasião em que houve uma maior patrulha pelo
Exército Brasileiro na fronteira com o Paraguai e também um aumento de
corrupção policial, em que os traficantes pagavam policiais, formando o tão
conhecido esquadrão da morte.

O Brasil, ainda na década de 60, foi alvo da organiza-
ção criminosa "União Corsa", que através do francês Joseph Auguste Ri-
cord, em companhia do também francês Lucien Sarti e do italiano Tomazzo
Buscetta, enviado pela máfia, tentaram fixar uma rota de tráfico internacio-
nal de heroína no nosso país, e aqui estabelecer uma base para se levar a
droga para os EUA.

A idéia não vingou e o projeto viria a ser transformado
num outro mercado promissor emergente, que era o da cocaína, isso em par-
ceria com os bicheiros, entretanto, nem todos os bicheiros acataram essa
proposta, que também não prosperou. O destino de cada um foi equivalente
às suas ações: o primeiro francês, Ricort, foi deportado; o segundo morreu
em um atentado e o italiano deportado para seu país de origem.

O vasto projeto de produção, refino e transporte de co-
caína acabou assim, caindo nas mãos dos traficantes colombianos, que fica-

ram conhecidos como o "Cartel de Medellín". Esses fatos ^{governam} foram decorridos ~~foram decorridos~~ no período entre a década de 70, ^{o início} ~~pouco mais da entrada~~ da década de 80.

A intervenção nos morros do Rio de Janeiro, no ano de 1994, reacendeu uma polêmica que diríamos ser a tônica deste final de milênio: DEVE-SE LIBERAR AS DROGAS? E a pergunta: "Essa liberação traria uma diminuição do aumento da criminalidade? Essa é uma discussão que tem seus prós e contras, aspectos positivos e negativos. Contudo, o que nos preocupa hoje é saber da grande massa jovem que é consumidora de drogas, seja por motivos psicossociais ou até mesmo por desconhecimento científico sobre o assunto e a maioria ligada a outras criminalidades. Dado importante, conforme informa o CEBRID, realizada em 1993 em 10 capitais brasileiras entre elas Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, na rede estadual de ensino, apontando que entre 22 e 27% já experimentou drogas na vida, excluindo aí o álcool e o tabaco, o que elevaria muito esse índice.

A degradação que as drogas trazem e a capacidade de envolvimento com a criminalidade e marginalidade é muito grande em nosso Estado. Podemos ~~ainda~~ ^{os números} até considerar toleráveis, tendo em vista alguns programas sociais que procuram excluir das ruas e da marginalidade menores abandonados, ^{ainda se pode fazer mais} ~~mas não são suficientes~~. Por outro lado é gritante o número de menores ainda cheirando cola nas ruas, como se fizessem parte da paisagem urbana, prisões recheadas de traficantes de drogas e usuários cumprindo penas. Esse é um quadro grave e preocupante. Pergunta-se, até quando poderá os organismos repressores manter essa situação? Não seria uma solução mais acertada a prevenção, como se tem feito em alguns países adiantados? A prevenção não deverá estar sendo a tônica principal, nesse final de século e início de milênio?

1. 2. Porque as Pessoas Usam Drogas?

Vamos iniciar essa parte deste trabalho repassando palavras de um especialista em saúde pública, o Dr Roberto Gonçalves Freire, professor da UNIANA (Universidade Estadual de Anápolis), o qual prefaciou o livro: DROGAS, CAUSAS, EFEITOS E PREVENÇÃO, do insígne professor Jamil Issy.

Vejamos:

Finalmente, na qualidade de pai, com um rebento que em aproximadamente dois anos se defrontará com a porta da adolescência, e cômico de que o perigo ronda a sua infância, encontrei nesta obra vigorosa a indicação de caminhos a seguir no intuito de prevenir que este venha a ter contato com os horrores do tenebroso mundo das drogas, um mundo sórdido que, como noticiou a imprensa nos idos de 1986, não se absteve de inescrupulosamente usurpar os corpos de bebês mortos, suas entranhas, para o transporte de drogas em vôos internacionais.

Finaliza:

“A droga depende do crime para viver...”.

Com esse relato tão chocante que até não me lembrava mais, tanto os fatos recentes, que achei por bem transcrevê-los, na expectativa de chamar a atenção de que as pessoas perdem limites, barreiras, quando se envolvem com as drogas, seja o usuário, o traficante, onde a cupidez, hediondez, a insensibilidade e maldade passam a ser as regras de suas vidas, razão que só a mente humana pode conhecer. Daremos nesse tópico apenas pistas e indicações, e é possível que terminemos sem respostas.

A distinção entre uso e abuso é importante para compreendermos o porque do consumo das drogas na sociedade e nos permite avaliar melhor o padrão de consumo de uma determinada comunidade onde está inserida o policiamento, eu diria Batalhão, Cia Independente, pelotões, etc., esse é um dado bastante importante.

Nós brasileiros somos mestres em automedicação que pode vir a trazer uma autointoxicação por dosagens erradas/perigosas e ou ainda dosagens inadequadas, e em qualquer dessas situações pode haver dependência. O Brasil ocupa a 4ª colocação em uso de medicamentos no mundo (anfetaminas), conforme dados da Revista Veja, edição ^{1500 (?)} 1990, de junho de 1997, sem nisso falar “dos laboratórios de fundo de quintal” que produzem remédios psicoativos fora de qualquer controle da vigilância sanitária, que pode expor as pessoas ao uso de modo perigoso e suas conseqüências. Segundo nos afirma Richard Bucher *in* seu livro DROGAS, O QUE É PRECISO SABER PARA PREVENIR (1993, p. 13):

Todas as drogas são potencialmente tóxicas e podem produzir intoxicação cuja gravidade dependerá diretamente do uso em excesso - quanto mais intenso for e mais desfavoráveis forem as condições que cercam o consumo ou a pessoa, maior será a intoxicação e a dependência.

Sobre o uso podemos resumir que o consumo está mais ligado à automedicação, falta de controle médico, impulsos levianos ou descontrolados, a forma de administração da droga, os quais podem levar ao vício e à dependência. (Grifo nosso)

O abuso dos tóxicos estaria ligado mais a fatores psicossociais, entre estes estão os que bebem excessivamente e fumam, ou to-

mam regularmente medicamentos sem qualquer prescrição, mesmo tendo consciência disso.

As razões invocam motivos para justificar o uso de drogas, os quais com motivos ou não eles são seríssimos candidatos ao abuso, entre eles:

- 1 - necessidade de fugir de problemas;
- 2 - limitações consideradas como intoleráveis;
- 3 - estímulo, calma, ficar acordado, engordar, emagrecer, memorizar ou esquecer;
- 4 - afastar-se dos problemas ou melhor enfrentá-los;
- 5 - busca do prazer, inspiração, exaltação, inebriar ou embriagar-se, ficar mais forte, mais sociável, etc.;
- 6 - razões para evitar desprazer (aliviar dores, tensões, angústias, privações, depressões ou carências);
- 7 - fatores externos: pressão de outras pessoas ou de grupos, indução ao consumo por propaganda e publicidade, imitação de outras condutas, etc.

As razões para o abuso, à vezes nem são percebidas pelo usuário, porque depois que se perde o controle sobre a droga, aí vem a dependência, aí reside o grande perigo delas, seja qual for: álcool, fumo, cocaína, maconha ou qualquer outro produto sintético. As pessoas acima citadas são chamadas “dependentes em potencial” ou “pessoas com comportamento de risco”.

É muito importante a sociedade compreender as razões que levam às drogas, e aí abriremos um parêntese para a Polícia Militar, pois é ela que está ao tempo todo junto à sociedade, em todos os seus momentos, alegria, frustração, tristeza e ela, conhecendo o meio que está inserido, poderá ter uma conduta mais coerente com o usuário/drogado. Nesse diapasão,

por muitas vezes a pessoa/família não tem consciência do problema, isso agrava a situação, pois as informações são as armas mais seguras para a diminuição do uso de drogas.

Os jovens são um constante preocupação para a sociedade e em específico tratando-se das drogas, pois pelo espírito rebelde, teimosia, contestação e outros comportamento que lhe são peculiares, como o desafio, a transgressão, podem vir a se tornar alvos fáceis dos traficantes e, conseqüentemente, das drogas.

As atitudes que transcrevemos acima são importantes compreendê-las, porque elas são sinônimas na maioria dos jovens, e podem se repetir durante a fase adulta, se não forem objeto de uma pedagogia familiar adequada e até severa, de forma tal que as vezes uma orientação, seja da família, nós diríamos até do policial militar, que hoje é uma força viva na sociedade, pode reverter o quadro de dependência e vício.

Usuários crônicos, constatam-se geralmente comportamento insaciável, imediatista e intolerância diante das frustrações e limitações habituais da vida. Motivados por uma impulsividade quase sempre propriamente incontrolável, prazeres mórbidos e sofrem (dependência física) com a falta do produto.

Entre as razões mais alegadas para o abuso das drogas, os autores são unânimes em afirmar que estão compreendidos a fuga diante das dificuldades sociais, familiares ou pessoais que o usuário não consegue enfrentar. Em síntese, podemos afirmar que a droga é um processo de auto-destruição, mas que pode ser revertido a favor do usuário.

1.3. Conhecendo Melhor as Drogas

1.3.1. Considerações Iniciais

A Organização Mundial, no ano de 1981, lançou um relatório com todas as informações básicas sobre as drogas, as quais são as informações que hoje regem todo e qualquer tratado sobre o assunto, seja no seu aspecto médico, legal e social.

Abaixo transcrevemos esses dados, os quais nos darão uma base teórica para desenvolvimento posterior do trabalho apresentado. Essas informações fazem parte do III levantamento sobre drogas no Brasil, elaborado pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) e da Escola Paulista de Medicina (1993, p. 93,97).

Vejamos:

1.3.2. Definições

1.3.2.1. Droga: de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1981) é “qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias para a manutenção da saúde, como por exemplo água e oxigênio), que alteram a função biológica e possivelmente a sua estrutura”. Uma outra definição encontrada em muitos livros é: “qualquer substância capaz de modificar a função de organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento”.

1.3.2.2. Drogas Psicoativas: segundo a Organização Mundial da Saúde (1981), “são aquelas que alteram comportamento, humor e cognição”. Isto significa, portanto, que estas drogas agem preferen-

cialmente nos neurônios, afetando o sistema nervoso central (“mente”).

1.3.2.3. Drogas Psicotrópicas: pela OMS (1981), são aquelas que “agem no sistema nervoso central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de auto-administração” (uso não sancionado pela medicina). Em outras palavras estas drogas levam a dependência.

1.3.2.4. Drogas de Abuso: definidas em livros da Farmacologia como sendo “qualquer substância (tomada através de qualquer forma de administração) que altera o humor, o nível de percepção ou o funcionamento do sistema nervoso central (inclusive, desde medicamentos até álcool e solventes)”.

1.3.3. O Uso de Drogas

De acordo com a OMS, o uso de drogas pode ser classificado em:

1.3.3.1. Uso na Vida: quando a pessoa fez uso de qualquer droga pelo menos uma vez na vida;

1.3.3.2. Uso no Ano: quando a pessoa utilizou droga(s) pelo menos uma vez nos doze meses que antecederam à consulta;

1.3.3.3. Uso no Mês ou Recente: quando a pessoa utilizou droga(s) pelo menos uma vez nos 30 dias que antecederam à consulta;

1.3.3.4. Uso Freqüente: quando a pessoa utilizou droga(s) seis ou mais vezes nos 30 dias que antecederam à consulta;

1.3.3.5. Uso de Risco: padrão de uso ocasional, repetido ou persistente, que implica em alto risco de dano futuro à saúde física ou mental do usuário, mas que ainda não resultou em significantes efeitos mórbidos orgânicos ou psicológicos. Por exemplo, fumar 20 cigarros por dia pode não se fazer acompanhar de nenhum prejuízo presente e real, mas sabe-se que é danoso para o futuro;

1.3.3.6. Uso Prejudicial: padrão de uso que já causa dano à saúde, físico e/ou mental.

1.3.4. Sobre o Usuário de Droga

A OMS recomenda, ainda, a seguinte classificação em relação às pessoas que podem utilizar substâncias psicotrópicas:

1.3.4.1. Não-Usuário: nunca utilizou drogas;

1.3.4.2. Usuário Leve: utilizou drogas, mas no último mês o consumo não foi diário ou semanal;

1.3.4.3. Usuário Moderado: utilizou drogas semanalmente, mas não diariamente, no último mês;

1.3.4.4. Usuário Pesado: utilizou drogas diariamente, no último mês.

1.3.5. Dependência, Adição, Vício, Hábito

Os termos **adição**, **vício**, **hábito** já foram abandonados pela OMS por serem imprecisos e levarem a falsas interpretações.

Mesmo os termos **dependência física** e **dependência psicológica** também foram abandonados usando-se agora apenas a palavra **dependência**. Isto porque no passado julgou-se erradamente que as drogas que induziam a dependência física - e conseqüentemente à síndrome de abstinência - seriam aquelas perigosas (foram por isso chamadas de drogas pesadas - **har** do inglês), ao contrário das que induziam apenas dependência **psicológica** que seriam as drogas leves (**soft** do inglês). Nada mais errado, pois sabe-se que a cocaína não induz síndrome de abstinência (quando um dependente deixa de tomá-la) e nem por isto podemos considerá-la droga leve.

Desta maneira, a OMS não classifica o usuário dependente como “adicto”, muito menos como “viciado”. De fato, considera-se que o abuso de drogas não pode ser definido apenas em função da quantidade e frequência de uso. Assim, uma pessoa só deve ser considerada dependente se o seu nível de consumo incorrer em pelo menos três dos seguintes sintomas ou sinais, ao longo dos últimos doze meses antecedentes ao diagnóstico:

- forte desejo ou compulsão de consumir drogas;
 - consciência subjetiva de dificuldades na capacidade de controlar a ingestão de drogas, em termos de início, término ou nível de consumo;
 - uso de substâncias psicoativas para atenuar sintomas de abstinência, com plena consciência da efetividade de tal estratégia;
-

- estado fisiológico de abstinência;
- evidência de tolerância, necessitando doses crescentes da substância requerida para alcançar os efeitos originalmente produzidos;
- estreitamento de repertório pessoal de consumo, quando o indivíduo passa, por exemplo, a consumir drogas em ambientes não-propícios, a qualquer hora, sem nenhum motivo especial, etc.;
- negligência progressiva de prazeres e interesses outros em favor do uso de drogas;
- persistência no uso de drogas, a despeito do mesmo apresentar clara evidência de manifestações danosas;
- evidência de que o retorno ao uso de substância, após um período de abstinência, leva a uma reinstalação rápida do quadro anterior.

1.3.6. Fatores de Risco em Relação ao Uso de Drogas

A OMS considera como mais propensa ao uso de drogas a pessoa:

- sem adequadas informações sobre os efeitos das drogas;
- com uma saúde deficiente;
- insatisfeita com sua qualidade de vida;
- com personalidade deficientemente integrada;
- com fácil acesso às drogas.

Em contrapartida, a pessoa com menor possibilidade de utilizar drogas seria aquela:

- bem informada;
- com boa saúde;
- com qualidade de vida satisfatória;
- bem integrada na família e sociedade;
- com difícil acesso às drogas.

1.3.7. Classificação das Drogas Psicotrópicas

Das várias classificações existentes, desenvolvidas por vários autores, será adotada a do pesquisador francês Chaloult [*Toxicomanias*, 4 (4): 371-375, 1971], por ser muito simples e prática.

Chaloult dividia o que ele denominou de Drogas Toxicomanógenas (indutoras de Toxicomanias) em três grandes grupos: depressoras, estimulantes e perturbadoras da atividade do Sistema Nervoso Central (SNC).

1.3.7.1. Drogas Depressoras: como o próprio indica, diminuem a atividade do SNC, ou seja, este sistema passa a funcionar mais lentamente. Como consequência aparecem os sintomas e sinais desta diminuição: sonolência, adinamia, lentificação psicomotora, etc.

Algumas destas substâncias são úteis como medicamentos em casos nos quais o cérebro da pessoa está funcionando “muito acima do normal”, como por exemplo em epilepsias, insônias, excesso de ansiedade, etc.

No nosso meio, principalmente entre estudantes, são utilizadas:

a. Álcool.

b. Hipnóticos - produzem sono, como os barbitúricos: Comital®, Gardenal®, Nembutal®, Optalidon® (o barbitúrico já foi retirado deste medicamento) e Pentotal®.

c. Ansiolíticos - inibem a ansiedade. À base de um grupo de substâncias chamadas benzodiazepínicos. Existem 17 destas substâncias comercializadas no Brasil sob forma de quase 100 medicamentos. Por exemplo, a substância **diazepam** é comercializada por vários laboratórios, cada um dando um nome diferente (“nome de fantasia” ao seu produto) tais como: Diazepam®, Vallum®, Di-enpax®, Kiatrium® e Somallium®. Outro exemplo, o benzodiazepínico **lorazepam** é vendido sob os nomes comerciais de: Lorax® e Lorium®. O produto Psicosedin® é um dos nomes comerciais pelo qual é conhecido outro benzodiazepínico, o **clordiazepóxido**. O Rohypnol® é feito à base do **flunitrazepan**, também um benzodiazepínico. Finalmente o **bromazepam**, é bastante conhecido pelos seus produtos comerciais Lexotan® e Lexpiride®.

d. Analgésicos Narcóticos - são substâncias que produzem analgesia (tiram a dor) e ao mesmo tempo induzem o sono. São derivados do ópio (suco extraído da planta papoula do oriente) sendo neste caso chamados de opiáceos (de ópio) ou narcóticos naturais. São também produzidos por síntese, sendo estes chamados de narcóticos sintéticos ou opióides.

Na lista das drogas e medicamentos psicotrópicos, pertencem ao subgrupo de narcóticos sintéticos: Algafan® (à base de **propoxifeno**), Demerol® (ambos à base de **merepidina**).

À base de codeína (narcótico natural) estão comercializados no Brasil vários medicamentos para a tosse ou para a dor, tais

como: Belacodid®, gotas Binelli® (o Laboratório produtor retirou a codeína deste produto), Pambenyl® (o Laboratório produtor retirou a codeína deste produto), Setux®, Tussifles®, Tilex®, etc. Dois medicamentos para a tosse, o Eritós® e o Silentós®, tiveram que mudar suas fórmulas, pois continham a substância **zipeprol** muito tóxica, que foi proibida pelo Governo Brasileiro. Ainda, à base dos narcóticos naturais temos as seguintes drogas: Ópio e Morfina. A Heroína que não tem uso médico é obtida a partir de uma modificação na molécula da morfina.

e. Inalantes ou Solventes - as colas, removedores, diluentes, etc., contém hidrocarbonetos que volatizam facilmente e aspirados exercem ação depressora sobre o nosso SNC. Além deste efeito, estas substâncias podem também alterar a capacidade de percepção e até induzir sintomas mais evidentes como delírios e alucinações.

É enorme o número destas substâncias e de produtos comerciais que as contêm, tais como: acetona, água-raz, benzina, “BIM”, removedor carbex, cola (de sapateiro, de avião, etc.), esmalte, éter, fluido de isqueiro, gasolina, lança-perfume, loló, removedor de tinta, tinta, thinner.

1.3.7.2. Drogas Estimulantes: são aquelas que estimulam a atividade do cérebro (SNC) fazendo com que o estado de vigília fique aumentado (portanto, diminui o sono), haja taquipsiquismo, “nervosismo”, aumento da atividade motora, etc. Em doses mais elevadas chegam a produzir sintomas perturbadores do SNC tais como: delírios e alucinações. Pertencem a este grupo uma substância

que não tem uso médico, que é a cocaína com suas várias formas de preparo e de administração.

Além dessas, temos vários medicamentos contendo drogas estimulantes, todos com estrutura química e ações mais ou menos semelhantes às da anfetamina, tanto que são chamadas de drogas tipo-anfetamina ou anfetamínicos ou anfetaminóides. Como estas são capazes de reduzir o apetite recebem também a denominação de anorexígenos que existem no Brasil, além da substância tipo anfetamina, contêm também um benzodiazepínico com a finalidade de diminuir o nervosismo produzido pela outra. Pertencem a este grupo: Dasten®, Desobesi®, Dualid®, Hipofagin®, Inibex®, Iso-merid® e Moderine®.

Finalmente, há também um grupo de estimulantes, ainda relacionados com a anfetamina e que são utilizados com a finalidade de “ligar” as pessoas, para “dopping”, para dar “barato”. Estas substâncias fazem parte de medicamentos tais como Glucoenergan ® e Reactivan ® (não mais fabricado no Brasil, mas que aqui chegam ilegalmente de outros países), Pervitin®, Preludin® (também vindos de outros países).

1.3.7.3. Drogas Perturbadores: neste grande grupo temos as drogas que ao perturbarem a fisiologia do SNC produzem uma mudança qualitativa no seu funcionamento. Assim, alterações mentais que não fazem parte da normalidade, como por exemplo, delírios, ilusões e alucinações são produzidas por estas drogas. Por esta razão, elas são chamadas de psicotimométricas, ou seja, drogas que mimetizam psicoses. Fazem parte deste grupo vegetais como a maconha, cogumelos (algumas espécies) e substâncias sintéticas como o LSD-25 e

vários medicamentos anticolinérgicos úteis em medicina, mas que quando utilizados em doses mais elevadas produzem marcante perturbações do SNC. Exemplos: medicamentos utilizados por estudantes: Artane®, Asmosterona® (a substância anticolinérgica foi retirada deste medicamento), Akineton® e Bentyl®. Existe também no Brasil uma planta cujas flores produzem uma substância anticolinérgica sendo por isto utilizada com finalidade não-médica: chá de lírio (cientificamente, planta de gênero *Datura*).

1.3.7.4. Outras drogas: na lista de Drogas e Medicamentos Psicotrópicos existem ainda vários nomes que não se incluem na classificação de Chaloult. Eles foram aqui colocados, dado que em nossos levantamentos anteriores vários entrevistados relataram uso destes produtos. São todos chamados de medicamentos orexígenos, isto é, destinados a despertar o apetite, mas que também parecem alterar a atividade do SNC. Os orexígenos mais citados foram aqueles cujo componente principal é a ciproheptadina. Os nomes comerciais referidos foram Periatin®, Periavita®, Apetivit® e Cobavital®, sendo os dois primeiros mais freqüentes. A ciproheptadina é um potente anti-histamínico e anti-serotonérgico, possuindo ainda fraca ação anticolinérgica. Os principais efeitos secundários dessa substância incluem sonolência, sedação, tontura, incoordenação e, com doses mais elevadas, excitação associada a distúrbios sensoriais.

Outra classe de orexígenos citada no presente estudo foi a dos medicamentos que contêm uma outra substância anti-histamínica e anti-serotonérgica, denominada buclizina. Nessa categoria, aparecem a Buclina®, o Profol®, a Vibazina® e o Nutrimaiz®, sendo a Buclina® de uso mais freqüente.

1.4. As Drogas mais Usadas no Brasil

1.4.1. Considerações Gerais

Fala-se muito sobre o consumo alarmante de drogas no Brasil. Insiste-se no seu aumento constante, nas ameaças que faz pairar sobre a sociedade organizada e nos perigos que representa para a juventude.

A imprensa sensacionalista, jornais e TV que tentam aumentar seus índices de audiência a qualquer custo, fazem das drogas uma “desgraça nacional” ou um “flagelo”, às vezes passando a imagem de que ela é a única causa de todas as mazelas da sociedade.

Importante frizar que as matérias dão a conotação das drogas ilícitas, quando na verdade, sabe-se que o álcool encabeça a lista das drogas mais consumidas no país, ao lado das drogas ilícitas como os barbitúricos e ansiolíticos, os quais causam efeitos devastadores e até irreversíveis ao ser humano quando tomados sem prescrição médica, conforme publicação da revista Veja, ~~nº 1499~~ edição de junho de 1997.

1497 → 1499

Pode parecer não interessante, mas diagnosticar o problema, conhecê-lo em todos os seus ramos é o primeiro passo para conseguirmos implementar mudanças, e se a Polícia Militar pretender levar a sério e à frente um programa de prevenção de drogas, tem que estar a par destas estatísticas, que embora um pouco defasadas, pois datadas de 1989 a 1993, realizadas pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas), da Escola Paulista de Medicina, refletem o descaso do Governo na implantação de medidas profiláticas e preventivas ao uso e abuso das drogas.

Goiás, embora não tenha sido escolhida entre as dez capitais pesquisadas pelo CEBRID, segundo o professor Rondon de Castro, toxicologista e psiquiatra da Universidade Federal de Goiás, os reflexos da pesquisa não diferem em nosso Estado e os poucos anos da pesquisa realizada não diferem muito da atual realidade. Essa assertiva comprova que na data de hoje, 25/06/97, quando redigimos o trabalho monográfico, o Jornal Nacional apresentava uma matéria sobre alcoolismo, realizada pela UFRJ, dizendo que 86% dos acidentes com morte violenta naquele Estado tem como causa a embriaguês, e que as crianças são grandes vítimas desse mal, porque desde cedo já são estimuladas ao uso do álcool. Relata ainda a pesquisa que encabeça a lista das drogas, os inalantes, o álcool, maconha e anfetaminas.

O CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), realizou as últimas pesquisas no nosso país (1989, 1990 e 1993), em 10 capitais brasileiras a saber: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, com 24.000 alunos de escolas de 1º e 2º grau, e de lá para cá nenhuma outra pesquisa séria foi realizada.

Essas pesquisas foram transcritas no ano de 1994, com o apoio do CONFEN (Conselho Federal de Entorpecentes). Ainda que um pouco defasadas, elas permitem atualmente traçar um perfil do usuário no Brasil e nos levar a avaliar melhor qualquer implantação de políticas preventivas apropriadas.

Selecionamos também outras pesquisas para ilustrar essa visão das drogas, que também foram realizadas pelo CEBRID - 1993, com 565 meninos e meninas em situação de rua em 5 capitais

brasileiras a saber: São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza, Rio de Janeiro e Recife.

Entendemos que a situação de meninos e meninas de rua é um problema de grande envergadura social, mas não podemos desconhecer esse fato incontestável, que acaba desaguando na polícia, e que requer uma contribuição de todos nós para a redução das drogas no meio desses garotos, visto que quase 70% dos que lá estão tem relação direta com as drogas e outras criminalidades, tipo abuso sexual, roubos, violência de todo tipo, etc.

Vamos aos quadros e a síntese dos resultados.

1. 4.2. III Levantamento Sobre o Uso de Drogas entre Estudantes de 1º e 2º grau em 10 Capitais Brasileiras - 1993

Tabela 1 - Uso na vida de drogas psicotrópicas, exceto álcool e tabaco entre estudantes de 1º e 2º graus na rede estadual de 10 capitais brasileiras, porcentagens; dados expandidos - 1993

Capitais	Uso na vida	Solventes	Ansiolíticos	Maconha	Anfetamínicos	Orexi- genos	Anticolin- érgicos	Barbitúricos	Xaropes	Cocaína	Alucinó- genos	Opiáceos
Belém	17,8	10,6	3,0	3,9	2,7	1,0	2,4	1,3	1,8	1,0	0,5	0,3
B. Horizonte	26,2	18,0	6,8	5,7	3,8	0,8	2,2	2,0	1,8	1,5	1,2	0,6
Brasília	22,2	15,8	4,1	5,3	2,2	0,8	0,7	1,0	0,8	1,2	0,3	0,8
Curitiba	20,5	12,9	4,5	4,9	2,6	0,5	1,3	1,8	1,2	1,2	0,8	0,6
Fortaleza	23,8	16,0	5,6	4,4	2,6	2,7	2,2	0,8	0,9	0,5	0,4	0,6
P. Alegre	23,1	12,7	6,7	8,0	3,9	1,2	1,3	2,1	1,6	1,5	0,6	0,7
Recife	27,1	21,5	6,9	3,2	1,6	2,7	1,2	0,6	0,9	0,5	0,5	0,3
R. Janeiro	23,4	14,1	7,2	2,9	3,0	1,3	1,1	1,2	1,5	2,0	0,6	0,4
Salvador	22,5	13,1	4,7	2,4	4,3	4,1	0,4	0,6	1,5	0,4	0,3	0,4
São Paulo	27,3	18,9	5,3	5,7	4,6	1,2	1,6	2,0	1,4	2,4	0,7	0,5
Total	23,4	15,4	5,5	5,0	3,1	1,6	1,4	1,3	1,3	1,2	0,6	0,5

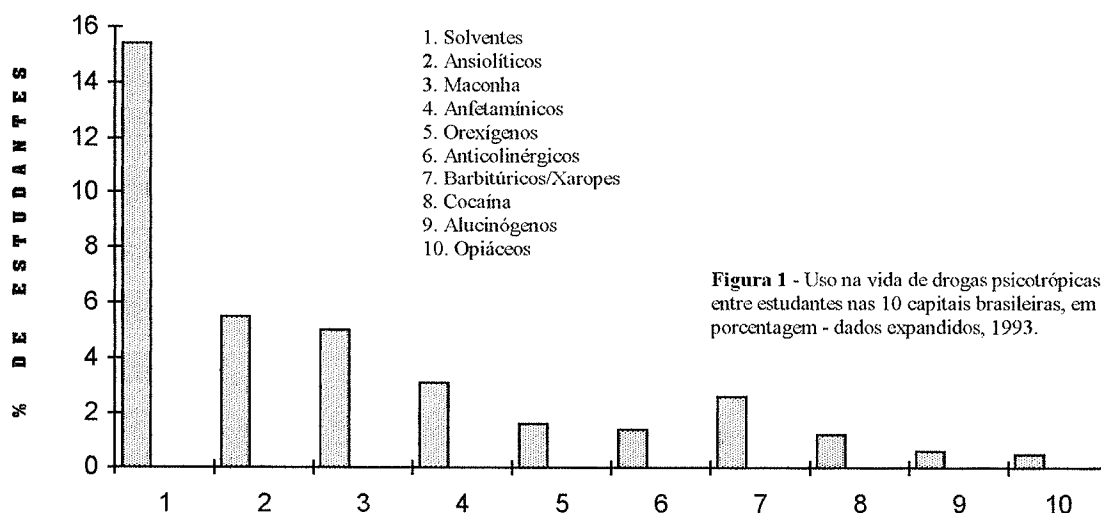



Tabela 2 - Drogas mais usadas (uso na vida) por estudantes de 1º e 2º graus em 10 cidades brasileiras, 1993.

CAPITAIS	DROGAS MAIS USADAS		
	PRIMEIRA	SEGUNDA	TERCEIRA
Belém	Solventes	Maconha	Ansiolíticos
Belo Horizonte	Solventes	Ansiolíticos	Maconha
Brasília	Solventes	Maconha	Ansiolíticos
Curitiba	Solventes	Maconha	Ansiolíticos
Fortaleza	Solventes	Ansiolíticos	Maconha
Porto Alegre	Solventes	Maconha	Ansiolíticos
Recife	Solventes	Ansiolíticos	Maconha
Rio de Janeiro	Solventes	Ansiolíticos	Anfetamínicos
Salvador	Solventes	Ansiolíticos	Anfetamínicos
São Paulo	Solventes	Maconha	Ansiolíticos

 Tabela 3 - Produtos mais utilizados por estudantes de 1º e 2º graus da rede estadual de 10 cidades brasileiras em 1993.

CAPITAIS	SOLVENTES	ANSIOLÍTICOS	ANFETAMÍNICOS
Belém	Cola; acetona	Diazepam®	Moderex®
B. Horizonte	Acetona; loló	Diazepam®	Inibex®; Moderine®
Brasília	Loló	Diazepam®	Inibex®; Dualid®
Curitiba	Acetona	Diazepam®	Inibex®; Hipofagin®; Dasten®
Fortaleza	Loló	Diazepam®	Inibex®
P. Alegre	Lança-perfume; loló	Diazepam®	Hipofagin®
Recife	Loló	Diazepam®	Dualid®
R. Janeiro	Acetona; lança-perfume	Diazepam®	Moderine®
Salvador	Loló	Diazepam®	Moderine®; Dasten®
São Paulo	Lança-perfume	Diazepam®	Inibex®; Moderex®

Tabela 4 - O uso na vida de algumas drogas psicotrópicas, na faixa etária de 10-12 anos, inclusive álcool e tabaco entre estudantes de 1º e 2º graus da rede estadual de 10 capitais brasileiras, sem porcentagem - dados expandidos, 1993.

Capitais	Uso na vida*	Solventes	Ansiolíticos	Anfetamínicos	Álcool	Tabaco
Belém	10,8	6,7	0,8	2,2	58,9	8,3
B. Horizonte	16,8	13,1	2,9	2,5	68,0	18,6
Brasília	17,0	13,5	1,8	1,3	69,2	10,4
Curitiba	11,2	7,8	2,1	1,5	69,2	9,9
Fortaleza	13,2	8,9	1,8	1,3	59,1	6,7
Porto Alegre	10,3	7,5	1,2	1,2	61,7	10,4
Recife	14,5	12,4	-	-	57,4	10,0
Rio de Janeiro	19,8	13,4	3,6	2,9	68,7	8,4
Salvador	15,1	10,1	1,5	1,3	57,9	4,2
São Paulo	20,8	17,0	2,2	2,7	70,4	10,1
Total	15,0	11,0	1,9	1,9	64,0	9,7

* Uso na vida exclui álcool e tabaco.

Tabela 5- Uso na vida de drogas psicotrópicas, inclusive álcool e tabaco, segundo o sexo, entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 cidades brasileiras, 1993.

Capitais	Sexo masculino (uso predominante em relação ao sexo feminino)	Sexo feminino (uso predominante em relação ao sexo masculino)
Belém	Maconha, Cocaína, Anticolinérgicos, Tabaco	-
B. Horizonte	Maconha, Anticolinérgicos	Anfetamínicos, Ansiolíticos
Brasília	Maconha, Cocaína	Anfetamínicos, Ansiolíticos
Curitiba	Maconha, Álcool	Anfetamínicos, Ansiolíticos, Barbitúricos, Xaropes
Fortaleza	Maconha, Cocaína, Solventes, Anticolinérgicos, Barbitúricos, Tabaco	Anfetamínicos, Ansiolíticos
Porto Alegre	Maconha	Ansiolíticos, Tabaco
Recife	Maconha, Solventes	Anfetamínicos, Ansiolíticos, Orexígenos
Rio de Janeiro	Maconha, Cocaína, Anticolinérgicos, Alucinógenos	Ansiolíticos, Tabaco
Salvador	Maconha, Solventes	Ansiolíticos, Álcool
São Paulo	Maconha, Cocaína, Solventes, Anticolinérgicos, Alucinógenos	Anfetamínicos, Ansiolíticos, Barbitúricos

Tabela 6- O uso freqüente de algumas drogas psicotrópicas, inclusive álcool e tabaco entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras, em porcentagem - dados expandidos, 1993.

Capitais	Uso freqüente*	Solventes	Ansiolíticos	Anfetamínicos	Maconha	Álcool	Tabaco
Belém	1,8	1,1	0,4	0,2	0,4	16,7	5,0
B. Horizonte	4,5	2,7	1,0	0,9	0,5	23,9	7,3
Brasília	3,1	1,8	0,5	0,5	0,5	16,7	5,0
Curitiba	3,1	1,7	0,7	0,4	0,8	20,1	5,9
Fortaleza	2,4	1,3	0,6	0,5	0,5	14,8	3,7
Porto Alegre	3,1	1,2	0,7	0,4	1,2	20,3	5,9
Recife	3,4	2,6	0,6	0,3	0,4	18,1	4,9
Rio de Janeiro	3,4	2,0	0,8	0,3	0,5	17,8	3,6
Salvador	2,5	1,5	0,4	0,6	0,2	18,2	5,0
São Paulo	3,2	2,0	0,6	0,6	0,8	19,7	6,6
Total	3,0	1,8	0,6	0,5	0,6	18,6	5,3

* Uso freqüente exclui álcool e tabaco.

1.4.2.1. Análise e síntese dos resultados

Os dados de consumo de drogas (expressos em uso na vida) tanto globais (as 10 capitais consideradas conjuntamente) como de cada cidade considerada isoladamente podem assim serem analisados: na Tabela 1 pode-se ver que a porcentagem de estudantes relatando o uso das drogas em geral, exceto tabaco e álcool (1ª coluna da Tabela 1) varia de 17,8% em Belém até 27,1% em Recife / 27,3% em São Paulo. As demais cidades apresentam porcentagem ao redor de 20,0%, sendo a média geral igual a 23,4%. As demais colunas da Tabela 1 apresentam as porcentagens de alunos relatando uso de cada droga, tanto para cada cidade isoladamente como para a média geral (última linha da Tabela 1); para melhor visualização dos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA
 LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA

dados, as médias gerais por drogas são também apresentadas em gráfico (Figura 1). Assim, entre os mais de 24.000 estudantes pesquisados, os solventes são as drogas mais usadas, aparecendo os ansiolíticos, a maconha e os anfetamínicos a seguir. A cocaína aparece em 8º lugar, estando à frente apenas dos alucinógenos e opiáceos. (Grifo nosso).

A Tabela 2 mostra as três drogas mais utilizadas pelos estudantes de cada uma das 10 capitais. Conforme pode ser visto, os solventes aparecem em 1º lugar na categoria de uso na vida em todas as capitais, indo de 10,6% dos estudantes de Belém até 21,5% em Recife (ver também Tabela 1). A segunda posição de droga mais usada sofre algumas alterações dependendo da região a que pertence a capital. Assim, na região Norte (Belém), Centro-Oeste (Brasília) e Sul (Curitiba e Porto Alegre) a maconha foi a segunda droga mais utilizada; na região Nordeste (Fortaleza, Recife, Salvador) os ansiolíticos ocupam a segunda posição; finalmente em duas cidades da região Sudeste (Belo Horizonte e Rio de Janeiro) os ansiolíticos aparecem em segundo lugar, sendo que em São Paulo, também no Sudeste, a maconha é detentora deste posto.

Na terceira posição surgem os anfetamínicos no Rio de Janeiro e Salvador, sendo que nas demais capitais este posto é ocupado ou por maconha ou por ansiolíticos.

Pela Tabela 3 podem ser vistos os nomes dos produtos, inclusive medicamentos, que foram citados pelos alunos.

Em relação aos solventes os produtos que mais aparecem foram a cola de sapateiro, acetona, loló e lança-perfume. Entre

os ansiolíticos usados pelos estudantes o Diazepan® se apresenta como unanimidade nas 10 capitais pesquisadas.

O uso de anfetamínicos variou para cada cidade nos diferentes nomes comerciais, havendo preponderância do Inibex®; vale ressaltar que todos estes medicamentos apresentam em sua fórmula uma substância tipo anfetamina e um benzodiazepínico, com exceção do medicamento Moderex®.

As porcentagens de estudantes de 10-12 anos de idade, nas dez capitais, relatando uso na vida de drogas podem ser vistas na Tabela 4. A menor porcentagem aparecem em Belém com 10,8% e a maior está em São Paulo com 20,8%. Das drogas mais usadas nesta faixa etária apenas alguns tipos de solventes poderiam ser classificadas como ilícitas (por exemplo: lança-perfume, loló, etc.). Álcool e tabaco apresentam cifras expressivas (Tabela 4).

Quando se compara uso na vida entre os sexos, a maconha, os anticolinérgicos e a cocaína apareceram predominando no sexo masculino, nas 10 capitais. Em contrapartida os anfetamínicos e ansiolíticos predominaram mais no sexo feminino (Tabela 5).

Finalmente, a Tabela 6 mostra o uso freqüente (uso de 6 vezes ou mais no mês) de drogas entre estudantes nas 10 capitais pesquisadas. Alguns dados expressivos podem ser notados, mesmo não se considerando o álcool e o tabaco: assim, por exemplo, em Belo Horizonte 4,5% dos alunos fazem uso regular de alguma droga e, em 6 outras capitais esta porcentagem é superior a 3,0%. Vale ainda ressaltar que o álcool e tabaco foram as substâncias psicotrô-

picas com maior uso freqüente, em todas as 10 capitais pesquisadas (Tabela 6). (Grifo nosso).

1.4.3. III Levantamento Sobre o Uso de Drogas entre Meninos e Meninas em Situação de Rua de Cinco Capitais Brasileiras - 1993

Tabela 1 - Características gerais dos(as) meninos(as) em situação de rua em cinco capitais brasileiras, no ano de 1993.

Categorias		S. Paulo (N = 138)		P. Alegre (N = 95)		Fortaleza (N = 98)		R. Janeiro (N = 110)		Recife (N = 124)	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo	Masculino	81	58,5	84	88,5	77	78,5	82	74,5	86	69,0
	Feminino	57	41,5	11	11,5	20	20,5	28	25,5	38	31,0
	Em branco	0	0,0	0	0,0	1	1,0	0	0,0	0	0,0
Faixa etária (em anos)	6-8	1	1,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	9-11	14	10,0	17	18,0	15	15,0	20	18,0	7	5,5
	12-14	49	35,5	48	50,5	44	45,0	48	45,0	49	39,5
	15-17	74	53,5	30	31,5	39	40,0	42	38,0	68	55,0
Sabe a data de nascimento	Sim	110	80,0	46	48,5	47	48,0	75	68,0	30	24,0
	Não	28	20,0	49	51,5	51	52,0	35	32,0	94	76,0
Local onde nasceu	Estado onde foi entrevistado	110	79,5	77	81,0	76	77,5	100	91,0	108	87,0
	Em outro Estado	28	20,5	9	9,5	19	19,5	7	6,5	10	8,0
	Em branco ou não sabe	0	0,0	9	9,5	3	3,0	3	2,5	6	5,0

Tabela 2 - Contato familiar e atividades realizadas pelos(as) meninos(as) em situação de rua em cinco capitais brasileiras, no ano de 1993.

Categorias		S. Paulo (N = 138)		P. Alegre (N = 95)		Fortaleza (N = 98)		R. Janeiro (N = 110)		Recife (N = 124)	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contato familiar	Vive com a família	25	18,0	24	25,0	37	37,5	15	13,5	47	38,0
	Vive fora de casa	113	82,0	70	74,0	61	62,0	95	86,5	75	60,0
	Em branco	0	0,0	1	1,0	0	0,0	0	0,0	2	1,5
Quantas vezes vai para casa	Não tem casa	75	54,5	41	54,0	58	59,0	34	31,0	54	43,5
	Todos os dias	10	7,0	14	14,5	15	15,5	13	12,0	23	18,5
	2-4 vezes/semana	11	8,0	5	5,0	3	3,0	2	2,0	4	3,0
	Finais de semana	8	6,0	21	22,0	7	7,0	35	32,0	20	16,0
	1 vez/semana ou menos	27	19,5	12	12,5	13	13,5	25	22,5	17	13,5
	Em branco	7	5,0	2	2,0	2	2,0	1	1,0	6	5,0
Onde costuma dormir ^(a)	Instituição ^(b)	68	49,5	35	37,0	49	50,0	74	67,0	11	9,0
	Outras instituições ^(c)	31	22,5	30	31,5	3	3,0	7	6,5	5	4,0
	Rua	42	30,5	8	8,5	38	38,5	14	12,5	81	65,5
	Lar	13	9,5	24	25,0	34	34,5	14	12,5	34	27,5
	Outros	3	2,0	0	0,0	13	13,5	3	2,5	6	5,0
Atividades ^(a)	Faz furtos	77	56,0	33	35,0	37	38,0	14	12,5	74	59,5
	Pede esmola	46	33,0	31	32,5	22	22,0	30	27,0	59	47,5
	Faz "bicos" ^(d)	36	26,0	53	56,0	44	45,0	45	41,0	45	36,5
	Trabalha ^(e)	13	9,5	3	3,0	7	7,0	18	16,5	2	1,5

- (a) Comporta mais de uma alternativa por entrevistado.
 (b) Instituição onde foi realizada a entrevista.
 (c) Outras instituições que não aquela onde foi realizada a entrevista.
 (d) Vender doces ou objetos na rua, tomar conta de carros, etc.
 (e) Trabalho formal.

(Grifo nosso)

Tabela 3- Número de meninos(as) em situação de rua que relataram tentativa de suicídio, em cinco capitais brasileiras, no ano de 1993.

Categorias	S. Paulo (N = 138)		P. Alegre (N = 95)		Fortaleza (N = 98)		R. Janeiro (N = 110)		Recife (N = 124)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Já tentou se matar	33	24,0	13	13,5	25	25,5	13	12,0	25	20,0
Estava sob efeito de drogas ^(a)	12	36,5	4	30,5	11	44,0	3	23,0	12	48,0
Qual? ^{(b)(c)}										
Solvente	7	58,5	3	75,0	4	36,5	1	33,5	3	25,0
Maconha	4	33,5	1	25,0	1	9,0	3	100,0	5	41,5
Álcool	3	25,0	1	25,0	2	18,0	1	33,5	1	8,5
Cocaína	2	16,5	0	0,0	0	0,0	1	33,5	1	8,5
Rohypnol®	0	0,0	0	0,0	3	27,5	0	0,0	4	33,5
Outras	4	33,5	0	0,0	3	27,5	0	0,0	1	8,5

- (a) Porcentagem calculada com base no número total de meninos(as) que tentaram suicídio concretamente.
 (b) Porcentagem calculada com base no número total de meninos(as) que relataram uso de drogas, na ocasião da tentativa.
 (c) Alguns meninos(as) relataram uso de mais de uma droga na ocasião da tentativa.

Tabela 4 - Uso de drogas, exceto álcool e tabaco, por meninos(as) em situação de rua de cinco capitais brasileiras, no ano de 1993.

Categorias	S. Paulo (N = 138)		P. Alegre (N = 95)		Fortaleza (N = 98)		R. Janeiro (N = 110)		Recife (N = 124)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Usuários ^(a)	114	82,5	68	71,5	63	64,5	63	57,0	112	90,5
Usuários recentes ^(b)	84	61,0	45	47,5	43	44,0	26	23,5	94	76,0
Não-usuários ^(c)	24	17,5	27	28,5	35	35,5	47	43,0	12	9,5

- (a) Usou uma ou mais drogas, pelo menos uma vez na vida. Esta categoria é também denominada de “uso na vida”.
 (b) Usou uma ou mais drogas, pelo menos uma vez no último mês. Esta categoria é também denominada “uso no mês”.
 (c) Nunca usou drogas na vida.

Tabela 4a - Distribuição dos(as) meninos(as) em situação de rua, segundo a intensidade do uso de drogas^(a), em cinco capitais brasileiras, no ano de 1993.

Classificação ^(b)	S. Paulo (N = 138)		P. Alegre (N = 95)		Fortaleza (N = 98)		R. Janeiro (N = 110)		Recife (N = 124)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não-usuário	24	17,5	27	28,5	35	35,5	47	42,5	12	9,5
Uso leve	50	36,0	33	34,5	28	29,0	44	40,0	34	27,5
Uso moderado	22	16,0	17	18,0	12	12,0	6	5,5	21	17,0
Uso pesado	42	30,5	18	19,0	23	23,5	13	12,0	57	46,0

(a) Exceto álcool e tabaco.

(b) Classificação segundo a OMS (Smart e col., 1981): não-usuário (nunca usou drogas), usuário leve (já usou drogas, mas no último mês o uso não foi feito numa frequência diária ou semanal), usuário moderado (usou drogas semanalmente mas não diariamente, no último mês) e usuário pesado (usou drogas diariamente no último mês).

Tabela 5 - Uso na vida de drogas por meninos(as) em situação de rua de cinco capitais brasileiras, no ano de 1993.

Drogas	S. Paulo (N = 138)		P. Alegre (N = 95)		Fortaleza (N = 98)		R. Janeiro (N = 110)		Recife (N = 124)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solventes	111	80,5	67	70,5	54	55,0	47	42,5	103	83,0
Maconha	83	60,0	43	45,5	45	46,0	51	46,5	78	63,0
Anticolinérgicos	6	4,5	2	2,0	36	36,5	1	1,0	41	33,0
Ansiolíticos	0	0,0	0	0,0	41	42,0	2	2,0	52	42,0
Cocaína/derivados	64	46,5	8	8,5	9	9,0	37	33,5	2	2,0
Barbitúricos	0	0,0	0	0,0	2	2,0	0	0,0	3	2,4
Chá de lírio	3	2,0	1	1,0	1	1,0	1	1,0	0	0,0
Xaropes	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Anoxerígenos	1	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Anti-inflamatórios ^(a)	4	3,0	6	6,5	13	13,5	0	0,0	0	0,0
Anti-histamínicos	0	0,0	3	3,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros	10	7,0	6	6,5	5	5,0	2	2,0	7	5,0
Álcool	118	85,5	79	83,0	77	78,5	99	90,0	112	90,5
Tabaco	116	84,0	70	73,5	69	70,5	85	77,0	114	92,0

(a) Nesta categoria, o único representante é a benzidamina (Benflogin®).

Tabela 6 - Uso diário de drogas por meninos(as) em situação de rua de cinco capitais brasileiras, no ano de 1993.

Drogas	S. Paulo (N = 138)		P. Alegre (N = 95)		Fortaleza (N = 98)		R. Janeiro (N = 110)		Recife (N = 124)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solventes	34	24,5	18	19,0	11	11,0	3	3,0	52	42,0
Maconha	12	8,5	2	2,0	13	13,5	10	9,0	31	25,0
Anticolinérgicos	0	0,0	0	0,0	8	8,0	0	0,0	23	18,5
Cocaína/derivados	8	6,0	0	0,0	0	0,0	5	4,5	0	0,0
Ansiolíticos	0	0,0	0	0,0	11	11,0	0	0,0	23	18,5
Outros	0	0,0	0	0,0	1	1,0	0	0,0	3	2,5

Álcool	9	6,5	4	4,0	4	4,0	3	2,5	36	29,0
Tabaco	98	71,0	43	45,0	42	43,0	32	29,0	85	68,5

1.4.3.1. Análise dos dados levantados

Os dados dessas tabelas que foram escolhidas revelam que:

- Na Tabela 1 a faixa de idade de consumo está entre 09-11, 12-14 e 15-17.

Sobre essa faixa etária recentemente a revista *Veja*, ed. 1440/Junho/97, publicou uma matéria envolvendo um garoto de 9 anos com o título: “soldado do pó - menino de 9 anos, traficante e viciado retrata o drama da droga nas favelas (...). A única realidade incontestável, comparada por seu estado físico, era a dependência da cocaína”.

- Na Tabela 2.

Entre as atividades dos meninos de rua, 77 responderam que faziam furtos; isto corresponde a 56,0% em São Paulo e 59,0% em Recife.

- Na Tabela 3.

Podemos perceber a quantidade de tentativas de suicídio entre os meninos associados ao uso de drogas, principalmente solventes, maconha, álcool, cocaína Rohynol® e outros.

- Na Tabela 4 e 4^a vemos que a maioria dos entrevistados são usuários de drogas.
- Na Tabela 5 vemos que os solventes ocupam a primeira colocação entre as drogas usadas pelos meninos em situação de rua, depois vem a maconha, anti-colinérgicos, ansiolíticos e cocaína (5^a colocada).
- Na Tabela 6 podemos perceber que o uso diário de drogas por menores em situação de rua são os solventes e a maconha, isso se repete em todas as capitais.

1.5. Aspectos Legais

A lei que regula as ações relacionadas com as drogas é a Lei 6.368, de 21/10/1976, que revogou a Lei 5.726, de 29/10/71, a qual anteriormente era a que tratava das drogas no país. Era uma lei mais severa, não privilegiava o usuário, não havia uma distinção exata entre este e o traficante.

A Lei atual é regulada pelo Decreto 78.992, de 21/12/76, e outros decretos que serão descritos no final deste texto.

A Lei de Tóxicos disciplina o uso das drogas lícitas e ilícitas, ela esta transcrita em 47 artigos. Esta dividida em 5 capítulos, a saber:

Do Capítulo I ao II trata das medidas de prevenção, fiscalização e repressão.

O Capítulo III, do art. 12 ao 19, trata dos crimes e das penas.

O Capítulo IV, do art. 20 ao 35, trata do procedimento criminal.

Por fim, no Capítulo V trata das disposições gerais, que vai do art. 36 ao 47.

A legislação que segue complementa a regulamentação da lei 6.368/76.

Vejam os:

- **Decreto 78.992, de 21/12/76**

Regulamenta a Lei 6.368, de 21/10/76, que dispõe sobre as medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

- **Decreto 85.110, de 02/09/68**

Institui o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e dá outras providências.

- **Lei 7.560, de 19/12/86**

Cria o fundo de prevenção, recuperação e de combate às drogas de abuso, dispõe sobre os bens apropriados e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

- **Decreto 96.650, de 29/01/88**

Regulamenta a lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que criou o FUNCAB, e dá outras providências.

FUNCAB (Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às drogas e abuso).

- **Instrução Normativa nº 026, de 19/02/88**

Disciplina o recolhimento de receita do Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN ao Ministério da Justiça.

- **Decreto nº 98.961, de 15/02/90**

Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros condenados por tráfico de entorpecentes e drogas afins.

- **Constituição da República Federativa do Brasil**

Diversos textos.

- **Lei 8.072, de 25/07/90**

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da CF/88.

- **Lei nº 147, de 25/04/91**

Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre AIDS ou SIDA a nível de 1º e 2º graus e nos cursos de formação de professores.

- **Lei nº 8.257, de 26/11/91**

Dispõe sobre a expropriação das glebas onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, e dá outras providências.

- **Decreto nº 577, de 24/06/92**

Regulamenta a lei 8.257, sobre a expropriação das glebas onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, e dá outras providências.

- **Decreto Legislativo nº 162, de 1991**

Aprova o texto da Constituição de Viena contra o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.

- **Decreto nº 2.625, de 16 de setembro de 1986, regulado pelo Decreto nº 4.782, de 30/01/97**

Cria o Conselho Estadual de Entorpecentes, seu regimento e dá outras providências.

CAPÍTULO II

2. Formas de Atuação do Estado ao Uso das Drogas

A Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976 (Lei de Tóxicos), como vamos analisar logo abaixo, se estrutura em três partes distintas na área de atuação, quais sejam: a prevenção/tratamento, a repressão e a fiscalização.

2.1. Prevenção/Tratamento

No primeiro e no segundo capítulo da lei 6.368/76 são abordados a prevenção e o tratamento do usuário de drogas.

A prevenção que a lei busca enseja o engajamento de toda a sociedade para o problema das drogas, de “antecipar, antes que alguém ofereça”; essa busca no seu “espírito” a otimização dos diversos setores organizados para uma ação conjunta. A escola aparece como fonte da prevenção primária (para aqueles que nunca tiveram contato com as drogas) e secundária (usuários eventuais e potenciais dependentes), juntamente com a família.

Outros setores são citados no art. 4º da supra citada lei, entre eles, entidades sociais, hospitalares, culturais e recreativas, esportivas e beneficentes, além de outras. A regulamentação estende o ensino sobre as

drogas e sua prevenção aos professores do ensino de 1º e 2º graus, supervisores educacionais para que possam de forma científica e correta repassar os conhecimentos aos seus alunos, evitando o aumento do consumo de drogas.

A lei, no seu art. 7º, não exclui os Estados de celebrarem contratos a fim de reprimir e prevenir o tráfico e uso de drogas.

Verbis:

Art. 7º - A União poderá celebrar convênios com os Estados, visando a prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica.

O Decreto 85.110 institui o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, tendo como superior o Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN), o qual poderá instituir nos Estados os Conselhos Estaduais e Comunitários de Entorpecentes, a exemplo de Goiás, que tem o Estadual, e Santa Catarina, São Paulo e outros que têm os conselhos municipais, sendo que a função dos mesmos é ser integrados por representantes de vários segmentos sociais, no qual se inclui a Polícia Militar, e orientar uma política local de prevenção, repressão e fiscalização ao uso e abuso das drogas.

O tratamento que a lei se refere no capítulo II abarca medidas quando o indivíduo já se tornou dependente e será comprovado mediante laudo médico e também durante o interrogatório em juízo, e sendo comprovado a eventual dependência ao réu poderá ser recomendado o tratamento/internação, poderá inclusive se ver livre do processo se ao tempo da ação não podia entender o caráter ilícito de sua ação.

Esse é um aspecto falho da lei, quando se vê que não há saúde pública nem para casos mais graves e quanto mais para usuários de drogas, a lei é não diríamos ser “letra morta”, mas atualmente inaplicável.

2.2. Repressão

Assim como a prevenção, a lei de tóxicos exorta a todos na sua repressão. Essa tem sido a tônica da política de drogas no nosso país, têm se dado muito mais ênfase na fase repressiva. É evidente que ela faz parte do contexto e é muito importante para manter em níveis suportáveis os tóxicos, mas a geração que vem tem a expectativa de um quadro melhor, de uma oferta menor do consumo de drogas.

No dizer do professor Benedito Roque da Silveira, em PERSPECTIVAS DE PREVENÇÃO AO ABUSO DAS DROGAS (Mimeo) “repressão é a ação de reprimir, isto é, conter ação ou movimento...”, assim podemos concluir que seria refrear, impedir, proibir ocorrência dos artigos 12 ao 17 da lei 6.368/76, delongando um pouco mais, envidar esforços e ações para impedir o aumento do tráfico de drogas e seu uso.

No nosso país a Constituição atribuiu à Polícia Federal como órgão permanente na prevenção e repressão às drogas, conforme se vê no artigo 144, § 1º, inciso II. As ações a nível de política nacional são coordenadas pelo Conselho Federal de Entorpecentes.

A nível de coordenação da repressão localizada nós temos os Conselhos Estaduais de Entorpecentes e os municipais, sendo o primeiro executado pelas polícias civil e militar e os municipais auxiliando em políticas de prevenção e fiscalização através dos órgãos sanitários.

Ao se referir à Polícia Federal como órgão permanente no combate ao tráfico e uso de drogas, entende que refere-se às questões de plano nacional e repercussão internacional, os casos de menor gravidade são

resolvidos pela Polícia Civil através das delegacias especializadas de tóxico e em conjunto com a Polícia Militar ou mesmo com a polícia federal.

A repressão do Estado às drogas, seja tráfico ou uso, cataliza-se principalmente nos artigos 12 e 16, sendo o primeiro destinado ao traficante e o segundo ao usuário. Para o traficante a pena vai de 3 a 15 anos e é atualmente classificado como crime hediondo pela lei 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), sendo insuscetível de graça, indulto ou anistia; para o usuário a pena vai de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos e pagamento de 20 a 50 dias multa.

Essa é uma distinção importante para o policial militar compreender, exatamente para evitar o cometimento de injustiças e erros no momento do fato concreto, pois é a partir das informações que forem anexadas aos autos é que se fará uma distinção entre o usuário e o traficante, tendo em vista que a lei não fala em quantidade para o caso e sim das circunstâncias factuais.

2.3. Fiscalização

O terceiro e último aspecto da lei de tóxicos é a fiscalização, e esta é exercida pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde, o qual tem subsistemas nos Estados através das Secretarias Estaduais de Saúde e dos municípios.

Essa fiscalização vem regulada pelo Decreto 78.992, de 21/12/76, conforme artigos 7º, 10-18 e 20 e por fim pelo Decreto 85.110, de 02/09/80, que institui o Sistema Nacional de Prevenção, Repressão e Fiscalização que diz que compete ao órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde exercer ação fiscalizadora, na forma estabelecida em lei, sobre produtos e substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

SECRETARIA DE DEFESA MILITAR
BRASÍLIA - DF

A ação será supletiva nos Estados, como já foi dito anteriormente. Nos portos, aeroportos, fronteiras, a competência para a fiscalização é do órgão da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO 3 ^{III}

3. A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS

3.1. Considerações Gerais

Vamos iniciar esta parte da monografia com as palavras do nosso emérito professor Dr Jamyl Issy, autor do livro DROGAS: PREVENÇÃO, TRATAMENTO, quando de sua entrevista. Vejamos:

(...) A implantação por parte da Polícia Militar de um projeto de prevenção ao uso de drogas me daria uma satisfação muito grande, pois o policial militar já tem uma vocação preventiva a qualquer tipo de delito e sua intervenção nesse campo das drogas seria uma complementação de sua atividade e de valor inestimável ao nosso Estado e sua população{..}

Adiante, para chamar atenção para o tema, damos aqui o destaque para o que a revista IstoÉ, edição 1440, de maio/97, estampou em sua capa: BRASIL, INFÂNCIA PERDIDA, “é cada vez mais comum a presença de crianças e adolescentes armados até os dentes a serviço dos traficantes que dominam os morros do Rio de Janeiro”. Prosseguindo em outra página o autor relaciona:

... Divisão de Proteção à Criança e aos Adolescentes (DPCA) da Polícia do Rio. Nada menos que 1.108

adolescentes foram presos no ano passado por envolvimento com o tráfico de drogas. O número é duas vezes maior que o de 1995 e nove vezes maior que 1993. Do total de garotos presos em 1996... .

Outro dado a registrar por oportuno são as informações da ONU/junho/97 que o Brasil tem grandes problemas com o “crack”, e que o álcool e os inalantes ocupam o 1º lugar no Brasil em drogas usadas pela juventude. Segundo pesquisas da UFRJ, 86% dos acidentes com mortes violentas são causados pelo uso de bebida alcoólica.

Não é incomum atravessarmos nossa cidade e depararmos com menores cheirando cola e perdidos, perambulando sem destino.

Infelizmente nosso sistema carcerário é precário e primário, sequer foi informatizado, mas segundo as palavras informais do CAP Francisco, atual chefe de recuperação do CEPAIGO, a maioria dos reclusos tem alguma ligação direta ou indireta com o tráfico e uso de drogas, existe ali até uma frase que diz: “... quando os presos estão muito violentos e estão tentando fugir é porque está faltando drogas...”.

Analisando algumas bibliografias relacionadas às drogas, os especialistas e educadores são taxativos ao declinarem a relação das drogas (uso) com implicações em toda a ordem social, notadamente no quadro da segurança pública.

Em muitos casos a prática do delito, de grande ou pequena amplitude, e que afetam todos os segmentos da sociedade, tem origem no uso e comércio ilegal que permeia todos os centros urbanos, grandes ou pequenos.

Durante o Simpósio sobre a infância e juventude, realizado em Ribeirão Preto/SP, em novembro de 1996, o professor Marc L.

Blanc, Ph. D, professor titular da Universidade de Montreal, fez a seguinte assertiva:

(...) *As pesquisas em vários países da América do Norte e da Europa estão de acordo com alguns resultados fundamentais que têm conseqüências importantes para a concepção das políticas sociais e para a intervenção clínica em relação aos delinqüentes e aos adolescentes que abusam de drogas. (...) Há delinqüentes crônicos ao lado de outras categorias de delinqüentes (...). Os adolescentes requerem uma tolerância maior devido a problemas (...). A maioria dos delinqüentes é de consumidores de drogas. Quaisquer que sejam os países ocidentais, existe uma correlação muito grande entre a atividade criminosa e o consumo de drogas (...). Todos os delinqüentes persistentes consomem drogas. Já que existe um recobrimento de problemáticas delinqüência e drogas, talvez as políticas sociais e as intervenções deveriam dar mais atenção a estas duas problemáticas.* (Grifo nosso).

As palavras do eminente expositor reforçam a tese da ligação drogas e aumento da criminalidade.

Temos que ter a percepção de que as drogas, seu tráfico e uso, não podem ser analisada apenas num contexto jurídico-penal, mas médico e social, sobretudo este último, pois a maioria dos traficantes aproveita das deficiências estatais para estabelecer seu poder de fogo, e se estabelecerem no seio do povo, numa espécie de salvadores da pátria, Hobin Hood do 3º milênio. A frase abaixo resume essa situação:

— Não é difícil encontrar garotos como L. S., que tem apenas 13 anos, mas desde os 11 já atua no tráfico de drogas (...). Sem dúvida, a excepcional remuneração é o principal fator que empurra os garotos para os braços dos traficantes. No quadro de miséria em que vivem os moradores das favelas, esse apelo é quase irresistível (...).¹

A Polícia Militar, na condição de instituição encarregada da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, está diretamente envolvida nesse contexto e precisa dar uma resposta à altura de sua destinação constitucional.

É preciso, entretanto, avaliar como fazer e se estamos preparados e preocupados para estabelecer uma atuação preventiva adequada, buscando pelo menos inibir essa verdadeira síndrome, que hoje assola as comunidades, que é o uso ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Surge, todavia, um questionamento: estaríamos atualmente instrumentalizados para uma atividade eficaz contra as drogas?

Avaliado o quadro da relação das drogas e a criminalidade, passemos a abordar os aspectos legais.

3.2. A Missão Institucional

Para um melhor entendimento da função da Polícia Militar, necessário se faz que a análise se inicie exatamente pelos preceitos constitucionais que definem claramente o seu contexto de atuação.

A Constituição Federal, em seu artigo 144, assim explicita:

¹ Valéria Magalhães. Psicologia. Centro Brasileiro dos Direitos das Crianças. Veja. Maio/97. Ed. 1440. *Isdo é*



Art. 144 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é executada para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia Federal;

(...)

V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

§ 1º - A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturada em carreira, destina-se a:

(...)

II - Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas competências.


§ 3º - Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. (Grifo nosso).

Como verifica-se pelo texto constitucional citado, à Polícia Federal incumbe atuar contra as drogas, tanto no aspecto preventivo como repressivo, entretanto a própria Lei Maior deixa a ressalva que dessa competência não há impedimento para que outros órgãos públicos também atuem nesse campo, exatamente pela dificuldade em agir num país superdimensionado geograficamente como é o Brasil.

Não poderíamos de forma alguma entender esse artigo na sua interpretação restritiva, e sim no seu aspecto extensivo de alcance para as polícias estaduais, tanto que a própria estrutura judiciária é composta

de várias estaduais especializadas em tóxicos (Goiás - 3ª Vara Criminal) e delegacias especializadas de tóxicos, como ocorre aqui. O certo é que existem apenas algumas ações da polícia administrativa no aspecto preventivo às drogas, a exemplo do PROERD-SP, PROJETO ESCOLA SEM DROGAS - PC/Goiás, PATRULHA DA PREVENÇÃO - Minas Gerais e outros no país, a nível de ONGs e entidades filantrópicas. Isso será discorrido mais à frente.

Sabemos que a Polícia Federal, seja pelas deficiências de ordem material e ou de recursos humanos, dá ênfase ao tráfico na sua dimensão (repressão/prevenção) no âmbito internacional e nacional, e não localizados (pequenos municípios, escolas, igrejas, associações, etc.), seria impossível um DPF dar conta de todas as suas atribuições descritas pela lei constitucional.

 A contribuição dos Estados é de forma supletiva aos órgãos federais, até porque a CF/88 é taxativa ao não dar exclusividade da prevenção e repressão à Polícia Federal, o legislador estaria sendo incoerente se assim desprezasse a força pública nacional, com mais de 500 mil homens à disposição para eventual e circunstancialmente usá-las.

A própria legislação estabelece que poderá a União celebrar contratos e convênios com os Estados (polícias estaduais) através das Secretarias de Segurança Pública.

Verbis:

Lei 6.368, de 21/10/76

Capítulo I

Da prevenção

Art. 1º - (...)

Art. 2º - A União poderá celebrar convênios com os Estados, visando a prevenção e repressão do tráfico

ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica.

O Decreto 85.110, de 2/12/68, que criou o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao tráfico de entorpecentes, institui no seu artigo 3º, inciso I, o Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN), como órgão central, juntamente com mais 5 órgãos, integrar a nível estadual, municipal e Distrito Federal, os Conselhos Estaduais de Entorpecentes com as mesmas funções de prevenção, repressão e fiscalização.

Por outro lado, as Polícias Militares têm a sua competência definida em legislação federal, explicitada no Decreto-Lei 667, de 02 de julho de 1969, alterado pelo Decreto-Lei 2.010, de 13 de janeiro de 1983, que diz o seguinte:

Verbis:

Art. 3º - Compete às Polícias Militares:

o) Executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos. (Grifo nosso).

Segundo assevera Cretella Júnior, 1986, a Polícia Militar quando executa a chamada polícia administrativa ou ostensiva ali se acha inserto o “compromisso de assegurar o cumprimento da lei, ela exerce ‘a priori’ a prevenção, ou seja, atuar antes dos acontecimentos, procurando evitar que as perturbações se verifiquem”. Conclui que no conceito dessa polícia ostensiva está presente a noção de ordem pública e não de infração.

Assim sendo, percebemos que deve a Polícia Militar planejar e executar atividades de prevenção, inclusive procurando inibir o uso de drogas, se este é citado como um dos fatores do aumento da criminalidade.

Meirelles *apud* Oliveira (1990, p.31), em palestra realizada ao CSP/PMMG II/90 disse: “a atividade da polícia ostensiva deve ser essencialmente preventiva”.

Dessa assertiva podemos dizer que antecipar-se aos fatos a fim de evitá-los, prever criminalmente o delito, é sem sombra de qualquer dúvida uma atividade eminentemente policial militar. E nessa se enquadraria a prevenção ao uso dos tóxicos.

Essa atribuição de prevenção e preservação da ordem pública se traduz também na Constituição Estadual.

Vejamos.

A Polícia Militar na Constituição Estadual de Goiás está inserida no Título V - DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA SOCIEDADE, juntamente com outros órgãos.

Capítulo IV - Da Segurança Pública

Seção I - Das Disposições Gerais

Art. 120 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para assegurar a preservação da ordem pública, a incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente e o pleno e livre exercício dos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos, sociais e políticos, estabelecidos nesta Constituição e na Constituição da República, por meio dos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Corpo de Bombeiros.

Seção III - Da Polícia Militar

Art. 123 - A Polícia Militar é instituição permanente, organizada com base na disciplina e hierarquia, competindo-lhe, entre outras, as seguintes atividades:

I - O policiamento ostensivo de segurança;

II - A preservação da ordem pública;


III - ...

IV - ...

V - ...

Parágrafo único - ...

No quadro que se apresenta, vemos que a Constituição colocou a segurança pública como uma responsabilidade de todos órgãos, além de ser uma responsabilidade dele, e esta é colocada como um conceito afim com o de ordem pública, já que esta traduz uma amplitude maior, a noção de inexistência de atos delinquentes, no dizer de Lazzarini, (1997, p. 42) “soberania do cidadão”, em respeito aos seus direitos e garantias individuais, entre os quais a segurança, colocá-lo a salvo de toda e qualquer irrupção dessa segurança, dessa ordem, já que ele necessita da mesma para atingir outros fins pessoais.

 As drogas, seu tráfico e uso com toda certeza quebram e rompem a noção e idéia de ordem pública, não simplesmente pelo ato isolado em si, mas pelas conseqüências advindas: roubo, prostituição, homicídios, violência a menores, etc.

A Carta Magna, em seu artigo 166, ao tratar da Segurança Pública, e declinando os órgãos encarregados desta, não exclui a colaboração entre os setores, seja material ou humano, de modo que deverá haver maior entrosamento para que ações de todas as ordens e em específico a prevenção/repressão ao uso e abuso das drogas seja um objetivo dessas organizações.

3.3. A Prevenção Como Missão Operacional Básica

O homem na sua trajetória pela Terra sempre almejou um ideal, seja moral, religioso, político ou social. Segundo Rico, (1992, p. 191), “essa indagação e busca transformou-se num mito, e de grande importância...”. Avaliando as colocações do digno mestre, uma das maiores preocupações atuais é o da prevenção dos delinqüentes, exatamente para atingir os fins declinados. (Grifo nosso).

Há um consenso de que a melhor arma contra as drogas é a prevenção. Prevenção é educação.

Segundo os especialistas, a prevenção dos delitos representa, se não a principal função, pelo menos uma das funções mais importantes e tradicionais da polícia (Bossard *Apud* Rico, Salas. 1991, p. 191).

A prevenção dos delitos é um tema tão atual que tornou-se uma das maiores preocupações dos governos; no nosso tempo essa insatisfação sofre reflexos em todos os segmentos sociais que cobram das autoridades e aí diríamos de nós (policiais) providências para todas essas mazelas que afligem a ordem social, embora tenhamos a consciência de que o problema não é ocasionado pelas nossas deficiências, mas por uma estrutura do Estado.

Entre as razões e conseqüências que cobram de nós autoridades em segurança pública uma posição preventiva mais eficaz nós poderíamos aqui enumerar dezenas, centenas, mas nos poupamos a algumas:

- aumento da delinqüência grave e o aparecimento de outras, principalmente as ligadas ao uso de drogas e entorpecentes e suas conseqüências em outras áreas criminais;
- repercussão dos delitos na sociedade, a exemplo da avó e neta que foram violentadas e depois mortas, recentemente em Aparecida de Goiânia;
- Sentimento de insegurança coletivo;
- o auto custo do sistema penitenciário;
- baixa solução de delitos;
- o reaparecimento de novas drogas viciantes e perigosas, de baixo custo, a exemplo da heroína, segundo o programa Fantástico do dia 29/06/97, que invade o eixo Rio-São Paulo, já fazendo suas primeiras vítimas.

Pesquisados em relação à prevenção do delito, poucos se aventuraram a escrever sobre o assunto, exceção para JOSÉ MARIA RICO e LUÍS SALAS *in DELITO, INSEGURANÇA DO CIDADÃO E POLÍCIA* (1991, p. 193-194), o qual transcrevemos algumas carências em relação à prevenção. Vejamos:

- imprecisão e inadequação do significado desse termo;
-

- por um lado a falta de informação e de conhecimento nesse setor, e por outro lado e, paradoxalmente, a proliferação de programas;
- a ausência de continuidade nas ações empreendidas;
- falta de coordenação entre os órgãos que se ocupam da prevenção e a carência de responsabilidade precisas desses órgãos;
- o pouco apoio profissional e material necessário para uma ação eficaz nesse setor;
- a relativa ausência de participação da comunidade na prevenção do delito.

Assevera finalmente que o prevenção policial apresenta as seguintes lacunas:

- Existência de diversas concepções sobre o que deve ser a sua ação preventiva;
- uma certa confusão sobre os objetivos da polícia (prevenção, repressão, detecção do delito, etc.);
- existência de poucos policiais que receberam uma formação suficiente sobre as técnicas e os critérios preventivos;
- muitos programas mal concebidos ou mal aplicados;
- são poucos os recursos humanos e materiais destinados à prevenção;
- também são raras as avaliações sobre os programas desse tipo colocados em prática pela polícia;
- alguns deles não se prestam a uma avaliação.

Não existe um consenso para o termo prevenção, eles são utilizados para várias definições institucionais, como prevenção na área da saúde, prevenção religiosa, prevenção policial e outros, sendo este a que nos interessa.

Podemos então extrair qualquer um dos conceitos citados por RICO e SALAS (1991, p. 194), e dizer:

Prevenção é o conjunto de ações que a (polícia) pode realizar com um espírito de preservação e assistência, a fim de, por um lado evitar que certas pessoas caiam ou perseverem na delinqüência e, por outro lado que certas pessoas se convertam em vítimas de infrações.

Assim como o conceito é impreciso sobre prevenção da delinqüência, também são imprecisas as medidas que o Estado emprega para aplicar a prevenção. Alguns autores dizem que pode ser pela via legislativa (leis, sanção penal); via judicial (aplicação da lei) e via administrativa (através da polícia, rondas, patrulhas) outros falam que ela pode ser dividida em três fases: primária, secundária e terciária.

A prevenção nos meios policiais, conforme assevera RICO e SALAS (1992, p. 198) "... não costuma precisar em que consiste a sua ação preventiva nem quais as suas atribuições nesta matéria...". Adiante o autor transcreve algumas pistas ditadas pela Interpool no que consistiria a atividade de prevenção da polícia.

Vejamos:

- ação repressiva eficaz (rápida descoberta das infrações e rápido estabelecimento da culpabilidade dos autores);

- presença policial na via pública (patrulhas e rondas);
- utilização de medidas administrativas (aplicação de regulamentos sobre armas, explosivos, fronteira);
- vigilância dos pré-delinquentes identificados e dos reincidentes potenciais;
- informações a possíveis vítimas;
- multiplicação de medidas de auto-proteção;
- ação social educativa em relação aos jovens ou aos autores de delitos que pagaram a pena imposta; (Grifo nosso)
- ação dirigida a população em geral.

Todas as sugestões de Interpool fazem parte, ainda que de forma isolada, mais ou menos das atividades policiais militares. Entretanto, não se encontram plenamente definidas no arcabouço operacional e diário das corporações.

Em específico, considerando o usuário de droga como uma “vítima do sistema de drogas” que o prende como a uma “teia de aranha”, vemos que nossas atividades são fracas e pouco consistentes nas informações às possíveis vítimas, e é exatamente o que eles precisam para defender-se como afirmou uma pesquisa do CEBRID (1993, p. 95), que uma pessoa bem informada e com dificuldade a acesso de drogas tem menos possibilidades de ser consumidora de drogas. (Grifo nosso).

Outro dado importante são as medidas sócio-educativas em relação aos jovens e ações dirigidas à população em geral. Esses aspectos são realmente muito estéreis em nosso meio, mesmo considerando os poucos recursos das polícias militares.

Se nos pautarmos por essa linha e nos convergirmos nessa direção vemos que a Polícia Militar no exercício de polícia ostensiva, pelas características de sua atividade, exerce uma função coativa, ~~na~~ discricionária, mas também educativa, pela natureza das ações que executa, tanto na prevenção ao ilícito, como naquelas atividades voltadas para regular a condução e o comportamento das pessoas.

Por outro lado, essa polícia ostensiva, instituição de segurança das pessoas e dos bens, deve estar voltada aos anseios da comunidade e seu trabalho deve ser realizado integrado com ela.

Mas é preciso avaliar de início os aspectos doutrinários que vão possibilitar a adequação da Polícia Militar a essa ação preventiva.

Todo o trabalho da Corproação deve estar voltado para a segurança pública, como um objetivo da ordem pública, visto que os autores entendem que essa é que integra o segundo conceito, este numa visão ampliada que vai de aspectos morais, políticos, ética e até religiosa.

DE PLÁCIDO E SILVA APUD CAIO TÁCITO et al, (1986, p. 15), diz:

Segurança pública é o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo o perigo, ou de todo o mal, que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade, ou dos direitos de propriedade do cidadão. A segurança pública, assim, limita as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais.

Sobre a ordem pública Meirelles *apud* Oliveira (1990, p. 33) assim se pronunciou:

“Ordem pública, constitui o conjunto de condições favoráveis, naturais e humanas, suficientes para o bom andamento da vida comunitária”.

Isto vale dizer que tudo deve ser feito pela Corporação, visando atender o clamor social por ordem pública e conseqüentemente segurança pública, contra as ameaças e riscos que a afetam. Essas ameaças tanto podem surgir dos perigos em potencial como no caso da onda de seqüestros, estupros, homicídios e/ou riscos iminentes, receios e medos que inquietam as famílias. Nessa síndrome da violência estão as drogas.

Os estudiosos da síndrome da violência dizem que o organismo social guarda relação muito íntima com o organismo humano. O funcionamento interrelacionado e equilíbrio é vital para o ser humano. Se houver qualquer desajuste de uma das partes, por menor que seja, acaba provocando reações em cadeia e afetando o funcionamento do todo.

Nas comunidades isto também se verifica, pois ao se vicejar qualquer ameaça à convivência social, surge o clamor da população, pedindo apoio. Ultimamente esse clamor tem sido direcionado contra o uso abusivo e o comércio criminoso de drogas. Por isto, a Corporação, como desaguadouro das ameaças e tensões, é a parte mais visível do poder público, constantemente acionada.

O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O CONTROLE DAS DROGAS - UNDCD (1996?), a propósito desse mal secular, que é as drogas, e sua íntima relação com o crime se pronunciou em relatório anual.

Vejamos:

- (...) *Pesquisa brasileira de uso de drogas entre estudantes de 2º grau constatou que a violência doméstica é o fator mais freqüentemente associado a esse comportamento. (...)*
- (...) *Dos adolescentes em Centros de Detenção para Menores em São Paulo, 70% admitiram ter consumido ou traficado drogas, geralmente crack. Dos reclusos, 59% cometeram roubos ou furtos, em parte para comprar drogas. (...)*

Essas pesquisas, ainda que esparsas e sabendo que muitas autoridades as desconhecem, refletem um pouco desse mal.

Partindo da premissa de que a segurança é um dos direitos fundamentais da pessoa (art. 5º, CF/88), e que é dever do Estado prover segurança às comunidades, e que a Polícia Militar é o instrumento para tal mister, pode concluir que a “PREVENÇÃO AOS RECEIOS SOCIAIS”, faz parte de sua ação direta em todos os sentidos.

Na realidade isto é nada mais do que a busca da antecipação às demandas conjunturais, como no caso das drogas.

Avaliando a atuação da Polícia Militar, podemos distinguir que a Corporação exerce sua atividade de duas formas distintas na prevenção: a primeira com medidas que inibem a vontade de delinquir (campanhas sócio-educativas) e obstaculizando oportunidades (grifo nosso).

No caso vertente das drogas e sua prevenção, cabe exatamente campanhas, trabalhos sócio-educativos, tentando diminuir a vontade e a determinação de consumir e também reprimir para que haja menos oferta no mercado.

Trabalhos executados em escolas no trato com as drogas/adolescentes, como em programas de redução do uso de drogas, como o PROERD-SP (Programa Educacional de Resistência às Drogas), Patrulha de Prevenção-MG, Escola Sem Drogas - Polícia Civil/GO, os quais serão analisados detidamente à frente, têm necessidade de uma interrelação com o grupo que vai proteger, conhecer seus anseios, problemas e o que esperam da ação da polícia.

Todo e qualquer trabalho que houver um envolvimento mais direto com a comunidade há que se ter uma participação direta e objetiva do policial militar, sob pena de fracasso.

Bucher (1993, p. 51), diz:

(...)A partir da capacitação e treinamento, será possível desmistificar a presença das drogas nas escolas e na sociedade, e enxergá-la de uma perspectiva mais realista (...). De qualquer forma, a mobilização das forças vivas da própria escola, no sentido de auto-ajuda. (---)

(Grifo nosso).

Assim, essa assertiva não deixa dúvidas de que a Polícia Militar, hoje é uma força viva na comunidade em geral, e que temos que partir para a capacitação e treinamento de recursos humanos específicos, que estarão juntos com esses jovens.

A Polícia Militar tem que ser proativa, ou seja, procurar antecipar-se à ocorrência do fato, e não reativa, que nada mais faz do que correr atrás do criminoso, quando o mal já foi praticado.

Vejamos o que diz a Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976, que trata das medidas contra o uso e comércio de substâncias entorpecentes:

Art. 1º - É dever de toda a pessoa física ou jurídica colaborar na prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determina a dependência física ou psíquica. (Grifo nosso).

Mena Barreto *apud* Oliveira (1990, p. 30) é um dos defensores da prevenção às drogas, através da participação de todas as forças vivas nesse reforço, diz:

“Não é mais admissível tolerar-se no mundo interdependente a indiferença comunitária”.

Assim sendo, há necessidade de um trabalho de prevenção e educação na comunidade, através de seus diversos segmentos; deve-se estimular a participação da Polícia Militar, por suas unidades executivas.

Entrevistado o atual secretário da Segurança Pública de Goiás e também presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, o Coronel Joneval Gomes de Carvalho, a respeito da prevenção de drogas executado pela Polícia Militar, assim se pronunciou:

(...) Considero boa idéia, aliás a PM de Goiás já deveria ter um projeto nesse sentido funcionando (...). Quanto mais pessoas tivermos nessa luta, melhor para a conquista dos objetivos (...) na verdade a PM não deve atuar apenas na repressão, muitas vezes até mal interpretada, a missão da PM deve ser sempre que possível preventiva, também no caso de drogas. (. . .)

As nossas normas em vigor até o momento não abordam, com definição certa e determinada, qual o proceder do policial militar

na área preventiva de drogas. Os currículos escolares militares não são adequados com tempos destinados para essa aprendizagem, esporadicamente e quando se tem ouve-se algumas palestras isoladas.

A nossa instituição atua de forma diríamos, desordenada, não existe um mapeamento, acompanhamento dessa atividade. Contudo, para prevenção e repressão, as ocorrências envolvendo drogas são esporádicas e na maioria ocorrem pelo chamado “190”, ou em algumas operações esparsas.

Embora não se possa avaliar o resultado final das operações nessa área, pode-se admitir como positiva a nossa atuação, já que a nossa presença ostensiva fardada constitui por si só uma das formas preventivas de delito.

CAPÍTULO 4 ¹⁰

4) POSSIBILIDADES DA PM ATUAR NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Avaliaremos nesse capítulo as possibilidades pelas quais a Polícia Militar poderá justificar sua participação ativa e efetiva na prevenção ao uso e abuso de drogas psicotrópicas, como um organismo vivo da sociedade e também uma pessoa jurídica de direito público.

Entre as possibilidades que entendemos existir destacamos 04 (quatro), quais sejam: jurídico/legal, social, de recursos humanos e material.

~~Vejamos:~~

4.1. Possibilidade Jurídico/Legal

Não há que se discutir que as drogas e seus efeitos são um mal a toda sociedade, a nossa lei 6.368, de 21 de outubro de 1976 (Lei de Tóxicos), regulada pelo Decreto 78.992, de 21 de dezembro de 1976, procura dar ênfase e ressaltar a importância da educação e da conscientização geral na luta contra os tóxicos.

A lei não exclui o apoio de nenhum órgão, seja federal, estadual ou municipal e/ou organismos de classe ou representação para essa luta, que além do seu aspecto jurídico exorta a todos numa cruzada moral e ética.

Entre esse segmentos está a Polícia Militar, como pessoa jurídica de direito público, e a qual se assenta nos seguintes aspectos legais para justificar sua participação:

- Lei 6.368, de 21/10/76

Capítulo I

DA PREVENÇÃO

Art. 1º - É dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar na prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica.

A lei de tóxicos, em seu art. 3º, admite a possibilidade de atuação das três esferas do poder executivo Federal, Estadual e Municipal.

Bobbio *apud* Greco Filho (1991, p. 53), diz: “... o dever da sociedade mais que jurídico é moral, o que todavia não tira da norma o seu caráter de validade...”. O texto da lei 6.368 é expresso quando incita a sociedade não só à repressão, mas sobretudo à prevenção.

A Lei 5.726/76 (antiga lei de tóxicos) atribuía à Polícia Federal, em seu art. 4º, a incumbência de destruição das plantas nativas ou cultivadas referidas no art. 4º em todo território nacional.

A esse texto, Vicente Greco Filho *in* TÓXICOS, PREVENÇÃO - REPRESSÃO (1991, p. 55), se pronuncia:

À Polícia Federal cabe a atribuição específica de destruição das plantas, mas isto não quer dizer que se a autoridade policial estadual constatar o plantio localizado os vegetais proibidos não possa, também, imediatamente, promover sua destruição, colhido o

*Fiscalização e Repressão, constituído pelo conjunto de órgãos que exercem essas atividades nos âmbitos federal, **estadual** e municipal.*

Parágrafo único - O Sistema de que trata este artigo (...) especificamente nas área de atuação do governo federal, estadual e municipal.

O Decreto 85.110, de 2 de setembro de 1980, cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.

No § 2º do artigo 3º do referido Decreto diz que cabe ao COFEN (Conselho Federal de Entorpecentes) integrar os Estados, Territórios e DF, integrando os órgãos que exerçam atividades de prevenção, repressão e fiscalização às drogas psicotrópicas.

No Estado de Goiás, o CONEN (Conselho Estadual de Entorpecentes) é regido pelo Decreto 2.625, de 16/09/86, tendo sua regulamentação interna só redigida e proclamada em 30/01/97 pelo Decreto 4.782, da mesma data.

O regimento interno prevê que na composição do CONEM-GO, haverá um representante da Polícia Militar. Entre as atribuições da política desse órgão em relação às drogas, está a prevenção ao tráfico e ao uso.

O artigo 7º da lei 6.368/76, diz:

Art. 7º - A União poderá celebrar convênios com os Estados visando a prevenção e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica.

Sobre esse artigo Greco Filho (1991, p. 63) assim se pronuncia:

Entre os convênios possíveis, além dos da área de educação e área de saúde (...) estão os convênios entre a Polícia Federal e as polícias estaduais (...) mas não podemos, desde logo, tratar das atribuições policiais, que não é aspecto processual, mas administrativo.

Prossegue o autor que até a Constituição de 1946, as polícias eram estaduais, cabendo a repressão às polícias locais. O deputado constituinte Adolfo de Oliveira, tentou na Constituição de 1967 colocar a expressão: “a competência para a Polícia Federal de repressão ao tráfico de entorpecentes”. Ciente das deficiências para combater o tráfico com exclusividade o governo ratificou o texto que posteriormente se incorporou às Constituições de 1967 e 1969, ficando assim:

Art. 8º - Compete à União:

.....

VII - Organizar e manter a Polícia Federal com a finalidade de prover:

a)

b) Repressão ao tráfico de entorpecentes.

A Constituição Federal aprovada em 1988, previu em seu artigo 21, XIV, a competência da União para organizar e manter a Polícia Federal, cujas atribuições serão definidas em lei federal, conforme se pode ver no artigo 22, XXII, cabendo-lhe, entre outras, a atribuição de prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes (art. 144, § 1º, II).

No cenário das drogas tem surgido críticas à competência da Polícia Federal em suas atribuições de repressão e prevenção das drogas, isso no contexto e relevância social não tem importância.

A competência policial não é exclusiva, permitindo, evidentemente, a ação das polícias locais. (Grifo nosso).

Não podemos depender de um sistema policial exclusivista, pois a atividade policial é exatamente avessa a essa medida, não é sua característica pois assim ocorrendo teremos vazio na repressão.

À Polícia Federal competirá a coordenação nacional policial de repressão ao tóxico, naquilo que o tráfico tem de nacional e até internacional, exigindo mobilização orgânica e unificada. Essa coordenação não impedirá, mas ao contrário considerará imprescindível a participação efetiva das polícias locais. Por outro lado o tráfico de drogas e sua prevenção não pode ficar a mercê das contingências que às vezes pode sofrer alguma polícia local, possibilitando assim na omissão da polícia do Estado (administrativa ou judiciária) a intervenção da Polícia Federal para apuração desses crimes.

Ainda na Constituição Federal, art. 144, tem-se que a segurança pública é um dever de todos e destinada à preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo que para o atingimento dessa ordem pública (*lato sensu*) e *in strito* para a segurança no seu aspecto comunitário, vários órgãos devem envidar esforços, sem que haja exclusividade de atribuições.

Isso não implica na usurpação de função, mas os fins que se desejam para alcançar essa ordem.

Se entendermos que a ordem pública, conseqüentemente a segurança pública, é quebrada, violada com o tráfico e uso das drogas, convimos que o interesse é de todos, principalmente em se tratando de pre-

venção, onde as medidas são mais de cunho cognitivo, educacional, que propriamente repressivas.

4.2. Possibilidade Social

Tradicionalmente encarregada da aplicação das leis e da manutenção da ordem pública, a polícia foi sempre um órgão estatal com características peculiares que a distinguem dos demais setores cujo conjunto é denominado comumente “administração da Justiça”. A principal dela é de estar constantemente em contato direto, não somente com a realidade criminal (crime e delinqüente) mas também com o público em geral. A polícia é, no entanto, uma instituição social cujas origens remontam às primeiras aglomerações urbanas, motivo pelo qual ela apresenta a dupla originalidade de ser uma das formas mais antigas de proteção social, assim como a principal forma de expressão de autoridade. (Grifo nosso).¹

Queremos nesse tópico chamar a atenção para o aspecto histórico-sócio-cultural da Polícia Militar, que sempre foi mostrada como agente de proteção e socorro, muito embora às vezes esse trabalho seja mal interpretado, mas o que se percebe é o alcance social que a Polícia Militar tem em todas as camadas da sociedade.

É a Polícia Militar no Brasil o agente mais conspícuo do poder público junto à comunidade. Oriundo normalmente de camadas mais modestas da sociedade, e que na sua atividade interage muito próximo dessa

¹ José Maria Rico, Luís Salas. Delito, Insegurança do cidadão e Polícia. Rio de Janeiro: 1992, p. 73.

comunidade. A população, embora com excessões, enxerga a Polícia Militar não apenas como ente público visível mais próximo, mas como aquele que prevê-la do crime, o tem como o que está encarregado de protegê-la contra acidentes de trânsito, deterioração ecológica, ameaça de doença infecto-contagiosas ou a visão de mazelas sociais, como o mendigo e enfermos abandonados nas vias públicas. É o PM que está nas enchentes, grandes campanhas de saúde pública no país, nas eleições, enfim em todos os momentos do povo.

Somos às vezes um misto de padre, sociólogo, juiz, assistente social, policial, pai e mãe desse povo, tendo sempre como limite de nossas ações, a lei.

A Polícia Militar é uma repartição “sem portas”, não tem horário de começar e terminar, eu deixo a minha jornada e outro se incumbem de prosseguir-la, de dar continuidade.

Desta forma, pode-se inferir o alcance social destas instituições, não há espaço que não cabe a presença da polícia preventiva, o que lhe dá uma característica de instituição de proteção, socorro e serviço social.

As Polícias Militares, instituições biseculares, talvez tenham sobrevivido ao longo desses anos todos em razão da sua capacidade de adaptar-se à realidade social, valendo aí o aforismo “*ubi jus, ibi societas*” e aí diríamos onde está o povo aí está a polícia. (Grifo nosso).

A partir do momento em que as polícias começaram a ver o crime e o criminoso, por sua vez, “...de um ponto de vista sociológico...” (Espírito Santo, 1987, p. 15) como um fenômeno do progresso, da industrialização, dos meios de comunicação, da própria condição do homem discordar do outro ou ter comportamento que não é a expressão da maioria, a polícia se ~~socilizou~~ à realidade dos fatos.

socia liza

Como instituição junto com outros órgãos no sistema de defesa social, cabe a ela parte da prevenção do delito e o controle social no dizer do TC PM Amaury Meireles *apud* Cel PM Espírito Santo, ^(1987, p. 15) ^(1987, p. 15) ~~...~~

^(1987, p. 15) *prescindível à vida em sociedade...*”. O seu papel atualmente é de um elemento integrado, compromissado com a sua contribuição social. E essa não é apenas a repressão ou detenção do delituoso, ou ações estritamente policiais, mas impõem atitudes altruístas de exemplo, proteção dos direitos coletivos e individuais, econômicos, políticos, culturais, entre os quais deixamos para o final, dizer: a prevenção das drogas que assolam nossa juventude e o nosso país.

Enfim, pode-se afirmar categoricamente que o policial militar “é o elemento da paisagem urbana...” (Cel PMGO Paulo Alves Vieira, ?), integrado a todos os postos e rincões do Estado e a todas as camadas da sociedade, razão pela qual não encontraria dificuldades para desenvolver qualquer atividade preventiva.

4.3. Possibilidades de Recursos Humanos

Toda e qualquer organização para atingir seus fins, deve se flexibilizar estruturalmente.

Esse é um princípio básico em administração de qualquer ordem ou espécie. A Polícia Militar, como órgão de defesa social, presta um grande serviço à comunidade, e a ela não cabe esquivar-se das constantes e grandes reclames a respeito dos problemas de drogas, cabendo então uma reestruturação de currículos, estágios e investimento nos recursos humanos a fim de qualificá-lo para atuar nessa área de prevenção.

Dos currículos avaliados para os cursos de formação na Corporação, principalmente o grande contingente (SGT, CB e SD) não existe tempo designado para a aprendizagem desse ramo do conhecimento

curso tem 40 horas/aulas, e podem ser ministrados em alguns meses e até pelo ensino a distância.

Cursos ^{pequenos} ~~calor~~ e projetos existentes não demandam grande efetivo, diríamos um GP por Batalhão, no máximo dez pessoas, incluindo o coordenador.

Sem necessidade de delongas, vê-se pelo exposto o que falta é uma vontade certa e determinada, conhecimento de que esses programas estão aí, e investir.

4.4. Possibilidade Material

Normalmente nos programas preventivos de drogas, as necessidades materiais são as seguintes:

- Ambiente (escola, igreja, associação de moradores, quartel, etc.);
- vídeo K-7/TV/fitas;
- projetor de slides e tela;
- retroprojetor e transparências;
- quadro-giz e apagador;
- papel, xerox e caneta;
- veículo para transporte;
- material didático (cartilha, folders, questionários, formulários, etc.);
- outras.

Todos esses e outros recursos materiais podem ser adquiridos através de patrocínios ou através de convênios com órgãos do Es-

tado, tais como: Secretaria da Educação, da Segurança Pública, Conselho Federal de Entorpecentes, Estadual e Municipal, se tiver sido criado.

Existe um fundo de recursos para programas de prevenção, recuperação e combate às drogas, conforme lei 7.560, de 19/12/86, regulamentada pelo Decreto 96.650, de 19/01/88.

Exemplo dessa parceria entre o programa e a iniciativa privada é o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) que é ligado à Secretaria de Assuntos Comunitários de São Paulo e tem patrocínio de empresa particular.

Outro programa que é ligado à Secretaria da Educação e por ela financiado é o PREVIDA (Programa PREVENÇÃO, EDUCAÇÃO E VIDA), de Santa Catarina. Esse programa já funciona em Goiás, atualmente está desativado.

Vemos que um ou outro material poderia ser conseguido pela Polícia Militar, mas não todos. O caminho a ser encontrado seria talvez de convênios, patrocínios, enfim todo e qualquer recurso que pudesse ser capitalizado talvez da voluntariedade e interesse na prospecção dos projetos preventivos.

CAPÍTULO ^V~~5~~

5 : PROGRAMAS PREVENTIVOS AO USO DE DROGAS

5.1. Considerações Iniciais

O uso de drogas é um tema que atualmente preocupa as autoridades de todo o mundo, pois o consumo atinge proporções incalculáveis, deixando de ser uma endemia para se tornar uma epidemia universal.

O homem tem buscado várias alternativas na solução desse problema, a repressão ao tráfico, o tratamento ao usuário e a prevenção são frutos desses esforços, que visam a minimizar o efeito prejudicial de sua utilização pela sociedade.

Dessas estratégias, a que melhor resultado tem apresentado é a prevenção. Engloba um conjunto de informações e ações que buscam desenvolver no indivíduo uma mudança em relação à droga, e é realizada em níveis:

- **PREVENÇÃO PRIMÁRIA:** “abarca medidas que pretendem preservar os jovens quanto ao envolvimento com drogas ou visem, ao menos, evitar que os usuários eventuais se tornem habituais, ajudando-os a desenvolver espírito crítico perante as primeiras experiências...”¹. A Polícia Militar, na sua ação preventiva, se insere nesse passo;

¹ Ministério da Educação e do Desporto - Diretrizes para uma política educacional de prevenção ao uso de drogas, 1994, p. 10.

- **PREVENÇÃO SECUNDÁRIA:** “tenta evitar a progressão do hábito rumo ao uso descontrolado ou disfuncional...”². A Polícia Militar também pode atingir esses usuários fazendo prevenção primária;

- **PREVENÇÃO TERCIÁRIA:** “objetiva atenuar os efeitos do uso nocivo das drogas, em geral mediante o tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário...”³. Nessa fase a Polícia Militar atuaria apenas como órgão de informação ao usuário ou familiares para o encaminhamento a entidades que fazem tratamento terapêutico.

Em síntese, os modelos preventivos ao uso de drogas atuam nessas três áreas, sendo que no caso da prevenção primária ela pode ser subdesenvolvida em 4 alternativas a saber: informação, educação, programa alternativo e intervenção.

5.2. Executado pela Polícia Militar

5.2.1. (PROERD) Programa Educacional de Resistência às Drogas

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) é um programa educativo de prevenção às drogas e à violência para crianças de pré-escola até o colegial, representando um esforço cooperativo entre as escolas e a Polícia Militar. Ele é cópia do Programa Americano chamado D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education).

O currículo do PROERD foi montado para proporcionar às crianças habilidades para resistirem ao abuso de substâncias psicoativas, violência e gangues. Nos EUA mais de 22 mil policiais e 7 mil comunidades pelo país ensinaram o currículo para mais de 25 milhões de crianças somente na 4ª série do 1º grau. Em 1995 espera-

² Idem, p. 10.

³ Idem, p. 10.

va-se que 5,5 milhões de crianças em 250 mil classes receberiam o programa. Um adicional de mais de 20 milhões de crianças serão também influenciadas pelo D.A.R.E. da pré-escola a 3ª série do 1º grau através de visitas e do ginásio até o colegial com o currículo próprio.

O PROERD é ensinado por policiais fardados em 47 países tais como Canadá, México, Austrália, Inglaterra e Chile.

5.2.2. Objetivos do Programa

Os objetivos principais do PROERD são prevenir o abuso de substâncias entre escolares e auxiliá-los a desenvolverem técnicas eficazes de resistência à violência e gangues. O currículo principal que é o da 4ª série do 1º grau objetiva preparar as crianças a evitarem tais problemas logo que estão entrando na adolescência. As lições são centradas nos seguintes objetivos:

- adquirir as habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir a pressão dos companheiros para experimentarem álcool, cigarros e outras drogas;
- desenvolver a auto-estima;
- aprender técnicas de como ser seguro;
- aprender sobre alternativas positivas ao uso de drogas;
- aprender a lidar com o stress e resolver conflitos;
- aprender a tomar decisões por si próprio;
- redução da violência;
- Construir habilidades de comunicação;
- resistir ao envolvimento com gangues.

O PROERD atinge tais objetivos treinando cuidadosamente seus policiais para ensinarem um currículo estruturado e sequencial nas escolas, currículo este criado por psicólogos, pedagogos e policiais. É importante citar o impacto que o policial fardado exerce trabalhando em sala de aula como um modelo positivo aos estudantes, pois apesar da mídia explorar os atos negativos feitos por uma minoria de policiais, o aluno nesta faixa etária tem, via de regra, um grande fascínio e respeito pelo elemento fardado. Através deste magnetismo, o policial mostra-se amigo, orientador e próximo, mostrando a verdadeira polícia e angariando a confiança necessária que todas as organizações devem ter para poderem atuar com mais eficácia.

Durante as aulas, exceto nas reuniões com pais, é necessária a presença da professora em sala que também participadas atividades. Muito tem se falado que a melhor atividade preventiva é a realizada pelo próprio professor, uma vez que elementos “alienígenas” ao ambiente escolar são estranhos aos alunos e pouco conseguem fazer. Neste caso concordamos com a primeira afirmação mas não com a segunda, uma vez que o policial fardado não se enquadra na figura do estranho, uma vez que ele é reconhecido por sua farda e exerce aquele magnetismo anteriormente citado.

5.2.3. Currículo PROERD

Este currículo é continuamente expandido e aperfeiçoado a fim de melhor atingir as necessidades das crianças.

5.2.3.1. Currículo para a 4ª Série do 1º Grau

Inclue uma lição por semana, por 17 semanas. Várias técnicas de ensino são utilizadas, incluindo perguntas e respostas, dinâmica de grupo, teatralizações e exercícios em uma cartilha. Este currículo, aliado às visitas para a pré-escola, é o único sendo aplicado atualmente no Brasil.

Visitações para pré-escola e 3ª série

Constituem em aulas de 15 a 20 minutos que abordam assuntos tais como obedecer lei, segurança pessoal e uso de remédios e drogas.

5.2.3.2. Currículo para o Ginásio

Enfatiza a informação e habilidades para capacitar os estudantes a resistirem a pressão dos colegas e a influência negativa, principalmente ao se fazer escolhas pessoais. As 10 lições se concentram em auxiliar os estudantes a gerenciar seus sentimentos de raiva e agressividade, mostrando como solucionar conflitos sem recorrer à violência ou ao uso de álcool e drogas. Este currículo não vem sendo aplicado no Brasil uma vez que seria uma etapa secundária, após uma larga experiência adquirida pelos policiais com o currículo da 4ª série do 1º grau.

5.2.3.3. Currículo para o Colegial

É centrado nas situações cotidianas que estes estudantes encontram. Para as primeiras 5 lições, o policial e um professor usam técnicas de aprendizado cooperativo em grupos. A ênfase é dada às informações e habilidades que capacitem os estudantes a agirem de acordo com o que for melhor para eles quando estiverem

em situações de risco e a gerenciarem seus sentimentos de rebeldia sem causar problemas para si próprios ou para os outros. As 5 lições complementares são dadas pelo professor, servindo para reforçar as primeiras lições. Este currículo ainda não está sendo desenvolvido no Brasil.

5.2.3.4. Currículo para Crianças Excepcionais

Em algumas regiões americanas foi desenvolvido este currículo baseado naquele para crianças da 4ª série, com o objetivo de atender crianças com dificuldade de aprendizado e distúrbios de comportamento.

5.2.3.5. Atividades com Pais

Direcionado para desenvolver as necessidades do apoio familiar e envolvimento em programas escolares. Destina-se a qualquer adulto interessado em boa saúde e segurança pessoal. O programa proporciona informações sobre comunicação com os filhos, construção da auto-estima, fatores de risco associados aos jovens, noções básicas sobre uso de drogas e estágios da dependência dos adolescentes, fatores protetores e fontes de pressão, resolução de conflitos e a violência. Este programa é desenvolvido em 6 sessões de 2 horas cada pelos policiais DARE.

5.2.4. Treinamento dos Policiais

Este processo inicia-se com uma rigorosa seleção dos policiais, pois desta iniciativa dependerá o sucesso ou não do programa em determinada polícia. Estes policiais deverão enquadrar-se em diferentes aspectos, os quais deverão levá-lo a ser um constante

pesquisador e estudioso do assunto, devendo dedicar-se à prevenção em todo o seu turno de serviço, não devendo em hipótese alguma realizar atividades de repressão juntamente com o programa. Os requisitos recomendados para a seleção seriam:

- ter no mínimo o 2º grau completo;
- ter facilidade de expressão, principalmente em público;
- não ser fumante;
- estar no bom comportamento;
- não estar respondendo a processo criminal, ou administrativamente, ou ter punição disciplinar que o incompatibilize com a atividade;
- ter no mínimo 2 anos de atividade no policiamento ostensivo.

Os candidatos que se enquadrem nestes quesitos deverão ser selecionados mediante a formação de uma banca com profissionais do assunto que deverão, entre outros testes adotados, realizar uma entrevista pessoal, uma dinâmica de grupo e o preenchimento de questionário.

Após a seleção será realizado o Curso de Formação de Instrutores, com duração de 80 h/a, durante duas semanas. Este curso habilita os policiais militares a desenvolverem o programa para as 4ª séries do 1º grau, não habilitando-os a ensinarem outros policiais. Para isto o policial deverá cursar um segundo curso, que tem como pré-requisito 1 ano de aplicação do programa nas escolas, que é Curso de Formação de Multiplicadores, com duração de 40 h/a, em uma semana.

5.2.5. O PROERD no Brasil

O PROERD iniciou-se no Brasil na Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 1992, a qual recebeu visita de uma equipe de policiais americanos, os quais ministraram o Curso de Formação de Instrutores e posteriormente o Curso de Formação de Multiplicadores aos policiais daquele Estado. Assim sendo, em 1993 uma equipe de policiais da PMERJ foi a São Paulo para ministrar o Curso de Formação de Instrutores, e em 1996 o Curso de Formação de Multiplicadores. Em 1995, mesmo após brilhantes resultados alcançados, inclusive mensurados estatisticamente, por razões políticas o PROERD foi paralisado no Estado do Rio de Janeiro.

Assim sendo atualmente o PROERD encontra-se em aplicação na PMESP através da Diretoria de Assuntos Municipais e Comunitários que conta com 30 policiais atuando somente na capital paulista e com dedicação exclusiva ao Programa.

Atendendo solicitação do Comando da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, o PROERD foi implantado nas respectivas polícias com o objetivo de atender à demanda de atuação preventiva na redução ao uso de drogas.

No ano de 1997, a previsão é de que sejam atendidas 200 escolas da capital paulista, cerca de 1.000 salas de aula e 40.000 crianças. Cada policial trabalha em uma escola diariamente, onde existem cerca de 4 a 5 salas de 4ª série do 1º grau, sendo que a sexta-feira é reservada a reuniões pedagógicas, reposição de aulas e palestras.

5.2.6. Valorização do Policial

Além de todos os benefícios acima descritos à sociedade e à própria organização, o PROERD faz com que o policial, que comumente trabalha em ambiente extremamente violento e ostil, tendo que lidar com marginais, prostitutas, estelionatários e assassinos, passe a lidar com crianças, que são seres extremamente moldáveis e que tornam o trabalho muito gratificante e prazeroso.

5.2.7. Alguns Dados Estatísticos do PROERD

No ano passado foi realizada uma monografia sobre a viabilidade da implantação do PROERD em todo o Estado de São Paulo, tendo em vista estar sendo aplicado apenas na Capital. O autor, Capitão PMSP Robinson Bueno de Camargo, elaborou uma pesquisa de campo nas 14 escolas onde foi implantado o PROERD em 1994, com um universo de 100 alunos, 30 professores, 14 diretores e 26 alunos oficiais instrutores do PROERD. Por outro lado, fez um grupo controle onde o programa não foi aplicado, com o mesmo número de alunos, professores e diretores e com 91 comandantes de Cia da área metropolitana.

A pesquisa, além de verificar a viabilidade da implantação do PROERD, também buscou conhecer os resultados do programa experimental.

Do pesquisado pelo autor, selecionamos e sintetizamos alguns dados para ilustrar a situação do Programa de Educação de Resistência às Drogas.

Vejamos:

a) Presença do PROERD na Escola:

- 87% dos alunos - favoráveis;

- 100% dos professores - favoráveis;
- 72,5% dos Cmt de Cia - favoráveis.

b) Presença de Drogas na Escola:

- 60% dos diretores e professores acreditam ter problemas com as drogas.

c) Capacitação dos Alunos, após serem submetidos ao PROERD, para resistir à pressão da oferta de drogas:

- 98,3% dos alunos se sentem mais capazes;
- 92,8% dos instrutores também;
- 70% dos professores e 60% dos diretores acreditam que sim;
- Isso leva a crer que o PROERD atinge seus objetivos.

d) Imagem da PM antes do PROERD:

- 42,3% tinham uma muito boa imagem;
- 18,6% boa imagem;
- 28,9% regular;
- 10,2% péssima.

e) Depois do PROERD:

- 86,5% dos alunos afirmam que a imagem está melhor;
- 100% dos instrutores afirmam que está melhor;
- 80% dos diretores e professores dizem que está melhor.

f) Oferta de drogas na Escola após o PROERD:

- 40% dos diretores e professores opinaram que sim, houve uma redução de oferta de drogas;
- 10% que não;
- 60% que diminuiu um pouco;
- Este resultado valida a eficácia do PROERD como inibidor do consumo de drogas.

g) Pessoas mais indicadas para orientar sobre assuntos relacionados às drogas:

- Essa parte da pesquisa foi importada pelo autor do PRODEMAN/UERJ.

* Avaliação do PROERD;

- Da pesquisa a polícia aparece em 3º lugar para dar informações sobre drogas, logo após a família e a escola;
- 57,5% dos alunos que participaram do PROERD/RJ, recorriam à polícia para ter informações sobre drogas;
- Enquanto que no grupo controle que não foi exposto ao PROERD apenas 30% recorria à polícia.

h) Grau de concordância com a eficiência do PROERD, pelos diretores e professores:

- PRODERMAN/UERJ - PROERD
- 72% dos diretores sim
- 70% dos professores sim

- 27% dos diretores parcialmente
- 29% dos professores parcialmente

As pesquisas falaram por elas mesmas, deixaram bem claro que programas preventivos de drogas executados por policiais militares são viáveis e passíveis de serem realizados, é claro com todas as suas dificuldades preliminares, mas se o objetivo é diminuir o consumo de drogas não há outro caminho, e é um caminho penoso, difícil e às vezes não se percebe o retorno, mas o primeiro passo tem que ser dado. O PROERD é isso.

A tese do Capitão Robinson foi aprovada com louvor, com a proposição de sua implantação em todo o Estado de São Paulo.

5.3. EXECUTADO PELA POLÍCIA CIVIL

5.3.1. Projeto Escola Sem Drogas

O Projeto Escola Sem Drogas foi criado pela Portaria nº 312/93, ratificado pela Portaria de nº 437/93, de 07/07/93, da Diretoria de Polícia Civil, conforme requisição da Superintendência da Academia de Polícia Civil.

O Projeto Escola Sem Drogas foi projetado a partir da experiência do DARE/Los Angeles, com as adaptações pertinentes; entretanto desde o final de 93, o sistema adotado são as palestras nas escolas públicas estaduais, municipais e escolas particulares de todo o Estado, além de instituições beneficentes, clubes de serviço e outros, quando solicitado.

Para a implementação do curso os policiais selecionados entre os portadores de curso superior foram habilitados a serem

instrutores através de um curso sobre tóxicos e entorpecentes, com uma carga horária de 140 h/a, sendo que as disciplinas ministradas foram:

- Pedagogia aplicada - 30 h/a;
- Toxicologia - 50 h/a;
- Aspectos psicológicos do problema - 30 h/a;
- Aspectos criminológicos e jurídicos - 30 h/a.

Após o curso os policiais fizeram um estágio supervisionado, o qual os aprovou a serem instrutores na área de prevenção de drogas.

O projeto hoje está instalado nas dependências da Academia de Polícia Civil, possui uma videoteca especializada sobre tóxicos, bem como uma biblioteca, o telefone direto de atendimento ao público, farto material didático, um veículo para transporte dos policiais, visto que muitas vezes têm que se deslocar para outras cidades, ou mesmo aqui na capital.

Atualmente conta com 11 policiais civis, sendo o projeto coordenado por uma delegada de carreira, a Dr^a Hellen Cristina Vasconcelos, e também uma psicóloga que auxilia os casos mais graves e dá orientação psicopedagógica aos instrutores.

Desde a implantação do Projeto, em 1993, portanto, há quatro anos, já foram atendidas um grande número de escolas e várias entidades, como o Rotary Lions Clube, OAB, sendo beneficiadas com o trabalho do Escola Sem Drogas.

A avaliação do Projeto, segundo a Dr^a Hellen, é bastante positiva, que acredita que a Polícia Civil preencheu um grande claro na área de prevenção de drogas em Goiás, para não dizer que é o único projeto institucional realizado por órgão público.

A atual coordenadora do Projeto Escola Sem Drogas auxiliou bastante na discussão dessa monografia e acha bastante louvável qualquer projeto de prevenção de droga que venha a ser desenvolvido pela Polícia Militar, o que só benefícios trará para a sociedade.

5.4. Executado pelo Exército Brasileiro

5.4.1. Projeto Esperança

O Exército Brasileiro, cômscio do uso e abuso indevido de drogas e sabendo que a instituição também não fica adstrita desse problema, principalmente pelo grande efetivo e também porque todos os anos recebe um grande contingente de adolescentes de todas as regiões do país e de todos os níveis sociais. Criou em 1991, o Projeto Esperança, com a finalidade de reduzir a demanda do uso indevido de drogas nas fileiras da instituição, adotando um modelo de prevenção primária, com o objetivo de atingir o público interno, principalmente recrutas no período básico.

O projeto do Exército tem, entre outros, os seguintes objetivos:

- promover a mudança de atitudes em relação às drogas;
- fazer do soldado um agente multiplicador da rejeição da droga após seu afastamento do Exército;
- elevar o sentimento de auto-estima dos soldados, propiciando a incorporação de valores construtivos;
- auxiliar o soldado adolescente na organização de sua própria escala de valores e fortalecer a sua capacida-

de resistir às pressões sociais no sentido de consumir drogas;

- oferecer condições que levem o adolescente/educando a crescer com competência pessoal e social;
- desenvolver o campo afetivo-social, promovendo estilo saudável de vida.

O Projeto Esperança também reproduz multiplicadores, com um curso de 40 h/a, que habilita o oficial/graduado a ser instrutor da disciplina e coordenador na tropa. Esse curso faz parte do atual currículo do 4º ano da Academia das Agulhas Negras do Exército Brasileiro.

Para a aplicação na tropa o curso é desenvolvido com recrutas no período básico de formação, tendo duração de 20 h/a, sendo 16 h/a para parte teórica e discussão e 04 h/a para executar tarefas ao final das unidades didáticas.

A responsabilidade pela implantação do projeto na OM é do Comandante, sendo o S/3 o responsável pela orientação, planejamento e fiscalização das ações que permitirão ao Cmt de Cia executar e elaborar o programa semanal a sua tropa.

O programa de prevenção é desenvolvido durante todo o ano, dissolvido principalmente a parte prática em atividades esportivas, culturais e sociais; a parte teórica envolve conhecimentos na área de saúde, valorização da vida e drogas.

Após a aplicação da parte teórica é efetuada uma avaliação didática do projeto, que é encaminhada ao CEP (Centro de Estudos de Pessoal) do Exército para críticas.

Em Goiás o Projeto Esperança está sendo aplicado pela 3ª Brigada de Infantaria Motorizada e sob coordenação do Chefe da S/3 daquela Organização Militar.

CAPÍTULO 6

VI

6. METODOLOGIA

6.1. Método Utilizado

O método utilizado no presente trabalho foi o hipotético-dedutivo, com análise estatística dos dados.

A pesquisa buscou levantar, inicialmente, na bibliografia pertinente, na legislação federal e estadual e nos próprios preceitos constitucionais, os fundamentos da atividade da Polícia Militar no campo da prevenção ao uso indevido de drogas e as possibilidades de sua atuação.

A pesquisa encetada apresenta limitações, principalmente pela escassez de tempo, que não permitiu um suficiente aprofundamento nas minúcias do problema a ser estudado; sequer permitiu estendê-la às escolas situadas no interior do Estado, conforme planejou-se inicialmente.

Posto isto, limitou-se a analisar a viabilidade da atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás na prevenção ao uso de drogas, através da execução do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), atualmente em vigor no Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

6.2. Tipos de Pesquisa

Utilizou-se para a consecução do trabalho pesquisas do tipo bibliográfica, documental e de campo.

As pesquisas foram direcionadas ao público interno (oficiais e praças) e ao externo, sendo a amostra utilizada a qualitativa, através dos questionários e entrevistas aplicadas.

6.3. População-Alvo

A população-alvo da presente pesquisa é constituída de autoridades civis, comandantes, diretores, professores, alunos da rede pública de ensino, oficiais e praças da Polícia Militar do Estado de Goiás.

6.4. Amostra

Na coleta de dados perante o universo objeto da pesquisa, a amostragem escolhida foi:

- a. 03 (três) comandantes de batalhões, sendo um do interior do Estado, um do batalhão escolar e o outro de OPM com responsabilidade de área operacional na capital;
- b. 30 (trinta) professores de escolas da rede pública de ensino da capital;
- c. 11 (onze) diretores de escolas da rede pública de ensino da capital;
- d. 95 (noventa e cinco) alunos da rede pública de ensino da capital;
- e. 132 (cento e trinta e dois) oficiais e praças da PMGO;
- f. Secretaria da Educação, Exm^a Sr^a Dr^a Terezinha Vieira dos Santos;
- g. Secretário da Segurança Pública, Exm^o CEL PM RR Joneval Gomes de Carvalho;

- h. Farmacêutico e toxicólogo da UFG, Dr Jamil Issy;
- i. Delegado da Polícia Federal, Dr. Domingues Passerine;
- j. Dr^a Helen Cristina Vasconcelos, coordenadora do Projeto Escola Sem Drogas.

6.5. Instrumentos

Foram utilizados para a pesquisa de campo questionários e entrevistas.

6.5.1. Questionários

Foram utilizados na sua grande maioria questionários do tipo fechado, exceto os destinados aos comandantes de batalhões, assim como os destinados aos diretores e professores das escolas, e algumas perguntas aos alunos e público interno, nos quais permitiam respostas variadas. O público-alvo recebeu junto com os questionários esclarecimentos sobre o objeto da pesquisa, e enfatizou-se a importância da imparcialidade nas respostas e deixou-se patente que os pesquisados não precisariam se identificar, evitando, dessa forma, qualquer hipótese de constrangimento quando do preenchimento dos formulários.

6.5.2. Entrevistas

Antes das entrevistas propriamente ditas, foram realizados contatos anteriores, marcando a data e horário, assim como esclareceu-se quais eram os objetivos da pesquisa.

6.6. Procedimentos Utilizados para a Operacionalização na Aplicação dos

Questionários e das Entrevistas

6.6.1. Os questionários foram aplicados da seguinte forma:

6.6.1.1. Os chefes das P/3 das OPM se encarregaram de aplicar os questionários, destinados aos comandantes, oficiais e praças de suas respectivas Unidades;

6.6.1.2. Os questionários destinados ao público externo: diretores, professores e alunos foram aplicados pelos comandantes dos pelotões-táticos, em suas respectivas áreas de atuação.

6.6.2. As entrevistas foram aplicadas da seguinte forma:

6.6.2.1. Roteiros preestabelecidos com relação à disseminação das drogas entre os jovens;

6.6.2.2. Como uma política governamental antidrogas pode minimizar o problema, desde que seja voltada para a prevenção;

6.6.2.3. Opinião das autoridades entrevistadas sobre a aplicação de um programa de prevenção às drogas em escolas, utilizando-se de policiais militares especialmente treinados.

CAPÍTULO 7 VII

7 . SÍNTESE DOS RESULTADOS

7.1. Análise e Interpretação dos Questionários

Após a devolução dos questionários, devidamente respondidos, estes foram minuciosamente analisados e interpretados, passando-se à classificação, codificação e tabulação das respostas às perguntas formuladas.

Os dados obtidos desta análise receberam tratamento estatístico percentual, o que permitiu sua representação gráfica e a demonstração de dados comprobatórios da implantação, a título experimental, do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), não só esta como também a necessidade carencial dos jovens-adolescentes, no tocante à prevenção do uso de drogas. (Grifo nosso).

Ao todo foram aplicados 06 (seis) modelos de questionários, cada um deles destinado a uma população-alvo distinta.

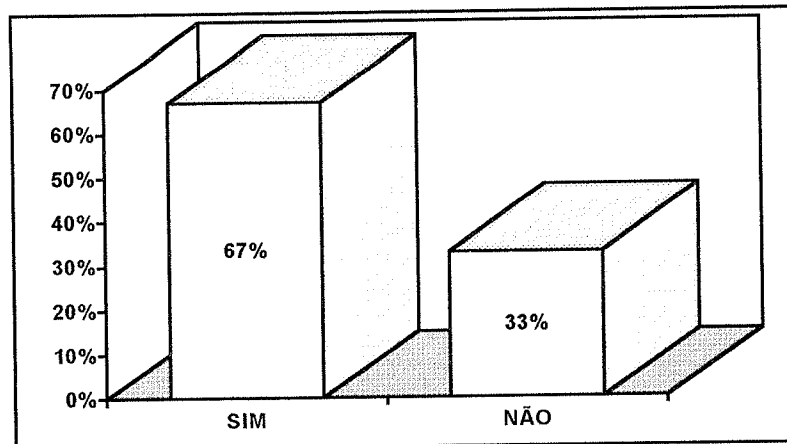
No geral, foram elaborados, baseados nos questionários, os gráficos enumerados de 1 a 38.

Os gráficos enumerados de 39 a 44 não se referem à pesquisa direta do público-alvo, foram importados de outras pesquisas, uma realizada em 1993 pelo CEBRID - Escola Paulista de Medicina e outro pelo PRODEMAN - UERJ, em 1994.

A seguir, são enumerados os gráficos:

GRÁFICO 1 - Posição dos senhores comandantes de OPM responsáveis por área operacional dos atuais CPM/CPI.

“Vossa Senhoria possui em sua OPM serviço de ronda escolar?”

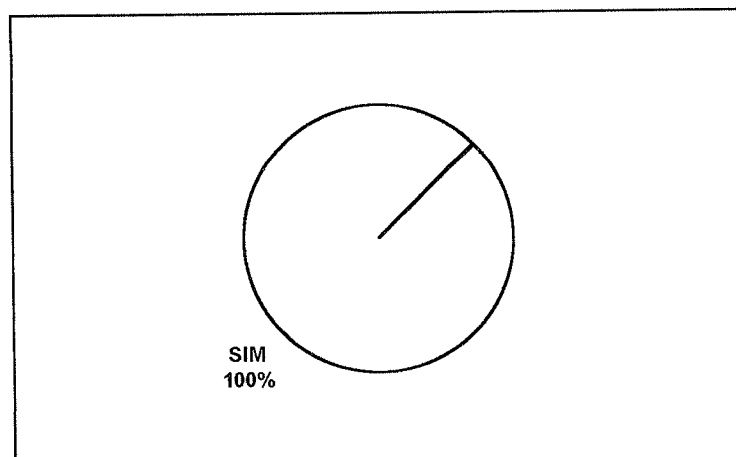


Todos ↑

Fonte: Comandantes responsáveis por área operacional (CPM/CPI)

GRÁFICO 2 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas de CPM/CPI em relação à frase:

“Existe dispositivo legal que obrigue a Polícia Militar, como componente do Poder Público, a participar, não só da repressão, mas também da prevenção ao uso indevido de drogas?”



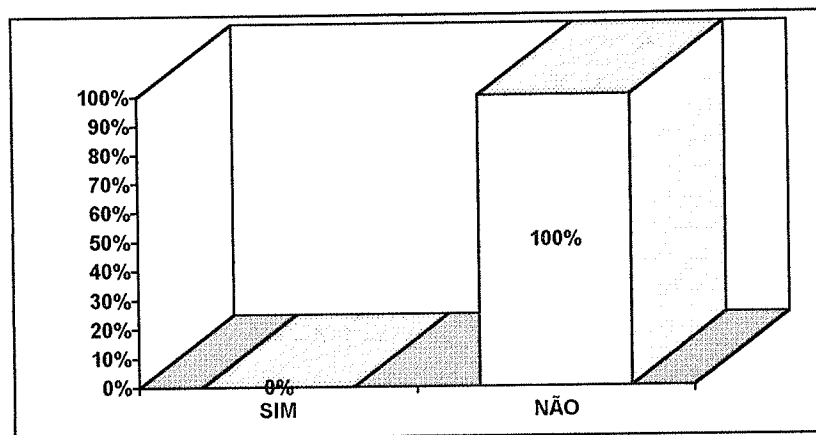
Fonte: Cmt de BTL das áreas CPM/CPI

As principais proposições feitas pelos pesquisados, foram as seguintes:

- 1º) O próprio estatuto da OPM;
- 2º) A Constituição Federal;
- 3º) A Constituição Estadual.

GRÁFICO 3 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas CPM/CPI em relação à frase:

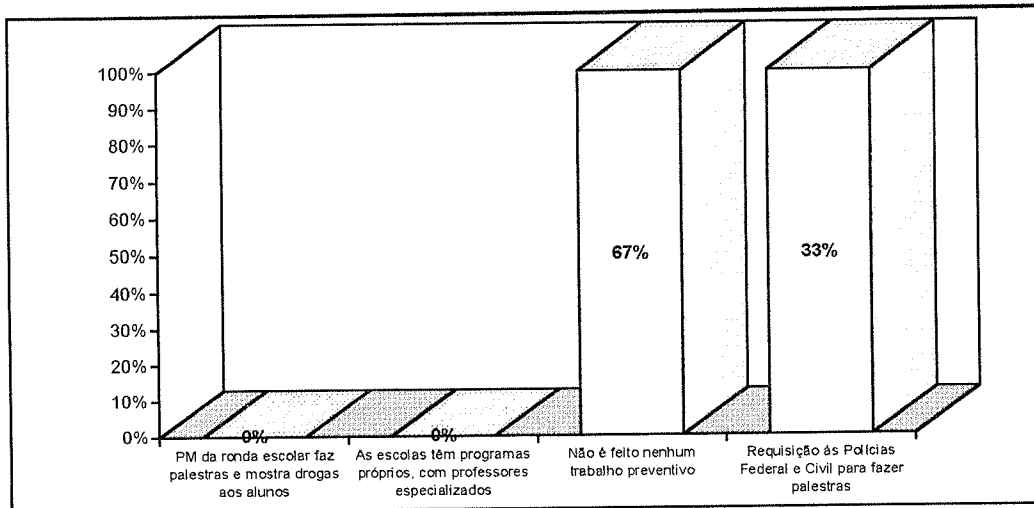
“A sua OPM possui algum programa preventivo ao uso indevido de drogas aplicado em escolas?”



Fonte: Comandantes de BTL da área CPM/CPI.

GRÁFICO 4 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas CPM/CPI em relação à frase:

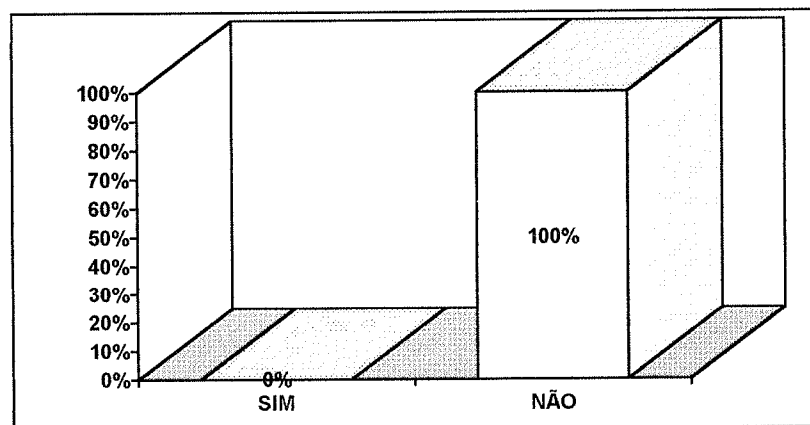
“Como é feita a prevenção ao uso indevido de drogas na área de sua OPM?”



Fonte: Cmt de BTL das áreas do CPM/CPI.

GRÁFICO 5 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas CPM/CPI em relação à frase:

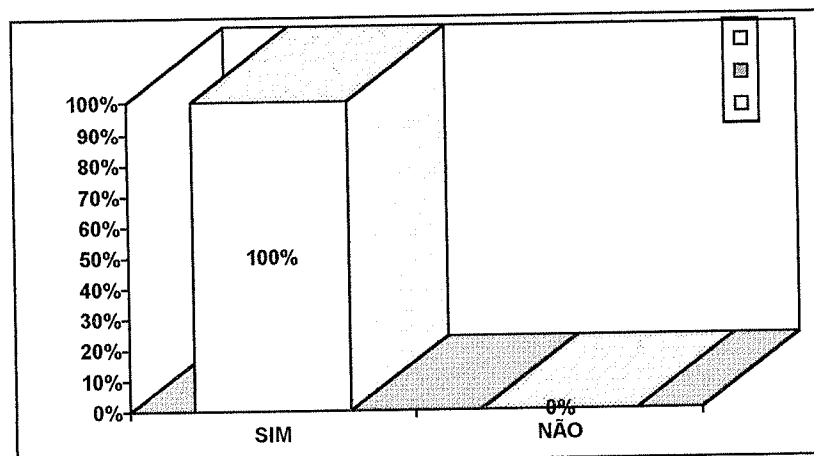
“Vossa Senhoria já ouviu falar no PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), o qual é aplicado experimentalmente pela PM do Estado de São Paulo e também está sendo implantado na PMMS e PMRS?”



Fonte: Cmt de BTL das áreas CPM/CPI.

GRÁFICO 6 - Respostas obtidas junto aos Cmts de BTL das áreas CPM/CPI em relação à frase:

“Caso o conheça, se não o conhecer vir a conhecer, Vossa Senhoria gostaria que fosse aplicado nas escolas pertencentes à área de sua responsabilidade operacional? Explique”.



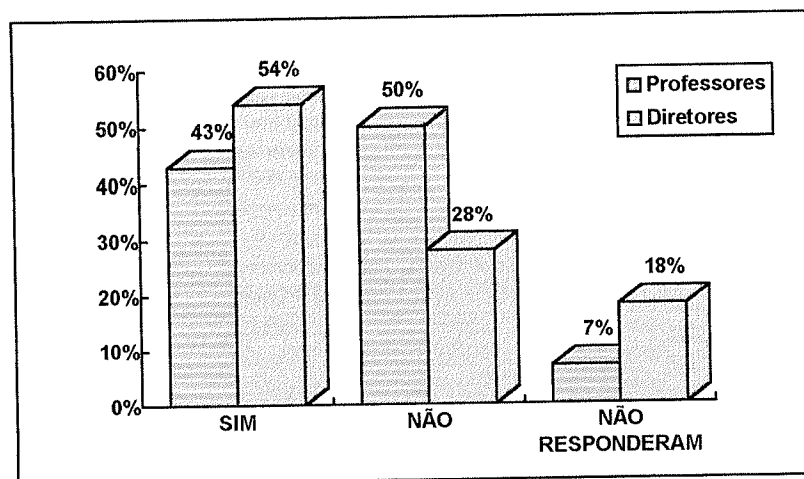
Fonte: Comandantes de BTL das áreas CPM/CPI.

As principais explicações feitas pelos pesquisados, foram as seguintes:

- 1º) Gostaria que fosse aplicado em sua área um programa de prevenção ao uso indevido de drogas;
- 2º) Gostaria, porém acha que o programa deve ser adaptado à realidade local, e ainda, fala da urgência de tal implantação;
- 3º) Tudo o que for feito para coibir o uso de drogas será bem-vindo à população.

GRÁFICO 7 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta:

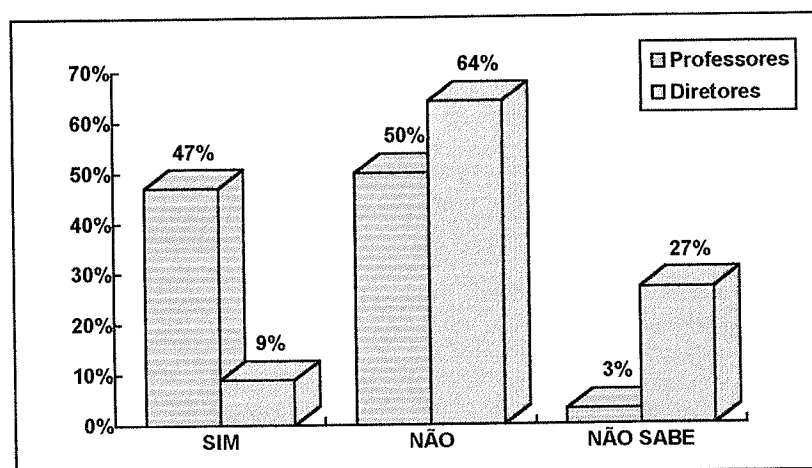
“A sua escola tem problemas com ofertas de drogas aos alunos?”



Fonte: 11 diretores e 30 professores de escolas da Capital.

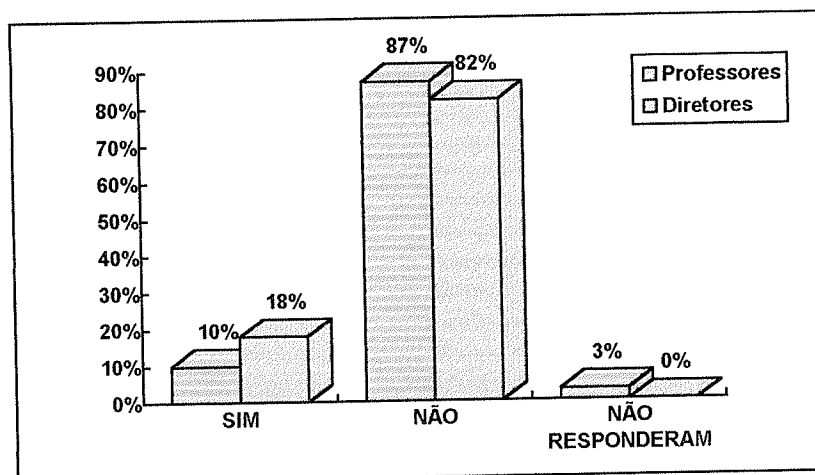
GRÁFICO 8 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta:

“Caso positivo, os professores estão preparados para passar informações úteis aos alunos, que os ensinem a resistir às pressões exercidas por usuários e traficantes de drogas?”



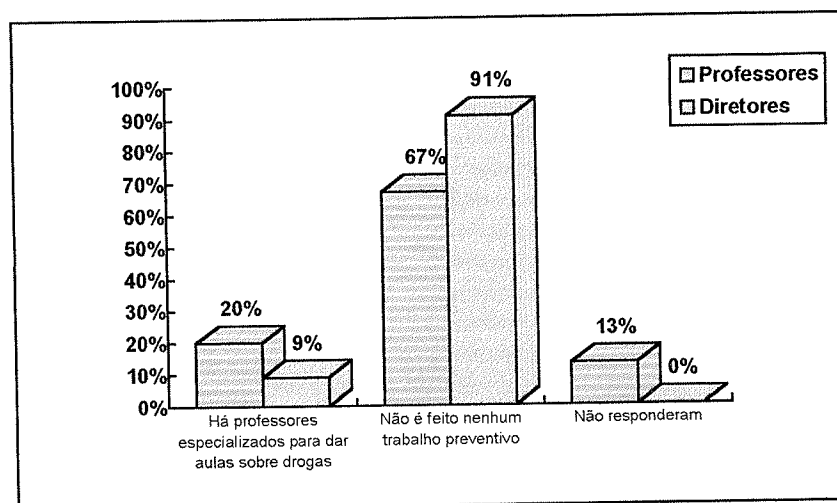
Fonte: 11 diretores e 30 professores de escolas da Capital.

GRÁFICO 9 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta:
 “Seus alunos estão preparados para resistirem às pressões de colegas ou traficantes no sentido de experimentarem drogas?”



Fonte: 11 diretores e 30 professores de escolas da Capital.

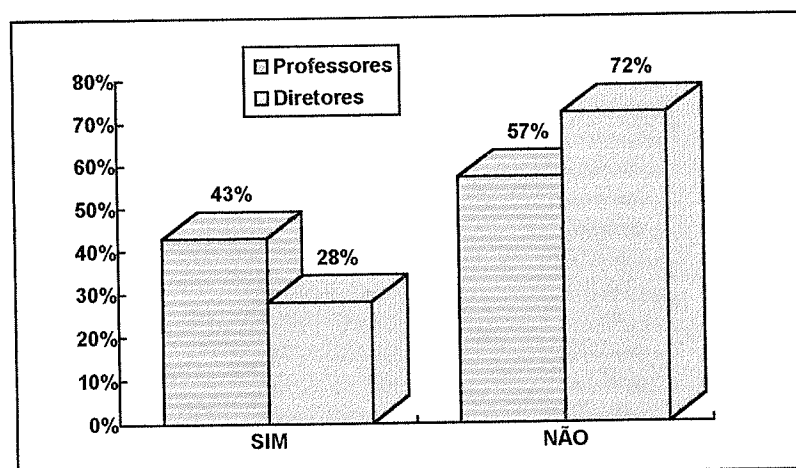
GRÁFICO 10 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta:
 “Como é feita atualmente a prevenção ao uso de drogas em sua escola?”



Fonte: 11 diretores e 30 professores de escolas da Capital.

GRÁFICO 11 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta:

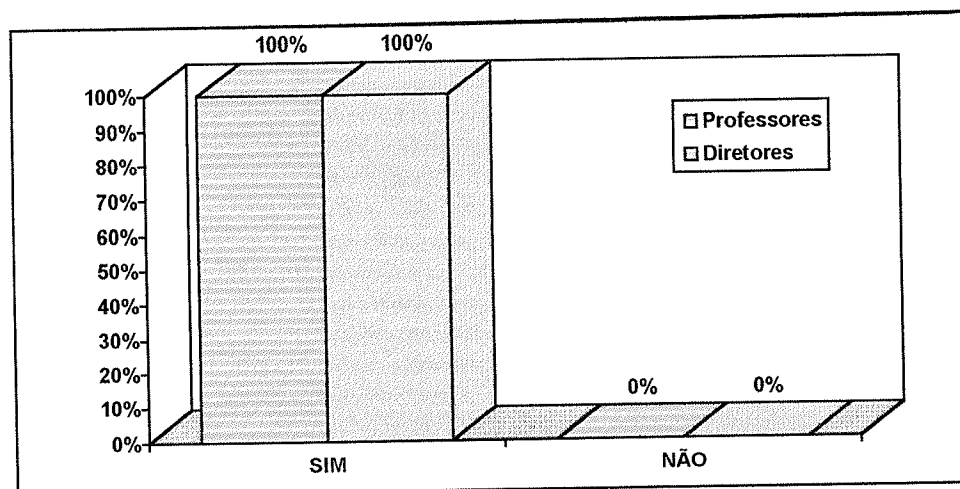
“Você já ouviu falar no PRORED (Programa Educacional de Resistências às Drogas), o qual é aplicado em algumas escolas em São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul?”



Fonte: 11 diretores e 30 professores de escolas da Capital.

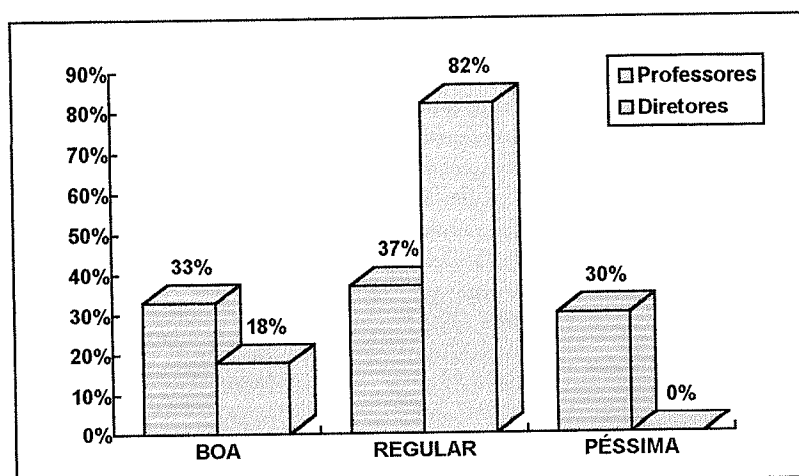
GRÁFICO 12 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta:

“Você gostaria de ter em sua escola, um programa preventivo, onde se ensinasse o jovem a resistir às pressões exercidas pelas drogas, onde ele aprendesse não só a resistir às pressões mas como dizer não, de uma maneira definitiva e eficaz, aos colegas usuários e aos traficantes?”



Fonte: 11 diretores e 30 professores de escolas da Capital.

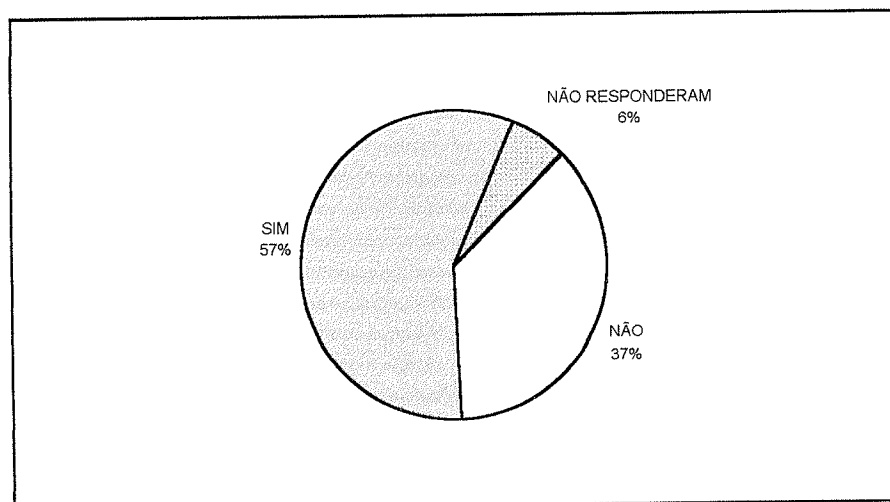
GRÁFICO 13 - Posição dos professores e diretores com relação aos questionários que lhes foram aplicados na seguinte pergunta:
 “Com relação a sua concepção de imagem da PM, como prestadora de serviço à comunidade, e também responsável pela prevenção ao uso indevido de drogas, a sua opinião é:”



Fonte: 11 diretores e 30 professores de escolas da Capital.

GRÁFICO 14 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

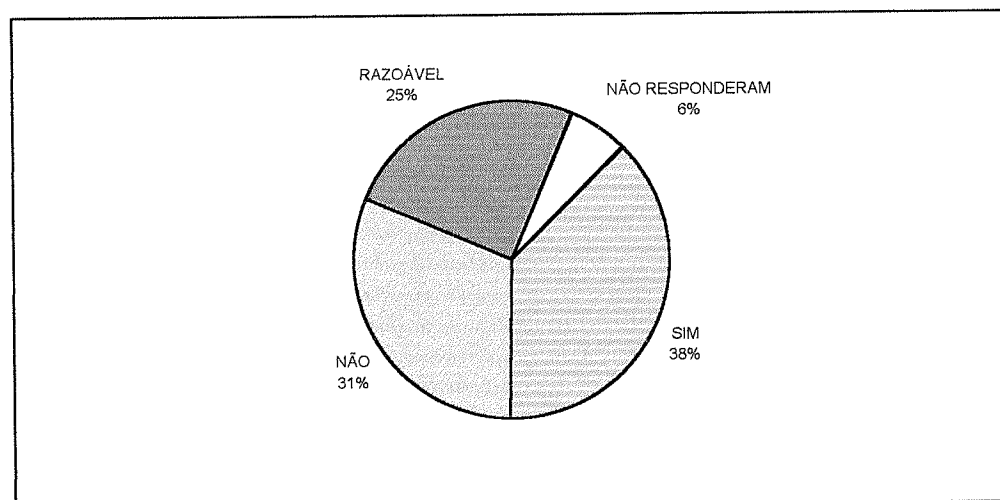
“A sua escola tem problemas com ofertas de drogas aos alunos?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 15 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

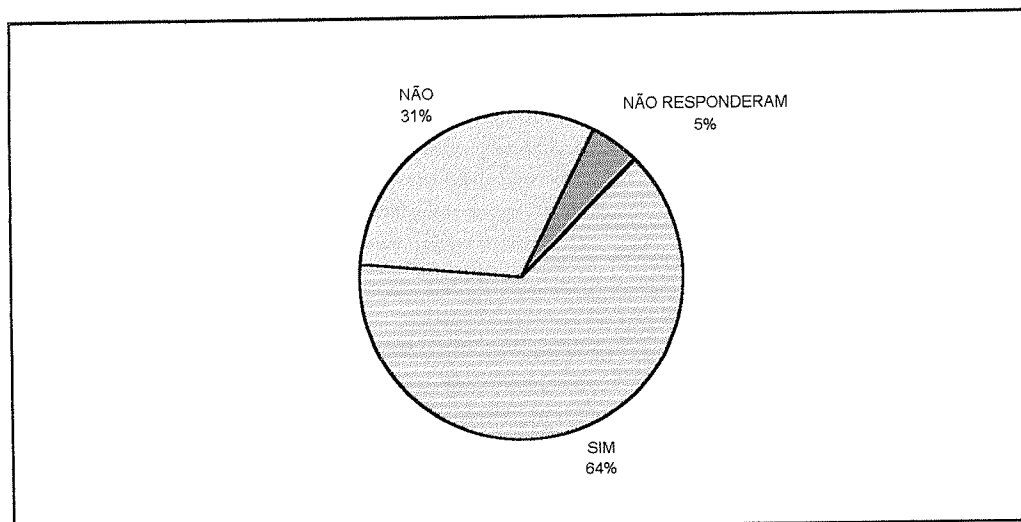
“Você conhece algo sobre drogas?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 16 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

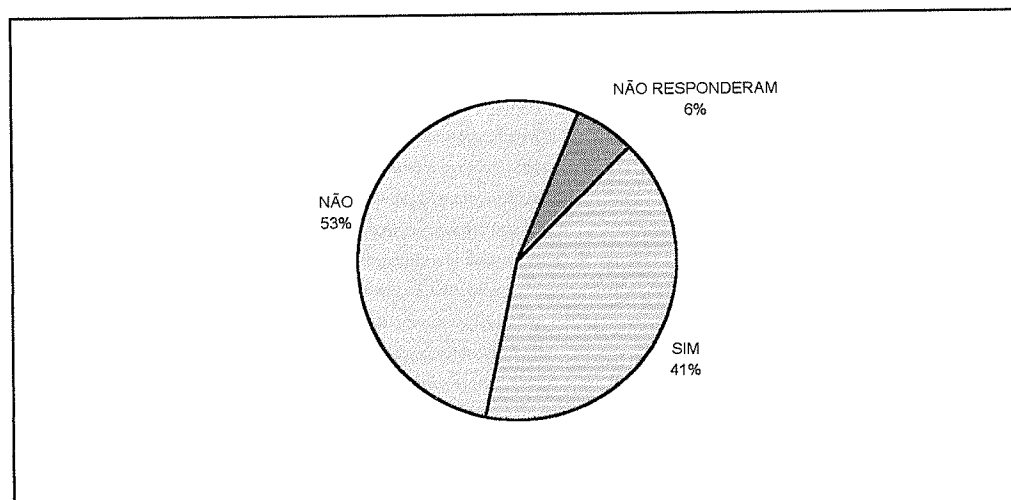
“Nessa escola alguém já o orientou sobre as drogas e seus malefícios?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 17 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

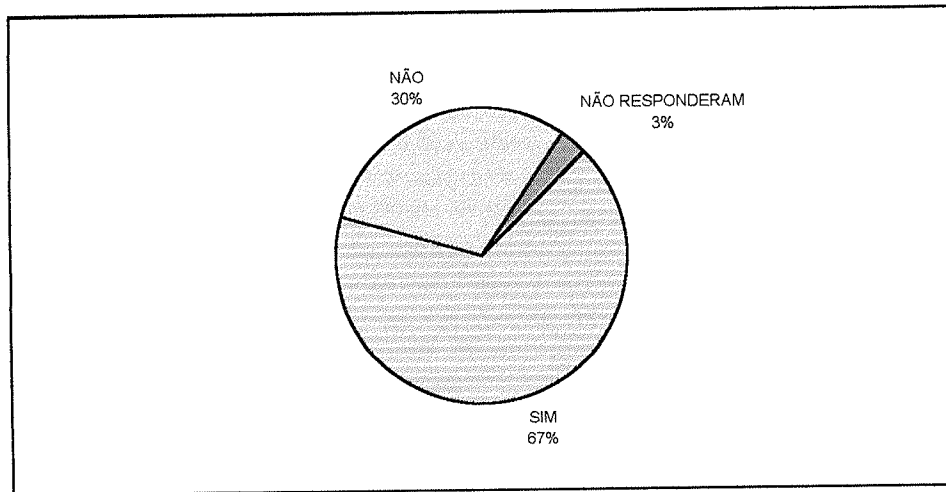
“Nessa escola existe algum programa sobre prevenção ao uso de drogas?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 18 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

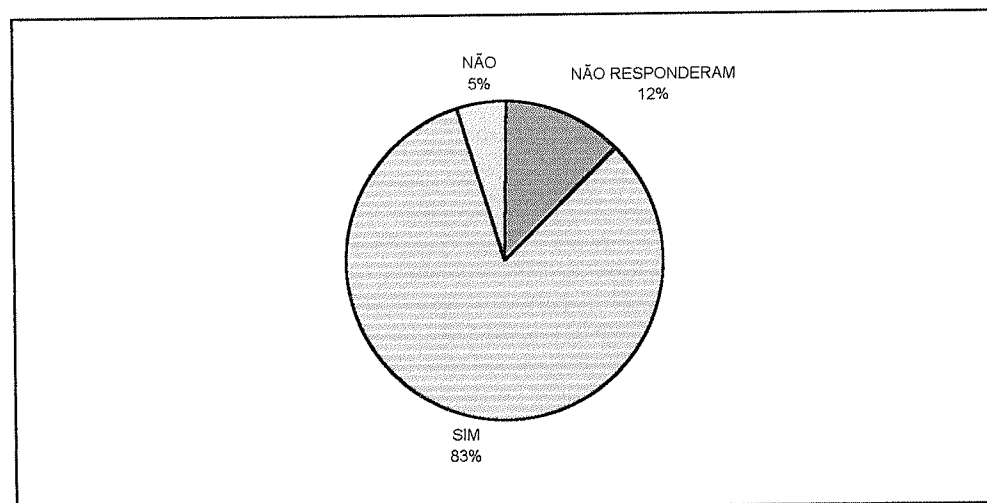
“Seus pais conversam com você sobre drogas?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 19 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

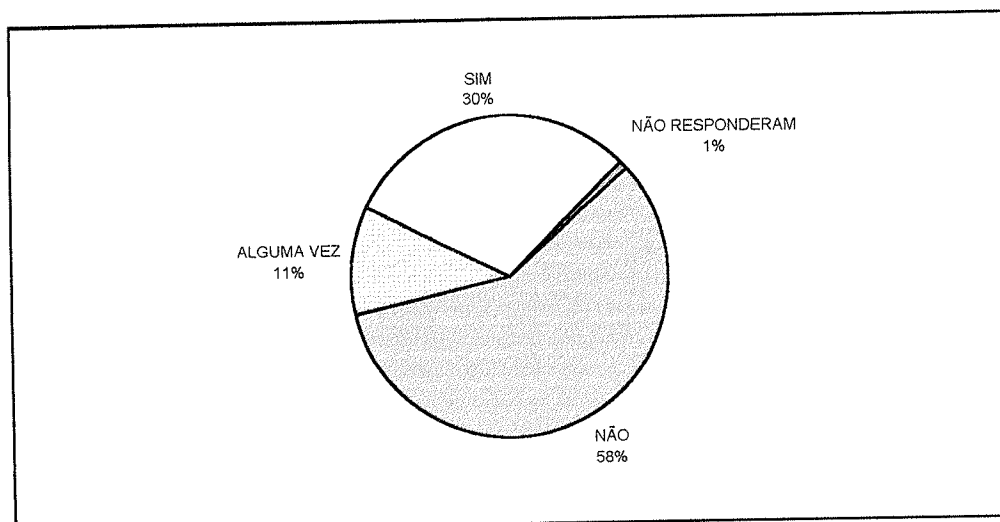
“Você se sente seguro para dizer não às drogas?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 20 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

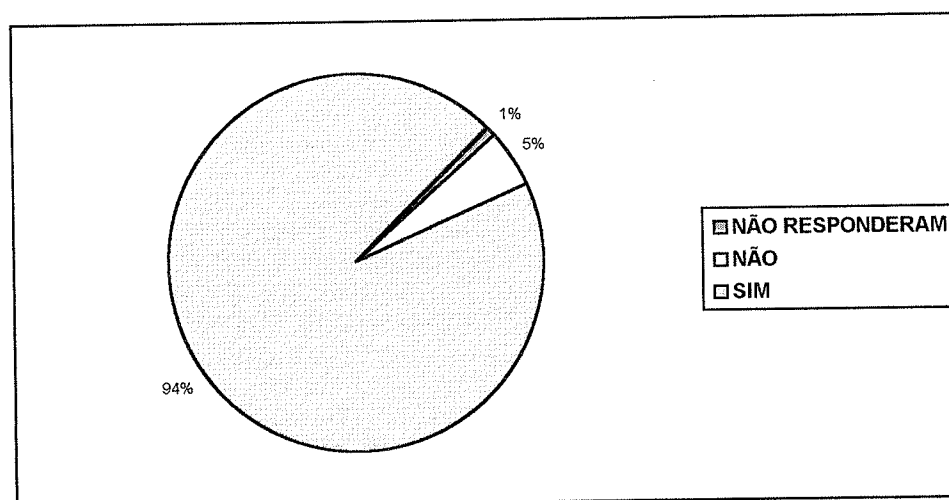
“Você já foi tentado/convidado a experimentar algum tipo de droga? Em caso afirmativo, qual?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 21 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

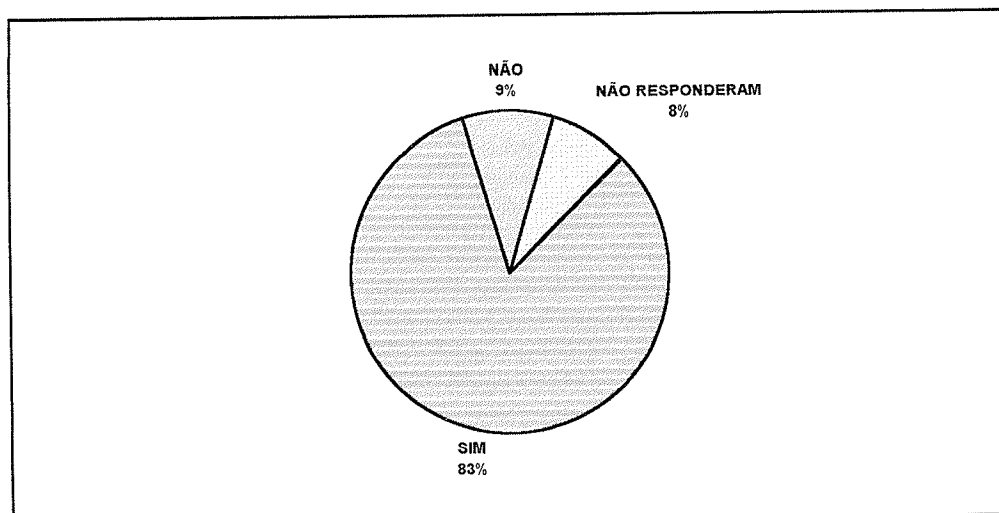
“Você sabia que álcool e cigarro são drogas? e perigosas?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 22 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

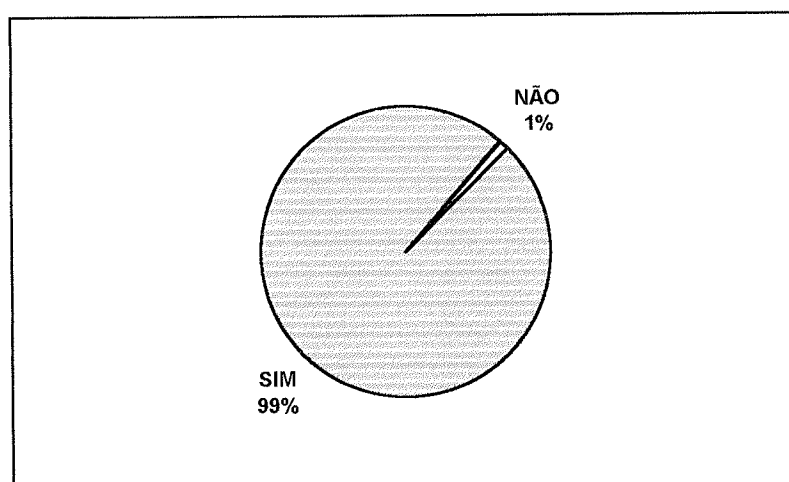
“A prevenção das drogas lhe interessa?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 23 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

“Você é favorável à implantação de um programa preventivo ao uso de drogas nessa escola?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 24 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

“Qual a sua opinião sobre um policial (fardado ou não) falar sobre drogas, através de palestras, para você?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

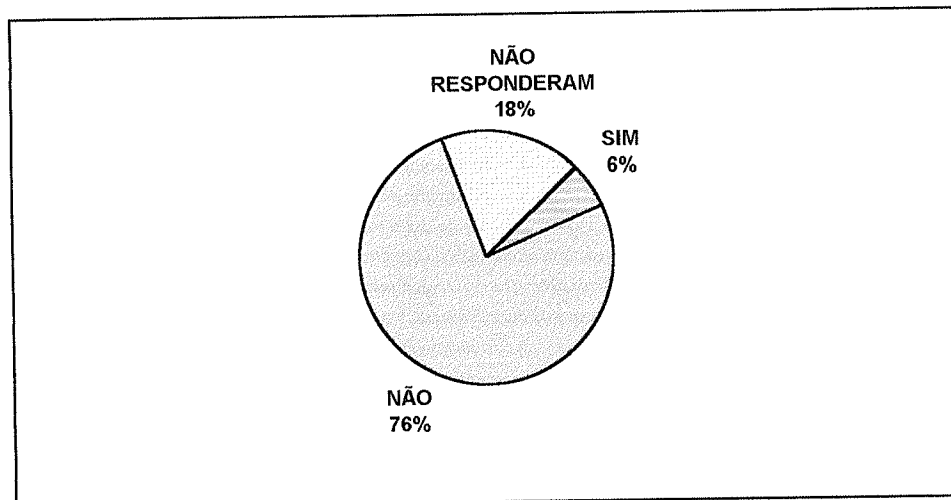
Os pesquisados de um modo geral manifestaram as suas opiniões da seguinte forma:

- 1º) Gentileza da PM;
- 2º) Melhor veículo de prevenção;
- 3º) Não só a PM como outros segmentos, deveriam falar sobre o mal das drogas;
- 4º) Os palestrantes deverão demonstrar empenho;
- 5º) O policial militar é a pessoa certa para falar sobre o assunto;
- 6º) Policiais são maconheiros/traficantes;
- 7º) Pessoas vagabundas que não respeitam as pessoas;
- 8º) Desconfia que PM seja usuário de drogas;
- 9º) Muito bom, inspira mais segurança;
- 10º) Nunca é demais;
- 11º) Acredita, pois afastaria as pessoas das drogas;
- 12º) Acha importante, pois o PM impõe respeito;
- 13º) Acha ser importante, pois o PM possui experiência na lida com usuários;
- 14º) Muitos alunos não possuem conhecimento sobre o assunto;

- 15º) Gostaria de ouvir palestras de militares;
 16º) Acha que fardado, o distingue dos demais.

GRÁFICO 25 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

“Você é dependente/viciado em drogas? (Caso afirmativo indique qual droga).”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

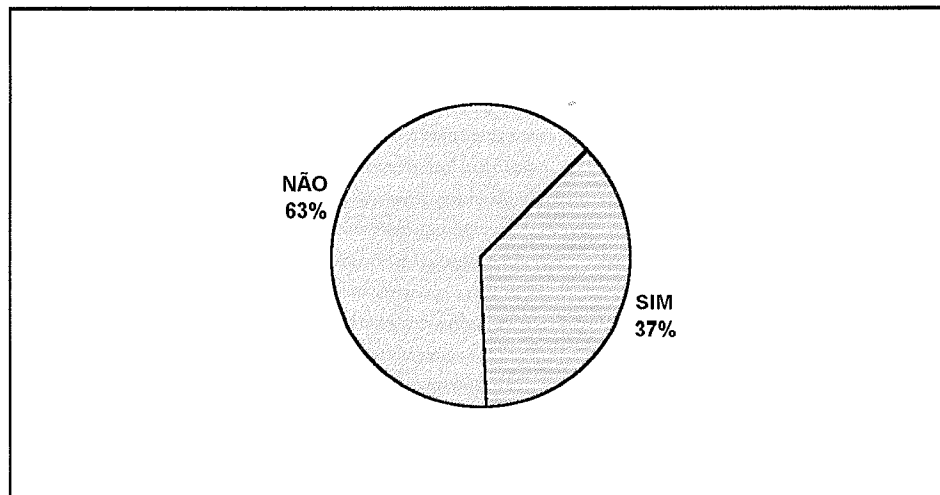
Os pesquisados afirmam ser viciados em:

- 1º) Álcool;
- 2º) Cigarro.

GRÁFICO 26 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

“Você fuma?”

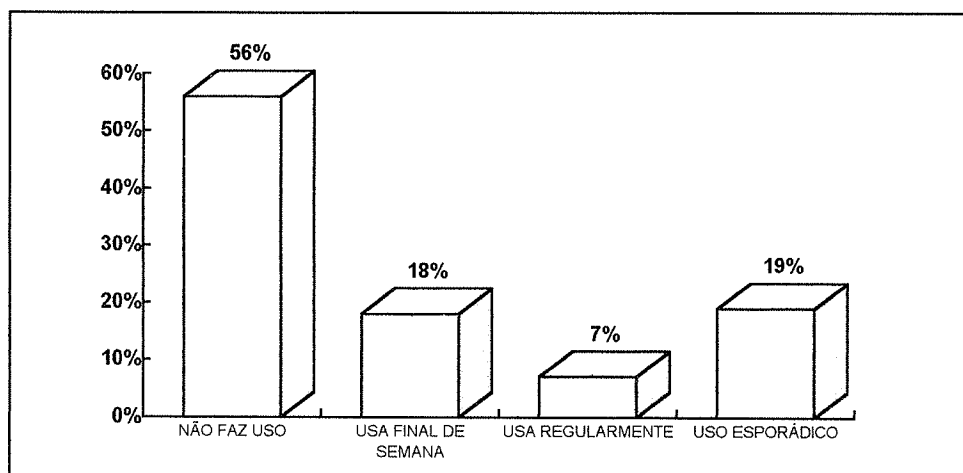
PROF. DR. ...
 DIMEC/2011



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 27 - Posição dos alunos quanto ao questionamento:

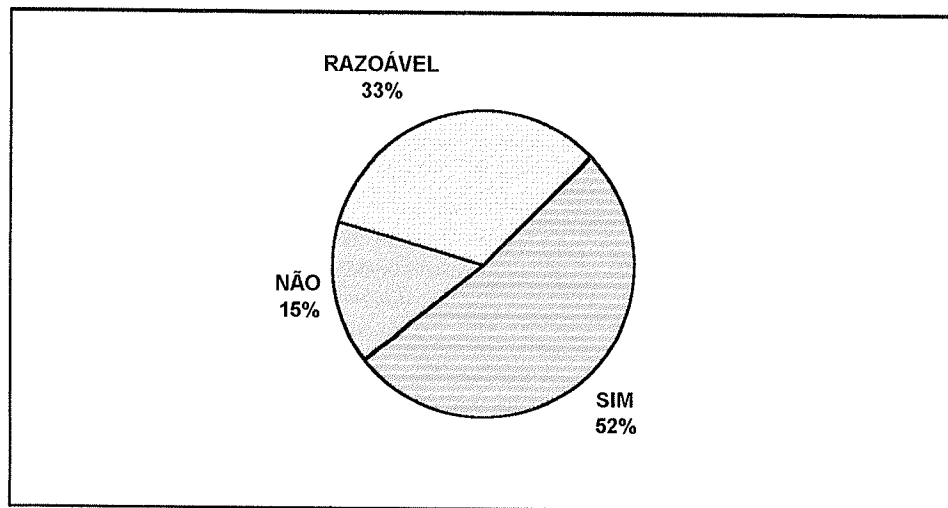
“Faz uso de bebidas alcoólicas regularmente ou nos finais de semana?”



Fonte: 95 alunos da rede pública de Ensino da Capital.

GRÁFICO 28 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

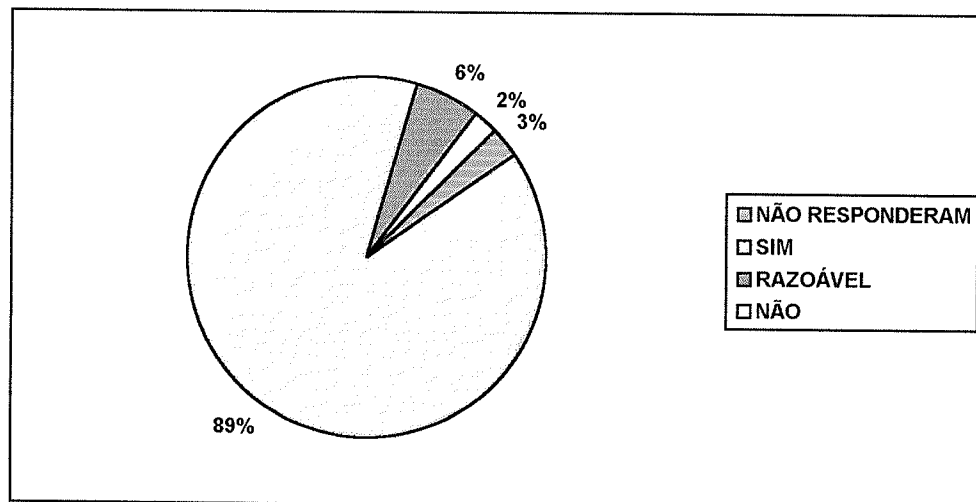
“Você conhece algo sobre drogas?”



Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

GRÁFICO 29 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

“Você tem consciência do perigo das drogas?”

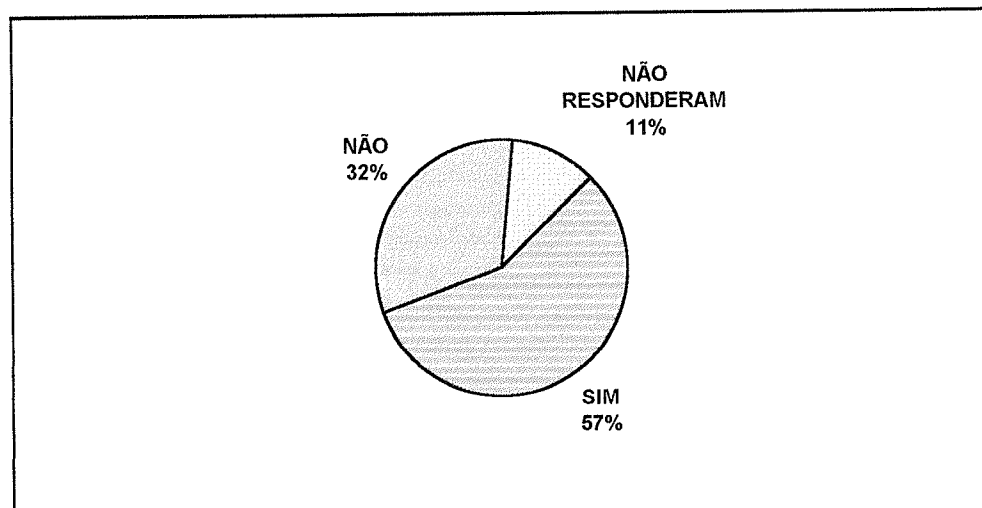


Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

GRÁFICO 30 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

“Alguma pessoa já conversou com você sobre as drogas?

Caso afirmativo, quem?”



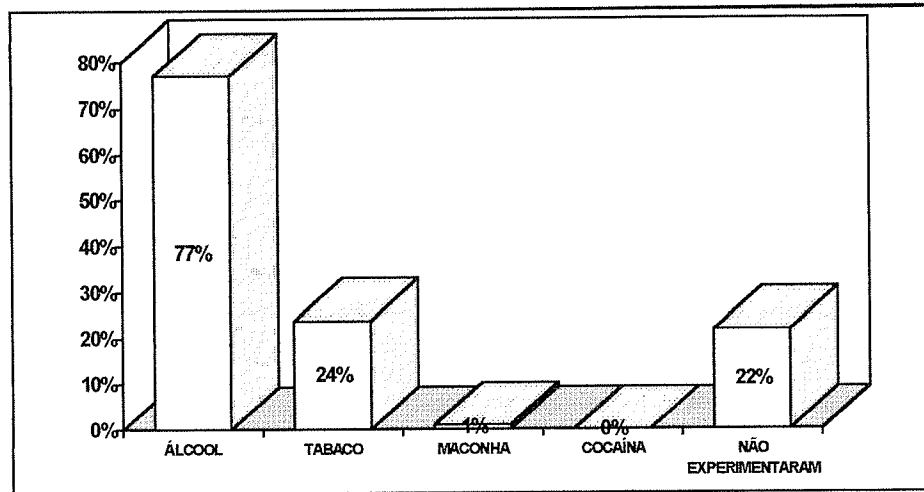
Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

Os pesquisados disseram, quanto ao meio pelo qual receberam a comunicação, foram:

- 1º) Amigos;
- 2º) Palestra;
- 3º) Pais;
- 4º) Professores;
- 5º) Usuários;
- 6º) Assistência social da PM;
- 7º) Projeto Escolas Sem Drogas da Polícia Civil;
- 8º) Revistas;
- 9º) Mídia;
- 10º) Movimento Jovens Livres.

GRÁFICO 31 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

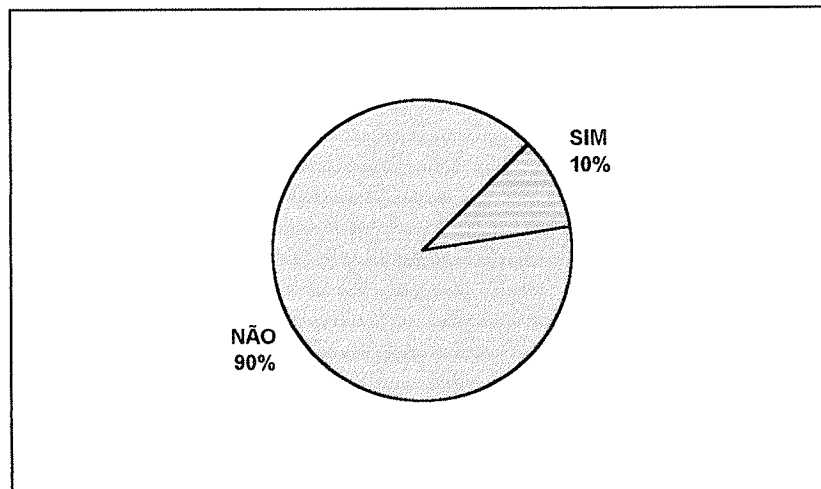
“Você já experimentou algumas das drogas abaixo?”



Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

GRÁFICO 32 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

“Você é dependente/viciado em alguma droga? Em caso afirmativo, qual?”



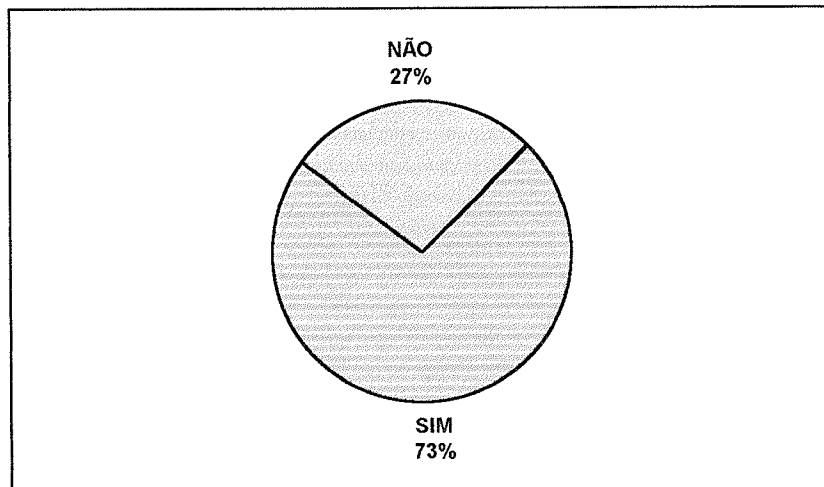
Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

Os pesquisados que disseram ser viciados/dependentes, informaram que as drogas são:

- 1º) Cigarro;
- 2º) Álcool.

GRÁFICO 33 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

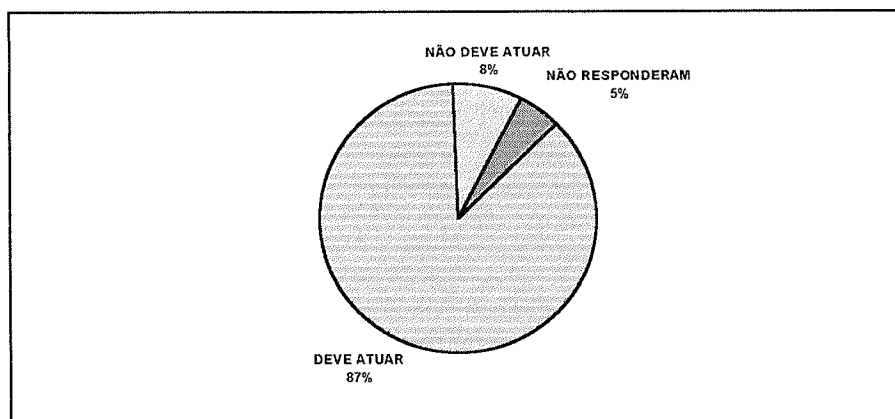
“Você conversa sobre drogas na sua família?”



Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

GRÁFICO 34 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

“O que você acha da PM atuar na prevenção das drogas?”



Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

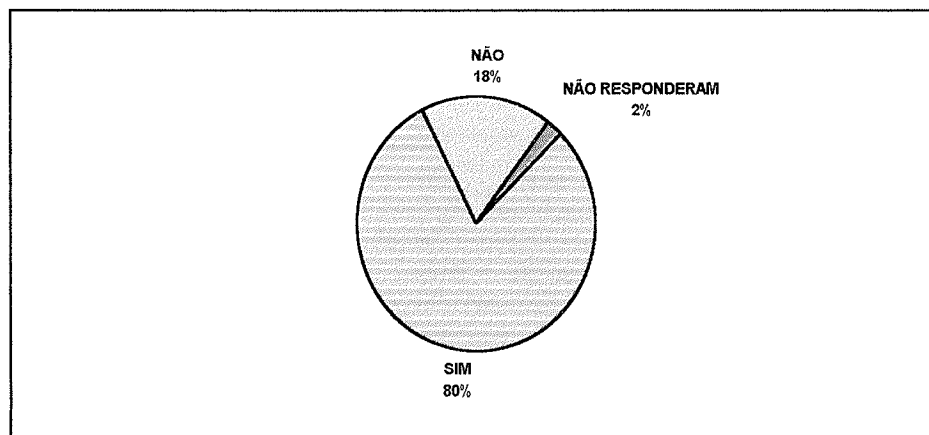
Os pesquisados manifestaram as suas opiniões das seguintes maneiras:

- 1º) Será de grande valia para a sociedade;
- 2º) Um bom reforço no combate às drogas;
- 3º) Ameniza o uso de drogas;

- 4º) Uma boa idéia a PM ministrar palestras nas escolas de 1º grau;
- 5º) Possibilidade que daria certo;
- 6º) Apesar de empreendimento difícil, acho bastante proveitoso, tanto para a sociedade como para a instituição PM;
- 7º) Como auxiliar, acho favorável;
- 8º) Acho que não deve;
- 9º) Não acho nada;
- 10º) Impraticável e inconstitucional.

GRÁFICO 35 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

“Você acredita que esta também é uma obrigação da PM?”



Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

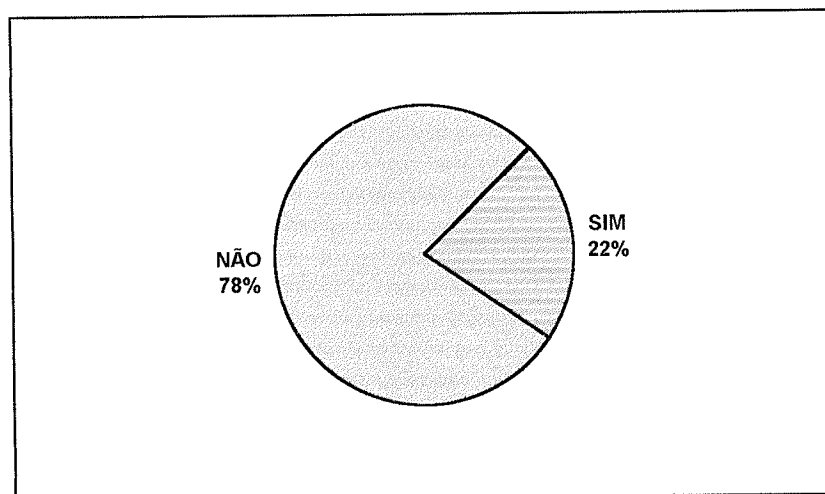
Os pesquisados justificaram as suas respostas com os seguintes argumentos:

- 1º) Não é uma obrigação, mas a PM, pela sua estrutura, deveria ajudar na prevenção às drogas;
- 2º) É uma obrigação de todos os órgãos de segurança pública;
- 3º) Na PM estamos sujeitos a todo tipo de atividade “pau pra toda obra”;
- 4º) A PM deveria atuar, mas supletivamente à família;

- 5º) Temos obrigação moral de defender a sociedade;
- 6º) É uma obrigação estatal;
- 7º) Obrigação de todo cidadão;
- 8º) Obrigação somente no contexto geral;
- 9º) A PM foi criada para defender a sociedade;

GRÁFICO 36 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

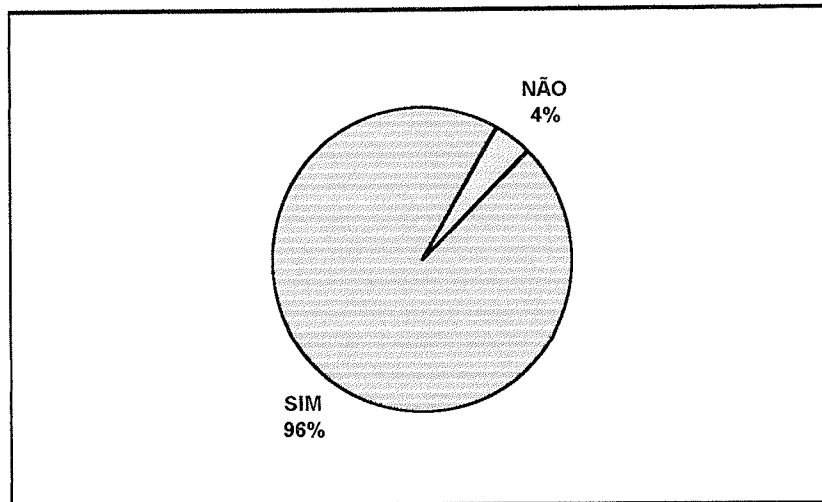
“Você, como policial, tem alguma formação sobre toxicomanias?”



Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

GRÁFICO 37 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

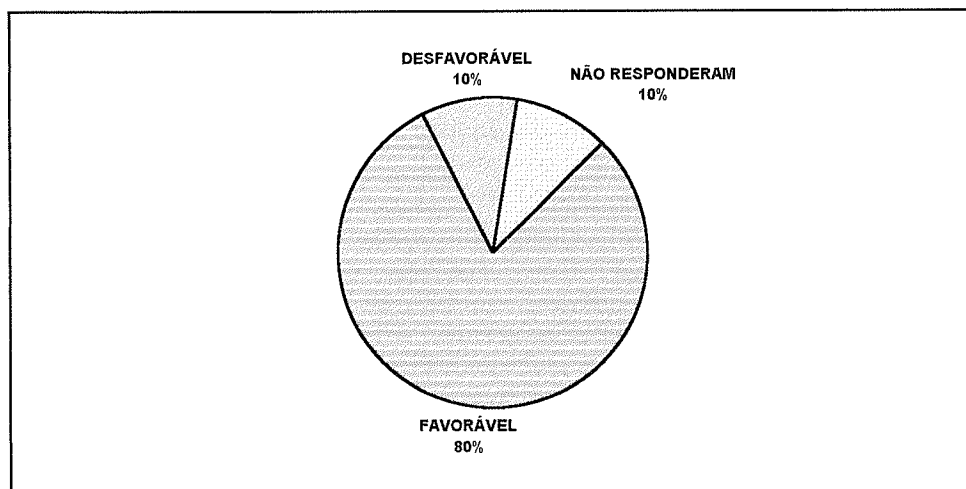
“Você acredita que no currículo dos cursos da PMGO deveria haver uma disciplina que tratasse abertamente do assunto toxicomania?”



Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

GRÁFICO 38 - Posição do público interno quanto ao questionamento:

“Qual a sua opinião sobre a criação de um projeto de prevenção ao uso e abuso das drogas nas escolas, pela PMGO?”



Fonte: 132 PM em várias OPM (Capital e Interior).

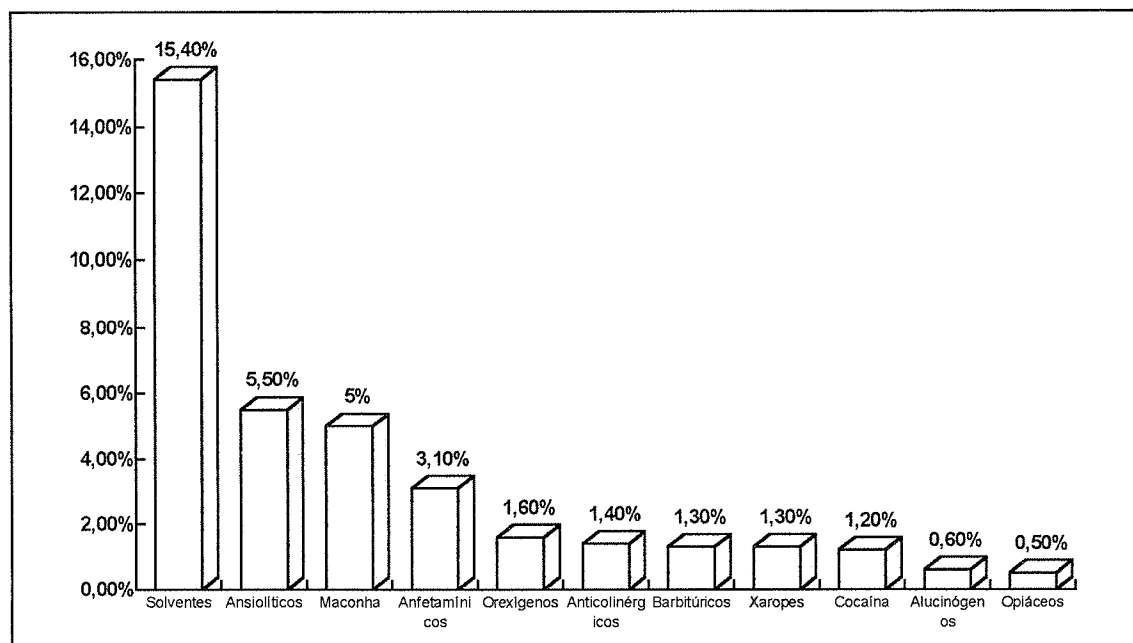
Os pesquisados reforçaram as suas opiniões com os seguintes argumentos:

- 1º) A PM precisa engajar nessa luta;
- 2º) Sim, mas é preciso bastante rigor na sua implantação;

- 3º) Como instrumento de relações públicas;
- 4º) Como instrumento de conscientização do PM;
- 5º) Contribuiria para o aperfeiçoamento social;
- 6º) O projeto deve ser levado a sério;
- 7º) É função de outro órgão;
- 8º) A PM já se encontra sobrecarregada de serviço;
- 9º) Existem organizações para esse fim, se não executa esse serviço é problema delas, pois até verbas recebem para esse mister;
- 10º) Deveria fazer policiamento ostensivo;
- 11º) A PM deve atuar no combate às drogas;
- 12º) Prefere que se faça a prisão dos grandes narcotraficantes;
- 13º) Ajudará a combater a criminalidade;
- 14º) Não deverá atrapalhar outras atividades;
- 15º) Como pai, aprovo a idéia;
- 16º) Esse projeto ataca os problemas na raiz;
- 17º) A PM deve fazer parceria com outros órgãos para desenvolver o projeto;
- 18º) Aproxima o PM dos jovens;
- 19º) Os jovens precisam saber que a PM está definitivamente contra as drogas;
- 20º) Desde que exista vontade por parte das escolas;
- 21º) É necessário que os palestrantes que irão executar o projeto estejam bem afinados com o assunto;
- 22º) Favorável, mesmo com a escassez do efetivo;
- 23º) Entende que os jovens começam a usar drogas nas escolas;
- 24º) Acha importante, porém vê a necessidade de instrução às famílias;
- 25º) Iria baixar os índices de consumo por parte dos jovens;

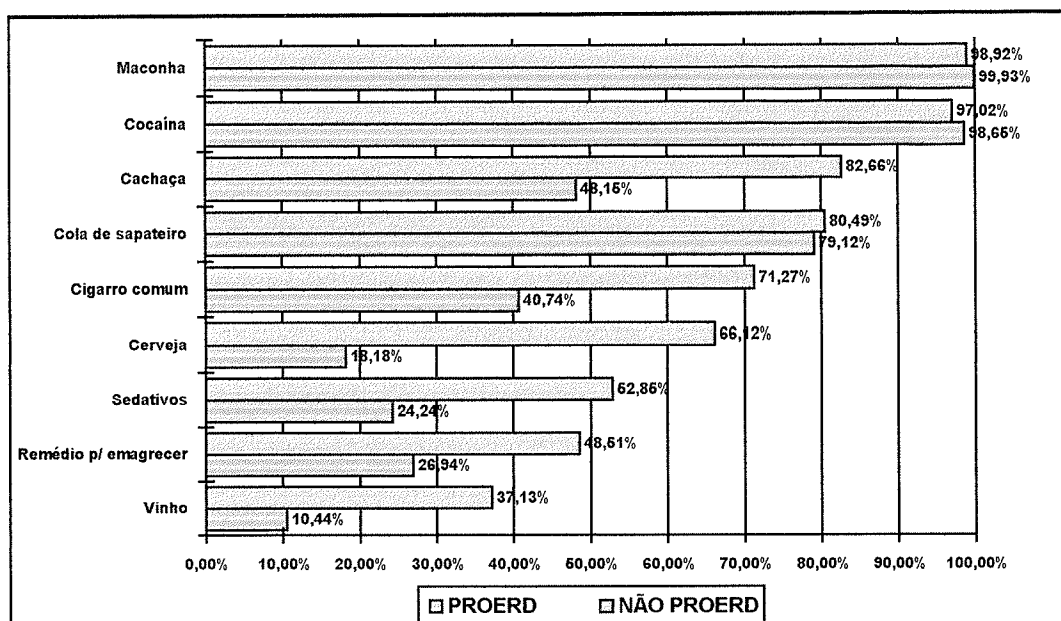
- 26º) Excelente, pois as maiores vítimas dos narcotraficantes são jovens;
- 27º) Tentaria ajudar a resolver um dos maiores problemas sociais;
- 28º) Importante, pois os jovens não conhecem os malefícios das drogas;
- 29º) Acredita que com as informações os jovens, ansiosos por conhecer ou experimentarem as drogas, perderiam essa ansiosidade;
- 30º) Os jovens são presas fáceis dos traficantes;
- 31º) A melhor maneira de combater as drogas;
- 32º) A PM já tem muita missão para cumprir;
- 33º) Falta estrutura para a PM, não consegue cumprir nem mesmo suas obrigações constitucionais;
- 34º) A PM estará cooperando com a sociedade;
- 35º) Viável, porém deve-se estudar a disponibilidade da organização;
- 36º) O projeto deveria ser implantado no período noturno, principalmente;
- 37º) O projeto deveria ser implantado, também, para o público interno.

GRÁFICO 39 - Uso na vida de drogas psicotrópicas entre estudantes nas 10 capitais brasileiras, em porcentagem - dados expedidos em 1993.



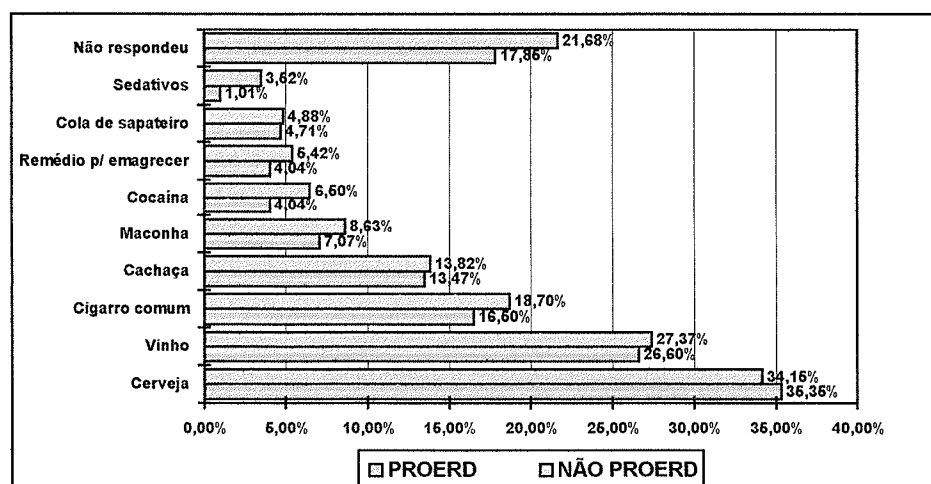
Fonte: GALDURÖZ, José Carlos F; D'ALMEIDA, Vânia; CARVALHO, Vera, CARLINI, E. A. III Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras - 1993. São Paulo. União Européia, 1994, p. 51.

GRÁFICO 40 - Percentual dos alunos que consideram os itens abaixo como sendo drogas, num total de 666 estudantes entrevistados em 10 municípios no Estado do Rio de Janeiro, sendo 369 estudantes do grupo experimental (PROERD) e 297 estudantes do grupo controle (Não-PROERD).



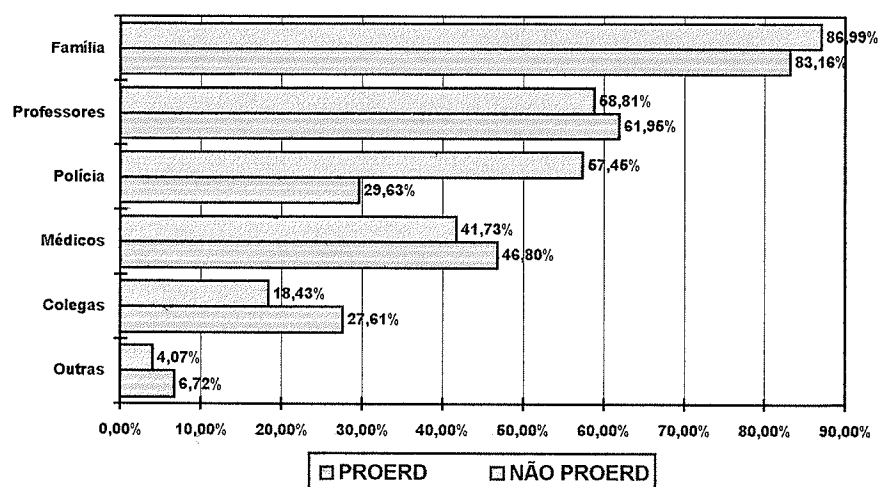
Fonte: PRODEMAN/UERJ, Avaliação do PROERD - Relatório Preliminar.
(Síntese dos Resultados) - 1994. Rio de Janeiro.

GRÁFICO 41 - Percentual dos alunos aos quais já foram oferecidos os itens abaixo, num total de 666 estudantes entrevistados em 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro, sendo 369 estudantes do grupo experimental (PROERD) e 297 estudantes do grupo controle (Não-PROERD).



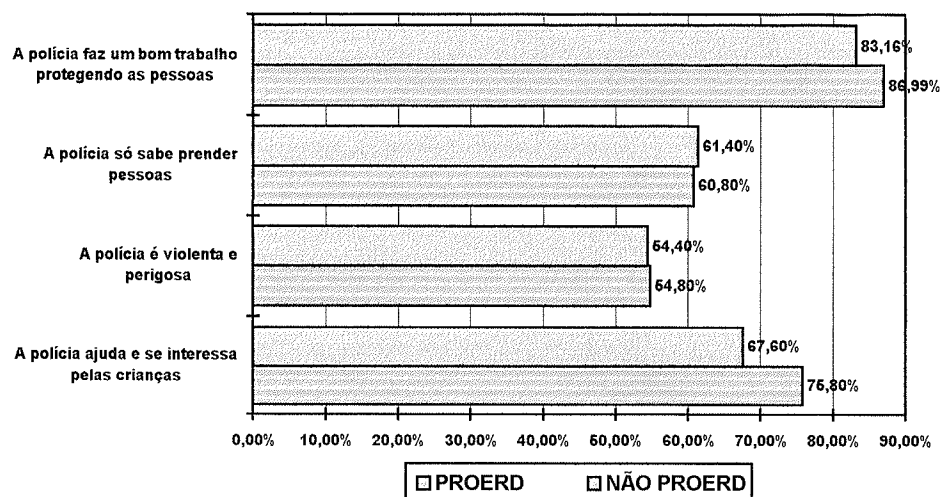
Fonte: PRODEMAN/UERJ, Avaliação do PROERD - Relatório Preliminar.
(Síntese dos Resultados) - 1994. Rio de Janeiro.

GRÁFICO 42 - Pessoas mais indicadas para orientar sobre assuntos relacionados a drogas, num total de 666 estudantes entrevistados em 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro, sendo 369 estudantes do grupo experimental (PROERD) e 297 estudantes do grupo controle (Não-PROERD).



Fonte: PRODEMAN/UERJ, Avaliação do PROERD - Relatório Preliminar. (Síntese dos Resultados) - 1994. Rio de Janeiro.

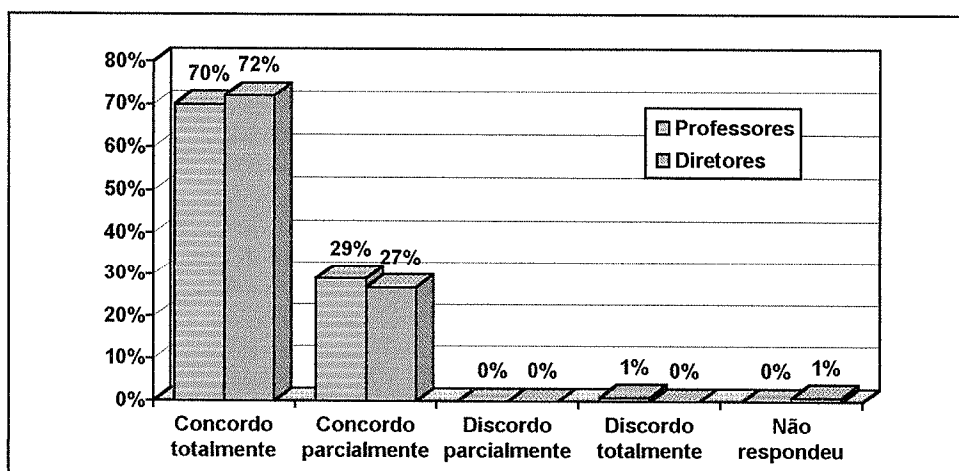
GRÁFICO 43 - Grau de concordância dos alunos com as frases abaixo, num total de 666 estudantes entrevistados em 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro, sendo 369 estudantes do grupo experimental (PROERD) e 297 estudantes do grupo controle (Não-PROERD).



Fonte: PRODEMAN/UERJ, Avaliação do PROERD - Relatório Preliminar.
(Síntese dos Resultados) - 1994. Rio de Janeiro.

GRÁFICO 44 - Grau de concordância dos diretores e professores de todas as escolas onde o PROERD foi aplicado no ano de 1994, em 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro, em relação à afirmação:

“Como resultado do PROERD nesta escola eu acho que os estudantes estão melhor preparados para lidar com situações ligadas às drogas.”



Fonte: PRODEMAN/UERJ, Avaliação do PROERD - Relatório Preliminar.
(Síntese dos Resultados) - 1994. Rio de Janeiro.

7.1.1. Discussão dos Resultados

Realizada a análise dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários, e pesquisas documentais, passa-se à discussão dos mesmos.

7.1.1.1. Serviço de Ronda Escolar

- O gráfico 1 destinou-se aos comandantes com responsabilidade de área operacional no nível de batalhão, objetivando saber se estes possuem serviço de ronda escolar: 67% dos pesquisados possuem serviço de ronda escolar, e 33% não possuem.

7.1.1.2. Dispositivo Legal que Obrigue a PM a Atuar na Prevenção às Drogas

- O gráfico 2 objetivou saber junto aos comandantes de área operacional, no nível de batalhão, se há dispositivo legal que obrigue a Polícia Militar, como componente do Poder Público, a participar não só da repressão, mas também da prevenção ao uso indevido de drogas. Dos pesquisados 100% acreditam que há legislação que autoriza a PM atuar na prevenção às drogas. Perguntado que legislação seria essa, assim se expressaram: o próprio estatuto da Polícia Militar, a Constituição Federal, e a Constituição Estadual. Interpretando, assim, o termo “polícia preventiva” posta na Constituição, também, se interpreta extensivamente à prevenção de drogas.

7.1.1.3. Existência de Programa Preventivo no Batalhão

- O gráfico 4 objetivou verificar se nos batalhões há algum tipo de trabalho preventivo ao uso indevido de drogas. Dos pesquisados,

67% disseram que sua organização policial militar não mantém nenhum tipo de programa em sua área de atuação, e 33% mantém algum tipo de programa. Isto leva a crer que realmente a Polícia Militar não atua na área de prevenção às drogas, não minimizando o problema e perdendo a chance de a instituição aproximar-se dos jovens o que seguramente melhoraria a imagem da Polícia Militar frente a esse público, imagem esta que se encontra bastante desgastada diante de uma série de problemas que têm surgido no transcorrer desse ano.

7.1.1.4. Conhecimento Sobre a Existência do PROERD aos Cmts de Batalhões, Diretores e Professores

- Os Gráficos 05 e 11 foram elaborados objetivando saber se as escolas, os cmts de batalhões conhecem a atuação do PROERD. As realidades encontradas em cada público-alvo variaram na seguinte conformidade: 100% dos cmts não conhecem o projeto; já entre os diretores, 28% o conhecem, e 72% não conhecem; os professores, 43% conhecem, e 57% não conhecem. Interessante este quadro, pois estes diretores e professores que conhecem o programa desenvolvido pela Polícia Militar de Estados tão distantes dos nossos, enquanto que nós mesmos não o conhecíamos, mas isto demonstra a importância do projeto, que está rompendo barreiras intercontinentais.

7.1.1.5. Sobre a Implantação do PROERD nas Escolas

- Os gráficos 6, 12, 23 e 38 foram pesquisados sobre a viabilidade do programa ser desenvolvido nas escolas.

- a. dos comandantes de batalhões, 100% gostariam de desenvolver um programa na área operacional de sua responsabilidade;
- b. 100% dos professores e diretores também gostariam de ter o programa em suas escolas;
- c. dos alunos, 99% gostariam de ter o PROERD desenvolvido em sua escola, apenas 1% disse que não gostariam que o projeto fosse implantado;
- d. o público interno, 80% é favorável à implantação do PROERD, 10% é desfavorável e o restante, 10% não quis opinar.

7.1.1.6. Existência de um Programa Preventivo, como é Feita essa Prevenção nas Escolas

- Os gráficos 10, 17 foram elaborados com a finalidade de saber como as escolas se organizam para realizar a prevenção ao uso de drogas. A realidade constatada é de que:
 - a. no ponto de vista dos professores, 67% disseram não haver nenhum tipo de trabalho que vise a prevenir os alunos quanto aos malefícios das drogas, 20% disseram que nas escolas existem professores especializados atuando nessa área, e 13% não responderam à pergunta;
 - b. no ponto de vista dos diretores, 91% disseram não haver trabalho de prevenção nas escolas, 9% responderam que existe este trabalho;
 - c. para os alunos, 53% disseram não haver nenhum programa de prevenção nas escolas, 41% disseram que existe o programa, 6% se recusaram a responder a pergunta.

No geral pode se verificar a grande carência a que estão expostos os nossos jovens, favorecendo, assim, a ação dos traficantes.

7.1.1.7. Problemas com Oferta de Drogas nas Escolas

- Os gráficos 7 e 14 foram elaborados com a finalidade de verificar o nível de percepção para a realidade “drogas” nas escolas. As posições se deram nos seguintes patamares:
 - a. no ponto de conhecimento dos professores, 50% disseram que a escola não enfrenta esse tipo de problema, 43% dos professores disseram que a sua escola tem problemas relacionados à oferta de drogas a seus alunos, outros 7% disseram não ter conhecimento do assunto;
 - b. no ponto de vista da diretoria, 54% disseram que a escola tem problemas com as drogas na oferta aos alunos, outros 28% disseram não haver problemas, e outros 18% disseram não possuir conhecimento sobre o assunto;
 - c. com relação aos alunos, 57% disseram sim, a sua escola tem problemas com oferta de drogas, outros 37% disseram não haver este problema, e outros 6% não responderam à pergunta.

Acreditamos que estas respostas refletem bem o problema, e constatamos que todas as escolas pesquisadas possuem problemas de ofertas de drogas a seus alunos. Estamos diante de uma realidade que está bem próxima da verdade.

7.1.1.8. Capacitação dos Professores para Passarem Informações Úteis aos Alunos que os Ensine a Resistir às Pressões Exercidas por Usuários e Traficantes de Drogas

- O gráfico 8 foi direcionado aos diretores e professores, visando saber se os professores das escolas pesquisadas estão preparados para ensinar os alunos a resistirem a esse mal. Obtivemos as seguintes respostas.

- a. os diretores informaram que 64% dos professores não estão capacitados para preparar seus alunos no sentido de resistirem às drogas, 9% disseram que sim, os professores estão preparados para este mister, outros 27% não souberam responder à pergunta;
- b. os professores informaram que 46% estão preparados para este mister, 50% disseram que não estão preparados, enquanto que 3% não souberam responder à pergunta.

Constata-se, de um modo geral, que a maioria realmente não está preparada a ensinar aos alunos a resistirem às pressões das pessoas interessadas no aumento do consumo de drogas.

7.1.1.9. Se os Alunos Estão Preparados para Resistirem às Pressões de Colegas ou Traficantes, no Sentido de Experimentarem drogas

- Os gráficos 9 e 12 foram confeccionados com a finalidade de verificar se os alunos estão capacitados com informações suficientes para resistirem às pressões exercidas por traficantes ou mesmo por colegas de escola, no sentido de experimentar drogas, sendo que obtivemos os seguintes dados:
 - a. os diretores, 82% disseram que os alunos não estão preparados para resistirem a esta pressão, 18% disseram que os mesmos estão preparados;
 - b. os professores, 87% disseram que os alunos não estão preparados, 10% disseram que sim, estão preparados, e outros 3% não responderam à pergunta;
 - c. os alunos, 83% disseram que estão seguros para dizer não às drogas, 5% disseram que não estão seguros, e 12% não responderam à pergunta.

Podemos perceber a enorme diferença entre as respostas dos diretores/professores com as respostas dos alunos, totalmente antagônicas.

Observamos que os alunos estão bem distantes dos perigos que as drogas podem lhes causar. Achamos que suas respostas, longe de demonstrar segurança, mostra-nos, na verdade, o total desconhecimento do problema.

7.1.1.10. Imagem da Polícia Militar

- O Gráfico 13 foi confeccionado com a finalidade de verificar a imagem da Polícia Militar como prestadora de serviço à comunidade, e também responsável pela prevenção ao uso indevido de drogas, junto a diretores e professores da rede pública de ensino na capital do Estado de Goiás. Os resultados foram os seguintes.
 - a. os diretores disseram 18% ser boa esta imagem, 82% opinaram ser regular;
 - b. os professores disseram 33% ser boa a imagem da PM, 37% opinaram ser regular, e 30% disseram ser péssima a imagem da PM.

Pergunta bastante pertinente, principalmente depois de vários acontecimentos, a nível nacional, envolvendo o nome “Polícia Militar” em que a imprensa do país, guiada pelo seu carro-chefe, a Rede Globo de televisão, foi duríssima com suas críticas, transformando casos isolados em verdadeiros problemas para as instituições PM. Acreditamos que diante dessas crises que ora passamos, estivemos muito bem na opinião dessa pequena elite educadora. De um modo geral demonstraram confiar muito no que a Polícia Militar pode fazer para contribuir com a prevenção a esse flagelo que são as drogas.

7.1.1.11. Sobre o Conhecimento, a Formação ou Informação do Assunto Relacionado às Drogas

- Os gráficos 15 e 28 foram elaborados com o objetivo de saber as opiniões dos alunos e público interno quanto a questão de seus conhecimentos a respeito de drogas, os quais responderam assim:
 - a. os alunos 57% disseram possuir conhecimentos sobre o assunto “drogas” e 37% disseram não possuir tal conhecimento, enquanto que 6% não responderam;
 - b. o público interno da PM respondeu 52% que sim, tem conhecimento sobre “drogas”, 15% não tem conhecimentos, enquanto que 33% disseram ser razoável o seu conhecimento sobre o assunto.

Achamos que aqueles que disseram ter conhecimento sobre o assunto, apenas o conhecem superficialmente, haja vista que os que disseram não conhecer ou conhecer razoavelmente foi um número bastante expressivo.

7.1.1.12. Se Alguém já Havia Orientado os Alunos Quanto aos Malefícios das Drogas

- O gráfico 16 foi confeccionado com o objetivo de saber se os alunos recebiam algum tipo de prevenção ao uso indevido de drogas. Obtivemos o seguinte resultado:
 - a. os alunos disseram 64% que sim, já haviam sido orientados quanto aos malefícios das drogas, outros 31% disseram que não tiveram nenhum tipo de orientação a respeito do problema, e mais 5% não responderam à pergunta.

7.1.1.13. Seus Pais Conversam com Você Sobre Drogas

- O gráfico 18 foi elaborado com o objetivo de saber se a família estava procurando orientar os seus quanto ao problema das drogas. Obtivemos os seguintes resultados:
 - a. os alunos disseram que 67% obtém informações sobre drogas de seus pais, 30% disseram que não, não são orientados pela família, e 3% não responderam à questão.

7.1.1.14. Você já foi Tentado/Convidado a Experimentar Algum Tipo de Droga? Em Caso Afirmativo, Qual?

- O gráfico 20 procurou saber se o aluno já foi tentado ou mesmo convidado a experimentar, drogas; queríamos saber exatamente como estava a pressão sobre os alunos no sentido de experimentarem drogas. Os mesmos responderam assim:
 - * Os alunos disseram 58% não havia sido tentado/convidado a experimentar drogas, outros 30% disseram que já foram tentados/convidados a experimentarem drogas, outros, ainda, 11% alguma vez já foram tentados/convidados a experimentarem drogas, e ainda 1% não respondeu à pergunta. As drogas que foram mais ofertadas foram: maconha, rupnol e cocaína.

Pergunta bastante interessante que nos deixa um tanto quanto preocupados com os seus resultados, pois achamos a incidência muito grande dos alunos que já foram tentados/convidados a experimentarem droga. O problema é realmente preocupante.

7.1.1.14. Conhecimento dos Alunos Quanto à Questão de Saber do Perigo das Drogas Legalizadas “Álcool e Cigarro”.

- O gráfico 21 foi elaborado com o intuito educador e também para medir conhecimentos dos alunos quanto ao perigo de drogas legalizadas e socialmente aceitas. Obtivemos os seguintes resultados:
 - * Os alunos disseram 95% conhecem os seus perigos, 5% não conheciam os seus perigos.

7.1.1.15. Se a Prevenção das Drogas Interessava aos Alunos

- O gráfico 22 procurou saber dos alunos se aos mesmos interessava se prevenirem quanto ao uso de drogas. Obtivemos as seguintes respostas:
 - * 83% dos alunos querem se prevenir, enquanto que 9% não querem a prevenção, e 8% não responderam à pergunta.

Número bastante significativo dos que querem se prevenir dos males que as drogas podem lhes causar.

7.1.1.15. Qual a Opinião dos Alunos Quanto à Prevenção de drogas sendo Ministradas Aulas por Policiais (Fardados ou Não)

- O gráfico 24 foi elaborado para saber as opiniões dos alunos quanto a implantação de um projeto de prevenção ministrado pela polícia em suas escolas, os resultados foram os seguintes:
 - * 78% manifestaram favoráveis à questão, 9% manifestaram contrários à idéia, enquanto que 13% não opinaram.

A grande maioria não faz restrições que a prevenção lhe seja ministrada por policiais, fardados ou não.

7.1.1.16. Se o Aluno Possuía Dependência/Vício em Alguma droga, se Afirmativo, Pedia que Indicasse a Droga

- O gráfico 25 foi elaborado com o objetivo de saber se existia dependente/viciado na rede pública de ensino. Foi obtido o seguinte resultado:

* 76% disseram não ser dependente/viciado à drogas, 6% disseram serem dependentes/viciados, enquanto que 18% não responderam à pergunta. As drogas que disseram ser viciados são: álcool e cigarro.

7.1.1.17. Se o Aluno era Viciado em Cigarros

- O gráfico 26 objetivou saber como é que estavam os jovens em relação ao vício do cigarro. Os resultados ficaram assim:

* 63% disseram não serem viciados, 37% afirmaram serem viciados no cigarro.

7.1.1.18. Se os Alunos Fazem Uso de Bebidas Alcoólicas, Regularmente ou nos Finais de Semana

- O gráfico 27 nos trouxe o seguinte quadro:

* 56% disseram que não, não fazem uso de bebidas alcoólicas, 19% faz uso de forma esporádica, 18% bebe nos finais de semana e que 7% faz uso regularmente de bebida alcoólica.

7.1.1.19. Se os Policiais Militares têm Consciência do Perigo das Drogas

- O gráfico 29 foi elaborado para medir o grau de conhecimento dos PM quanto ao perigo das drogas. O qual foi assim respondido:

* 89% dos PM disseram ter conhecimento dos perigos das drogas, 6% responderam que sua consciência é razoável, 2% disseram não possuir essa consciência e que 3% não responderam à questão.

7.1.1.20. Se Alguém já Havia Conversado com os PM Sobre as Drogas, Caso Afirmativo, Por Qual Meio

- O gráfico 30 responde a este questionamento da seguinte forma:
 - * 57% disseram que já receberam informações a respeito do assunto “drogas”, 32% disseram que não receberam informações, e outros 11% não responderam à pergunta. Quanto ao meio de transmissão dessa informação, foram vários. Os principais foram: amigos, palestras, pais, professores, etc.

7.1.1.21. Se os PM já Haviam Experimentado Drogas

- O gráfico 31 visou sobretudo saber como se comportavam os PM diante das drogas, tanto as legalizadas como as ilícitas. As respostas foram:
 - a. 77% disseram que já experimentaram álcool;
 - b. 24% informaram conhecer o tabaco;
 - c. 1% disseram que já experimentaram maconha;
 - d. 22% disseram que não experimentaram nenhuma das drogas apresentadas;
 - e. Não houve ninguém que disse ter experimentado cocaína.

7.1.1.22. Se os PM Eram Dependentes/Viciados em Alguma droga, em Caso Afirmativo, Qual

- O gráfico 32 responde à questão da seguinte maneira:
 - a. 90% disseram não ser dependentes/viciados a nenhuma droga;
 - b. 10% disseram sim, que são dependente/viciados a drogas.

Desses 10% de dependentes/viciados, 8% disseram ser viciados em cigarro e os outros 2% disseram ser viciados em álcool

7.1.1.23. Se os PM Orientavam Suas Famílias Quanto às Drogas

- O gráfico 33 responde a este questionamento assim:
 - a. 73% disseram que conversam com a família;
 - b. 27% não orientam seus familiares.

7.1.1.24. A Opinião dos PM Quanto a Polícia Militar Trabalhar de Forma a Prevenir o Uso Indevido de Drogas

- O gráfico 34 foi elaborado com o objetivo de saber a opinião dos PM quanto a uma possível atuação da PM na prevenção às drogas. As respostas foram as seguintes:
 - a. 87% são favoráveis à atuação da PM na prevenção às drogas;
 - b. 8% acham que a PM não deve atuar na prevenção às drogas;
 - c. 5% não responderam ao questionamento.

Pergunta-tema da monografia e que uma massa muito grande de policiais militares disse ser favorável à atuação da Polícia Militar nesta área de prevenção às drogas. O resultado dessa pergunta fica bastante evidente à disposição dos membros da Corporação em assumir mais essa responsabilidade junto à sociedade. Mostra que objetivamente os membros da Corporação estão voltados, sensibilizados com a problemática do flagelo das drogas.

7.1.1.25. Se os PM Acreditavam que a Prevenção das Drogas é uma Obrigação da Polícia Militar

- O gráfico 35 foi elaborado com o objetivo de saber se a prevenção às drogas era missão da Polícia Militar, essa questão foi assim respondida:

- a. 80% disseram acreditar que a prevenção às drogas é uma obrigação da Polícia Militar;
- b. 18% não acredita ser obrigação da PM;
- c. 2% não responderam à indagação.

A grande massa de policiais militares pesquisada acredita que a prevenção às drogas também é uma obrigação da PM, não querendo com isso dizer que esta problemática não seja obrigação também de outros segmentos.

7.1.1.26. Se os PM Possuíam Formação Específica na Área de toxicomanias

- O gráfico 36 foi confeccionado com o objetivo de saber como é que andava a tropa com relação à formação na área específica de tóxicos, e foi assim respondido:
 - a. 78% não possui formação nesta área;
 - b. 22% possui alguma formação.

7.1.1.27. A Opinião dos PM na Implantação da Matéria Toxicomania na Grade Curricular dos Cursos de Formação da Polícia Militar

- O gráfico 37 responde à questão da seguinte maneira:
 - a. 96% são favoráveis;
 - b. 4% não são favoráveis.

7.1.1.28. Uso na Vida de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes em 10 Capitais Brasileiras

- O gráfico 39 foi importado do III Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras, trabalho efetuado pelo CEBRID.

Nele, os estudantes foram estimulados a responder sobre o uso de drogas psicotrópicas, constatando-se que em ordem decrescente o uso foi:

- 1) Solventes
- 2) Ansiolíticos
- 3) Maconha
- 4) Anfetaminas
- 5) Orexígenos
- 6) Anticolinérgicos
- 7) Barbitúricos/Xaropes
- 8) Cocaína
- 9) Alucinógenos; e
- 10) Opiáceos.

7.1.1.29. Percentual dos Alunos que Consideram os Itens Sugeridos como Sendo Drogas

- O gráfico 40 foi importado na avaliação realizado pelo Programa Interuniversitário de Pesquisa de Demandas Sociais da UERJ, em estudantes do Rio de Janeiro.

Nele, nota-se claramente a capacidade que os alunos submetidos ao PROERD têm em identificar drogas, a ele sugeridas pela pesquisa, em relação aos alunos do grupo-controle (não-PROERD).

7.1.1.30. Percentual dos Alunos aos Quais já Foram Oferecidos

os 9 Itens Sugeridos

- O gráfico 41 foi importado da avaliação realizada pelo Programa Interuniversitário de Pesquisa de Demandas Sociais da UERJ, em estudantes do Rio de Janeiro, objetivando verificar se tanto os alunos do PROERD, como os do grupo-controle, estariam igualmente expostos às mesmas substâncias.

Teve por objetivo o presente gráfico validar a pesquisa, pois ambos os grupos, de forma bastante semelhante, estavam expostos às mesmas substâncias.

7.1.1.31. Pessoas mais Indicadas para Orientar Sobre Assuntos Relacionados às Drogas

- O gráfico 42 foi importado da avaliação realizada pelo Programa Interuniversitário de Pesquisa de Demandas Sociais da UERJ, em estudantes do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar grupos de referência para obtenção de informações sobre drogas. Nota-se diferença significativa, onde 57,5% dos alunos que participaram do programa do Rio de Janeiro recorreriam à polícia para receber orientação sobre drogas, enquanto que no grupo-controle, dos não expostos ao programa, este montante não atinge 30%. Inversamente, apenas 18,4% dos alunos expostos ao programa reconhecem nos colegas um grupo de referência para tal fim, enquanto que entre os alunos não submetidos, este percentual chega a 27,6%.

7.1.1.32. Grau de Concordância dos Alunos com Frases relacionadas à Polícia Militar

- O gráfico 43 foi importado da avaliação realizada pelo Programa Interuniversitário de Pesquisa de Demandas Sociais da UERJ, em estudantes do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar a aceitabilidade e concordância dos estudantes em relação às frases:
 - a. A polícia faz um bom trabalho protegendo as pessoas;
 - b. A polícia só sabe prender pessoas;
 - c. Os policiais são violentos e perigosos; e
 - d. A polícia ajuda as crianças e se interessa por elas.

As diferenças encontradas entre o grupo PROERD e o grupo-controle sugerem a eficácia quanto ao objetivo secundário de atuar no sentido de construir uma imagem positiva da polícia junto ao público fiscalizado.

7.1.1.33. Grau de Concordância dos Diretores e Professores em Relação à Eficiência do PROERD

- O gráfico 44 foi importado da avaliação realizada pelo Programa Interuniversitário de Pesquisa de Demandas Sociais da UERJ, em estudantes do Rio de Janeiro, com o objetivo de auferir junto aos diretores e professores do Rio de Janeiro se seus alunos, após aplicação do PROERD, estavam capacitados a lidar com situações ligadas às drogas. Com efeito, 72% dos diretores e 70% dos professores concordaram totalmente, e 27% dos diretores e 29% dos professores concordaram parcialmente, donde se conclui que o PROERD atingiu plenamente suas finalidades.

7.2. Análise e Interpretação das Entrevistas

(Vê a foto possibilidade de de passar a outra folha).

PROERD
2007

RESUMO DA ENTREVISTA DA Dr^a TEREZINHA VIEIRA - SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

A Secretária nos afirmou que não possui nenhum dado sistematizado com as drogas nas escolas. A Secretaria não possui nenhum projeto de prevenção às drogas nas escolas, apenas está incluindo nos programas curriculares abordagem da questão das drogas. Considera que a preocupação com o problema “drogas” deve ser de toda a sociedade. Diz que o tema drogas é abordado com professores na relação interdisciplinar. Entende que a PM pode trabalhar na prevenção às drogas nas escolas, não só a PM, como toda a sociedade deve conjugar esforços para combater as drogas. Acredita que o policial não é um elemento estranho na escola.

RESUMO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O Sr. Dr JAMIL ISSY, FRAMACÊUTICO E TOXICÓLOGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Avalia, existe muita apreensão de sua parte, pois não temos estatísticas confiáveis sobre o assunto, e mesmo assim podemos perceber a olhos claros o aumento do abuso nos usos de drogas.

Os políticos têm se mostrado muito tímidos, poucos ou quase nenhum tem se interessado pela questão da prevenção às drogas. Acredita que a maior preocupação a nível de faixa etária com os jovens sujeitos a pressões para uso de drogas está situado na faixa que vai dos 12 aos 18 anos de idade. Acredita que as drogas devem ser combatidas através de programas de prevenção. Tem que a PM pode e deve implementar projetos de prevenção às drogas nas escolas, isto traria-lhe uma satisfação muito grande, pois entende que a PM possui uma vocação preventiva que a habilita neste tipo de trabalho, finaliza que um projeto desse nível conta com seu total apoio. Diz que não existe dúvidas que vários crimes estão relacionados

com as drogas. Ao final se propõe a preparar tecnicamente policiais militares para atuarem na prevenção às drogas.

RESUMO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O Sr CEL PM RR JO-NEVAL GOMES DE CARVALHO, Exmº SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Lembra que este problema está aumentando em nosso Estado a cada dia que se passa. Diz que oferta e procura caminham lado a lado. Lembra que a posição geográfica de Goiás favorece muito a atuação dos narcotraficantes. Fala do projeto Escola Sem Drogas, desenvolvido pela Polícia Civil. Reconhece que a prevenção é o melhor remédio para combater as drogas, porém esta deve estar sempre aliada à repressão. Acha a idéia de implementação, por parte da PM, do projeto de prevenção às drogas nas escolas, uma boa idéia e não entende porque a PM está demorando tanto para colocá-lo em prática. Reforça dizendo que a missão da PM deve ser sempre preventiva, inclusive com relação às drogas. Lembra que a PM é o único órgão público que possui uma estrutura adequada para fazer este tipo de trabalho, haja vista que a mesma tem frentes de serviço espalhadas por todo o Estado. Afirma a relação existente entre as drogas e a criminalidade. Ao final sugere que a criação, por parte da PM, de núcleos preventivos nas OPM, como multiplicadores de idéias contra o uso de drogas.

RESUMO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O Dr DOMINGOS LUIZ PASSERINI - DELEGADO DA DPF/GO

Goiás, assim como os demais Estados da Federação, tem enfrentado sérios problemas com a questão das drogas, principalmente pela localização geográfica do Estado. Considera que Goiás se encontra na rota do tráfico de drogas. Diz ser claro a presença de drogas em vários ou-

tros crimes, estabelecendo uma verdadeira conexão. Diz que a Polícia Federal tem a política de prevenção às drogas, porém acha que ela está bem aquém da necessidade. Diz ser assustador o crescente aumento nos gráficos das drogas. Reconhece ser óbvio que a prevenção às drogas traria ótimos resultados. Diz que os atuais projetos de prevenção às drogas estão muito acanhados e embrionários. Acredita que a rotina da PM pode perfeitamente adequar à prevenção das drogas através de seminários, debates, etc.

RESUMO DA ENTREVISTA DA Dr^a HELLEN CRISTINA VASCONCELOS - COORDENADORA DO PROJETO ESCOLA SEM DROGAS DA POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS

A Dr^a Hellen em sua entrevista afirma que o problema das drogas é uma constante preocupação por parte dos organismos sociais, e que Goiás, por estar na rota do tráfico, aumenta o consumo entre os jovens. Ela acredita na política de prevenção desde que seja séria e competente.

Assevera a entrevistada que a responsabilidade pela prevenção das drogas é uma atribuição de todos, perante a Lei nº 6.368/76, e não há organismos excluídos, razão porquê a Polícia Civil está investindo na prevenção de drogas.

Atualmente o projeto é desenvolvido pela Superintendência da Academia de Polícia Civil e o principal objetivo do Escola Sem Drogas é levar informações sérias e corretas quanto ao uso e abuso de substâncias que causem dependência.

Arrazoa a representante da polícia goiana que o projeto existe há 04 (quatro) anos, tem 11 (onze) componentes, que o projeto é dignificante e bonito, por poder prevenir que jovens venham a se tornar delinquentes.

A opinião da delegada é que a Polícia Militar tem todas as chances de atuar na prevenção de drogas, desde que feito por quem não esteja diretamente ligado à repressão. Finaliza colocando-se à disposição para qualquer informação necessária e também para formação e qualificação de profissionais da área, caso venha a Polícia Militar precisar.

PROPOSTAS

O nosso trabalho teve por objetivo demonstrar em todos os aspectos a conveniência e participação da Polícia Militar na prevenção às drogas. Essa é uma atividade gratificante e social, que busca não só o engajamento das autoridades, mas de todos. E a PM, como um órgão de defesa social, restou mostrado não poder ficar alheia a essa causa.

As pesquisas realizadas pelo PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), de São Paulo, no ano passado, sinalizam todas as possibilidades, viabilidade e possibilidades; entre os pontos positivos, podemos destacar:

- redução da oferta de drogas nas escolas;
- aumento da segurança;
- reforço do aluno em dizer não às drogas;
- melhora da imagem da Polícia Militar perante o público externo;
- aceitação integral do PROERD nas escolas e nos comandos da área;
- possibilitou, quando de sua implantação em São Paulo, à Academia do Barro Branco, isso aos alunos oficiais do último ano, maior contato com o público externo e exercício do magistério.

Esses e outros que estão inclusos na pesquisa reforçam a tese da possibilidade de participação. Assim, a nossa proposta é:

1) Inclusão de uma disciplina referente às drogas em todos os currículos da Corporação, isso do curso de soldado até o CFO, com no mínimo 20 h/a, onde o aluno vai aprender a desmitificar o assunto, conhecendo não só as drogas em si, mas as formas de prevenção, tratamento, recuperação e repressão. Nada justifica uma participação e mudança a médio e longo prazo sem uma preparação técnico-profissional. Ressalte-se, pois oportuno, que essa disciplina bem como o curso de instrutor da matéria, faz parte do currículo do 4º ano da Academia Militar das Agulhas Negras do Exército Brasileiro;

2) Convênio com a UFG, onde já existe através do CER/UFG (Centro de Estudos Regionais) da Universidade Federal de Goiás, dois cursos anuais, destinados ao público externo, sobre toxicomania e marginalidades, para que policiais militares frequentem o curso, a nível de extensão;

3) Implantação do PROERD/PMGO, através de um convênio, firmado entre a Polícia Militar de São Paulo e a Polícia Militar de Goiás, sendo que essa ficaria responsável pela preparação dos primeiros instrutores, o material didático a ser utilizado e gastos aqui, seriam por conta da nossa Corporação.

Esse projeto de prevenção de drogas, inicialmente, seria aplicado em caráter experimental em Goiânia, formando um Grupo de Instrutores (no mínimo 9), composto por oficiais e praças.

Como prevê o próprio projeto de São Paulo, só após 01 (um) ano da aplicação do PROERD nas escolas e conforme pesquisas elaboradas, é que os instrutores passariam para um segundo curso que os habilitaria a

serem multiplicadores do programa, aí sim poderíamos difundir-lo pelas demais regiões do Estado de Goiás.

Ressalta-se que a implantação do projeto em outra Corporação não inclui custos como diária dos instrutores que virem, despesas com viagens e outras, isso é financiado pela própria Corporação que os manda, a idéia do PROERD é sua difusão em todos os Estados, assim como está sendo implantado em Mato Grosso do Sul e na Brigada Militar no sul do país.

Caso a implantação do PROERD venha ser uma realidade entre nós, o melhor local e destinação é que seja uma seção apêndice da PM/5, sendo que a chefia do programa, sendo o seu coordenador o chefe da PM/5, o qual ficaria responsável pela efetivação do programa, palestras extras, campanhas e toda a assessoria ao Comandante Geral na política de prevenção de drogas e convênios com a Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais e empresas privadas.

CONCLUSÃO

Na medida em que a sociedade se moderniza, evoluem os problemas afetos à complexa dinâmica da convivência social. Emerge, portanto, deste contexto a necessidade de fortalecer as agências do controle social, objetivando gerir, de forma mais harmoniosa e pacífica possível, as relações sociais entre os diversos indivíduos de uma sociedade.

De uma forma geral, as organizações policiais encarregadas legalmente de prover a segurança pública enfrentam os mais diversos tipos de problemas, abrangendo desde simples desentendimentos havidos entre os integrantes da comunidade, até o enfrentamento dos crimes mais violentos que, por sua natureza, geram na população ordeira uma grande sensação de insegurança.

Destaca-se, neste contexto, a questão do uso de drogas, despontando no cenário nacional da criminalidade como delito de difícil trato, em razão de sua complexidade dinâmica e da intrigante relação existente entre o traficante e o usuário, acrescido do fato de autoridades deste país manifestarem-se, hoje, pela “descriminalização”, “legalização”, etc.

O Estado de Goiás, apesar de ser um Estado modesto e com uma população ainda com costumes tradicionais e resguardando um pouco de suas raízes tradicionais, já desponta entre as capitais com altíssimos índices de criminalidade violenta; nossos presídios estão superlotados, nossas crianças cheiram cola nas ruas, a pobreza campeia, junto às favelas a miséria, a criminalidade e as drogas fazem parada em nosso Goiás; segundo dados da PF/Regional Goiás, a nossa região Centro-Oeste foi a primeira colocada no ano passado em apreen-

são de cocaína, superando inclusive a Região Sudeste, que inclui São Paulo e Rio de Janeiro. Isso não é um dado preocupante? A Vara Criminal de Tóxicos (3ª) já conta com mais de 3 mil processos nos anos de 95 até essa data. Isso é um dado preocupante.

A atuação efetiva da Polícia Militar, da forma como vem sendo conduzida, não tem priorizado a prevenção, nossa única arma contra o crime de drogas; por outro lado temos feito uma prevenção “cinza”, sem expressão. Essa ausência de programas preventivos não é uma exclusividade da PM; a escola, que por dever legal da Lei 6.368/76 deveria ter um programa especial, nunca conseguiu sair do papel.

O nosso trabalho e a pesquisa do PROERD/SP e a efetuada por nós, realça e reforça a necessidade de projetos preventivos, tendo em vista que o uso de drogas já é uma realidade na nossa escola. As autoridades por nós entrevistadas reforçam a tese que o problema das drogas começa muito cedo, ou seja, na faixa da pré-adolescência e adolescência, como os mais suscetíveis às pressões iniciais ao uso.

A ausência de programas pelos governos e autoridades responsáveis pelo setor são outras colocações emergidas pelos entrevistados. Aliado a isso, ressaltam o despreparo dos professores para lidarem com essa questão. Assim, podemos concluir que nosso alunado, em Goiás, hoje em torno de 874.137 alunos, segundo o Censo 96, e que abrange o ensino pré-escolar, fundamental e médio, estão à mercê do ofertante de drogas, são usuários empotencial.

Ainda é preciso que a instituição atente para o fato de que uma atuação na repressão às drogas encontra-se em face das suas atribuições constitucionais (como polícia ostensiva e de preservação da ordem pública), no campo da competência residual (art. 144, § 5º da Constituição Federal), muito embora entendam algumas autoridades que a investigação, com a finalidade de prevenção ao crime, é também atribuição legal da Polícia Militar, para a preser-

vação da ordem pública. Cabe-lhe, portanto, a adoção de medidas preventivas no trato da criminalidade em geral, especialmente na questão do uso indevido de drogas.

o aumento do uso das drogas e sua ligação com outras criminalidades,
 Em face do ~~elenco~~ ^{elenco} acima, urge que novas alternativas

sejam buscadas, objetivando a adequação das características da polícia ostensiva à promoção de medidas eficazes à prevenção às drogas, permitindo ainda a participação de outros órgãos públicos, em parceria de responsabilidade nessa área, bem como promover uma perfeita integração entre a polícia e a comunidade.

Pudemos perceber na pesquisa bibliográfica a farta seara de argumentos que possibilitam a nossa participação na prevenção das drogas, argumentos que vão desde o caos que a droga trás para a juventude, seu desvirtuamento e a incompleta imprestabilidade para o organismo social, até os legais estatuídos pela lei de tóxico, Conselho Estadual de Entorpecentes e a final, nossa Lei Maior, a Constituição Federal, quando diz que a segurança é dever de todos.

Outro argumento favorável é a existência de um programa preventivo de drogas, que já vem dando certo desde 1983, quando foi implantado nos EUA, na cidade de Los Angeles, e no Brasil desde 1992, quando foi implantado na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e posteriormente na Polícia Militar de São Paulo, e atualmente em fase de implantação na PMMS e PMRS.

Os resultados do PROERD nesses Estados foram bastante positivos e até que se prove em contrário, conforme as pesquisas realizadas, inclusive pela UFRJ, conseguiram reduzir a demanda do consumo de drogas e aumentarem a segurança nas escolas. Isso é muito importante.

Aliado também a isso, a imagem da Polícia Militar melhorou sensivelmente entre o universo escolar; a polícia passou a ser vista de outra maneira que não seja só o repressivo, mas sobretudo preventivo.

9 Nossa pesquisa *realizada com* entre alunos, diretores e profissionais da Polícia Militar reforça todas as teses da possibilidade da participação da Polícia Militar na prevenção ao uso indevido de drogas e eles, num coro uníssono, mostraram-se favoráveis e acreditam que a nossa atuação funcionará como um redutor do consumo de drogas, principalmente entre as classes mais jovens.

Essa conclusão também é a mesma do atual Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, o Sr CEL PM RR Joneval Gomes de Carvalho, assim como do eminente Dr Jamil Issy, toxicólogo da UFG, Dr Passerine da Polícia Federal, da Secretária Estadual de Educação, Dr^a Terezinha Vieira, e da Coordenadora do Projeto Escola Sem Drogas. Essas opiniões nos imprimem uma carga grande de responsabilidade e também de impulso para que nos embrenhemos nessa luta contra as drogas.

Ao final, sugerimos ao Comando da Corporação para que estabeleça um convênio com nossa co-irmã de São Paulo e implantemos na PMGO o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), experimentalmente e não apenas como mais um apêndice de atividade, mas com reais propostas de reduzir a demanda das drogas em nosso Estado.

Resta, então, a gratidão àqueles que direta ou indiretamente auxiliaram para que o objetivo dessa monografia fosse atingido e despertasse a consciência entre nós, policiais militares, para a problemática do uso e abuso das drogas.

Sem mais delongas, agradecemos a todos que se preocupam, ainda que no anonimato, com o problema das drogas e sua redução no seio da sociedade; sabemos que é uma tarefa difícil e às vezes ingrata, mas todos devemos nos responsabilizarmos por uma humanidade melhor e com qualidade de vida.

Amém, ~~se~~ ainda que todos nós. a certeza de que o assunto não está esgotado, concluímos essa monografia, com a ~~certeza~~ expectativa de que as indagações iniciais foram respondidas, no sentido de que a Polícia Militar de Goiás, tem todas as possibilidades de atuação preventiva face

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ver DBNT

1. ALMEIDA COSME, Rubens de. A Escalada dos Tóxicos. Revista PMERJ. Rio de Janeiro: PMERJ, 1984.
2. ALMEIDA, Klinger Sobreira de. Mensagens Profissionais: Polícia e Violência. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.
3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. DOU, Brasília: 1988 *Idem*
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde/SNAS. Normas e procedimentos na abordagem do abuso de drogas. Brasília, 1991, 43 p.
5. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Diretrizes para uma política educacional de prevenção ao uso de drogas. Brasília, 1994.
6. BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa Nacional - GRUPAD. Seminário: violência, drogas e porte de armas. Brasília, 1996, 259 p.
7. BERGERET, J. Leblanc J. et al. Trad. de Maria Tereza Baptista. Toxicomania - uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

8. BUCHER, Richar. Drogas: o que é preciso saber para prevenir. 3^a ed. São Paulo: IMESP, 1993.
9. CAMARGO, Robinson Bueno de. Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD. São Paulo: ~~1996~~ MIMEO, 1996. *CAOLAB, Monografia, mimeo, 1996*
CAOLAB, Monografia, mimeo, 1996
10. CARVALHO, Salo de. A Política Criminal de Drogas no Brasil. Rio de Janeiro-RJ: Luan Editora Ltda, 1996.
11. III CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍCIAS MILITARES. Anais. Campo jurídico. Belo Horizonte: 1997, ~~vol.~~ ^{v.} 2, 127 p. J.
12. DE ANDRADE, Arthur Guerra, NICASTRI, Sérgio, TONGUE, Eva. Drogas - atualização em prevenção e tratamento. São Paulo: Loyola, (1994?). *Assembleia Legislativa*
13. GOIÁS. Constituição do Estado de Goiás. Goiás: 1989.
14. GRECO FILHO, Vicente. Tóxicos, prevenção - repressão. 7^a ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
L(1) HARAZIN, DORRIT. A CRUA REALIDADE DO ALCOOLISMO. Revista VEJA, ano 30, n. 24, p. 69, 1997. Ed. 1497. Maio 1997
15. ISSY, Jamil, PERILLO, Luís A.. Drogas: causas - efeitos - prevenção. Goiânia: Gráfica Nacional, 1996.
16. LAZZARINI, Álvaro, TÁCITO, Caio et al. Direito Administrativo da ordem pública. Rio de Janeiro: forense, 1986.
17. LAPATE, Wagner, FUNA, Romer. Educação para a vida - DROGAS. Curitiba: ~~1994~~ *Monografia, 1994*.
17. MEIRELES, Amauri. Quadro de emprego da PM. O Alferes, n. 4, 1984. *n. 4*
LEITE, Virginia. SOLDADO DO RÔ. Revista VEJA, ano 30 n. 25, p. 102, 1997. Ed. 1499, Junho 1997. Prigraf 102

18. MEIRELES, Amauri. A Síndrome da Violência Urbana. O Alferes, n.º 07, 1985.
19. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Manual de Polícia de Repressão às Drogas de Abuso. Brasília-DF: Gráfica e Editora PREMIER, 1992.
20. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Legislação sobre entorpecentes no Brasil. Brasília-DF: Gráfica e Editora PREMIER, 1992.
21. MURAD, José Elias. O que você deve saber sobre drogas. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1992.
22. NAHAS, Dr. Gabriel. A maconha ou a vida. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.
23. NOTO, Ana Regina, NAPPO, Solange et al. III Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras 1993, São Paulo, Departamento de Psicologia / Escola Paulista de Medicina, São Paulo: 1994.
24. NOTO, Ana Regina, NAPPO, Solange et al. III Levantamento sobre o uso de drogas entre meninos em situação de rua em cinco capitais brasileiras 1993, São Paulo, Departamento de Psicologia / Escola Paulista de Medicina, São Paulo: 1994.
25. OLIVEIRA, Geraldo Alves. A Prevenção ao uso ilícito de Entorpecentes e

d a a
Drogas Afins e Ação da PM. CSP/90, Minas Gerais: MIMEO, 1990.

Monografia mimeo 169

1990?

Minas Gerais: CSP/1990, Petrópolis: MIMEO, 1990

26. Prevenção ao abuso de drogas: perspectivas. São Paulo: (1992?) MIMEO,

Mimeo 72 p.

72 p.

e p
27. VISSOLTO, Salete Maria. A Droga, a Escola e a Prevenção. 2ª ed, Petrópolis: Vozes, 1988.

e
28. VISSOLTO, Salete Maria / SEGANDREDO, Cléa Ana. Drogas, questões para educadores. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

ANEXO I
APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS CMT DE BATALHÃO DA ÁREA CPM/CPI

1) Vossa Senhora possui em sua OPM serviço de ronda escolar?

Sim Não

2) Existe dispositivo legal que obrigue a Polícia Militar, como componente do Poder Público, a participar, não só da repressão, mas também da prevenção ao uso indevido de drogas?

Sim Não

3) A sua OPM possui algum programa preventivo ao uso indevido de drogas aplicado em escolas?

Sim Não

4) Como é feita a prevenção ao uso indevido de drogas na área de sua OPM?

Um PM de ronda escolar faz palestras e mostra drogas aos alunos

As escolas desenvolvem programa próprio com professores especializados no assunto

Não é feito nenhum trabalho preventivo

5) Vossa Senhoria já ouviu falar no PROERD (Programa Educacional de Resistências às drogas), o qual é aplicado, experimentalmente, pelas PM de São Paulo e Rio de Janeiro em escolas desses Estados?

Sim Não

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS DIRETORES E PROFESSORES DE ESCOLAS DA CAPITAL

1) A sua escola tem problemas com oferta de drogas aos alunos?

Sim Não

2) Caso positivo, os professores estão preparados para passar informações úteis aos alunos, que os ensinem a resistir às pressões exercidas por usuários e traficantes de drogas?

Sim Não

3) Seus alunos estão preparados para resistirem às pressões de colegas ou traficantes no sentido de experimentarem drogas?

Sim Não

4) Como é feita atualmente a prevenção ao uso de drogas em sua escola?

Há professores especializados para ministrar aulas sobre o assunto.

Não é feito nenhum trabalho preventivo.

5) Você já ouviu falar no PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), o qual é aplicado em algumas escolas de São Paulo e Rio de Janeiro?

Sim Não

6) Você gostaria de ter em sua escola um programa preventivo, onde se ensinasse o jovem a resistir às pressões exercidas pelas drogas, onde ele aprendesse não só a resistir às pressões, mas como dizer **não**, de uma maneira definitiva e eficaz aos colegas usuários e aos traficantes?

Sim Não

7) Com relação a sua concepção de imagem da PM, como prestadora de serviço à comunidade e também responsável pela prevenção ao uso indevido de drogas, a sua opinião é:

Boa Regular Péssima

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS PM DA ÁREA CPM/CPI

PÚBLICO: Interno

1. Você conhece algo sobre drogas?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Razoável
------------------------------	------------------------------	-----------------------------------

2. Você tem consciência do perigo das drogas?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Razoável
------------------------------	------------------------------	-----------------------------------

3. Alguma pessoa já conversou com você sobre as drogas? Caso afirmativo, qual o meio?

4. Você já experimentou alguma das drogas abaixo?

<input type="checkbox"/> álcool	<input type="checkbox"/> tabaco	<input type="checkbox"/> maconha	<input type="checkbox"/> cocaína	<input type="checkbox"/> outras	<input type="checkbox"/> nenhuma
---------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	----------------------------------

5. Você é dependente/viciado em alguma droga? Em caso afirmativo, qual?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

6. Você conversa sobre droga na sua família?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

7. O que você acha da PM atuar na prevenção das drogas?

8. Você acredita que esta também é uma obrigação da PM?

9. Você, como policial, tem alguma formação sobre a área de tóxicos?

10. Você acredita que no currículo dos cursos da PMGO deveria haver uma disciplina que tratasse abertamente do assunto TOXICOMANIA?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

11. Qual sua opinião sobre a criação de um projeto de prevenção ao uso e abuso das drogas nas escolas, pela PMGO?

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA CAPITAL

Escola: _____ Sala: _____

Turma: _____ Idade: _____ Grau de escolaridade/série: _____

PÚBLICO: Externo (Não precisa se identificar)

1. A sua escola tem problemas com ofertas de drogas aos alunos?
 Sim Não
2. Você conhece algo sobre drogas?
 Sim Não Razoável
3. Nessa escola alguém já o orientou sobre as drogas e seus malefícios?
 Sim Não
4. Nessa escola existe algum programa sobre prevenção ao uso de drogas?
 Sim Não
5. Seus pais conversam com você sobre drogas?
 Sim Não
6. Você se sente seguro para dizer “não às drogas”?
 Sim Não
7. Você já foi tentado/convidado a experimentar algum tipo de droga? Em caso afirmativo, qual?
 Sim Não Alguma vez

8. Você sabia que o álcool e o cigarro são drogas? E perigosas?
 Sim Não
9. A prevenção das drogas lhe interessa?
 Sim Não
10. Você é favorável à implantação de um programa preventivo ao uso de drogas nessa escola?
 Sim Não
11. Qual a sua opinião sobre um policial (fardado ou não) falar sobre drogas para você?

12. Você é dependente/viciado em drogas? (caso afirmativo, indique qual droga)

13. Você fuma?
 Sim Não
14. Faz uso de bebidas alcoólicas regularmente ou nos finais de semana?

I

APÊNDICE II

IMPRESSO EXPLICATIVO SOBRE O PROERD ENCAMI- NHADO À POPULAÇÃO-ALVO

O QUE É PROERD

É um programa desenvolvido pelas Polícia Militar e Secretaria da Educação com o objetivo de prevenir o uso indevido de drogas entre os jovens.

O PROERD tem por base o projeto DARE (Drug Abuse Resistance Education), implantado em 1983 em Los Angeles (EUA) pelos Departamento de Polícia e de Educação daquela cidade. Hoje o DARE estende-se aos 50 estados americanos e a países como Austrália, Nova Zelândia, México, Canadá e Porto Rico.

COMO O PROERD É DESENVOLVIDO?

O PROERD é aplicado em escolas das redes pública e particular de ensino, destinando-se a adolescentes. Durante 17 aulas, ministradas ao longo de um semestre letivo, policiais desenvolvem o conteúdo do programa, com auxílio de uma cartilha.

A conclusão do programa é marcada por uma solenidade, quando são entregues diplomas aos alunos participantes. Também são promovidas reuniões dos policiais instrutores com pais e professores das escolas.

QUAL É O CONTEÚDO DAS LICÇÕES?

As aulas ajudam os adolescentes a reforçar sua autoestima, lidar com estresses, prever conseqüências, resistir às mensagens pró-drogas da mídia, identificar alternativas ao uso de drogas e resistir às pressões dos grupos. Uma das lições aborda as formas de oferecimento de drogas e as opções para enfrentá-las. Uma outra lição destaca aspectos relacionados com a segurança pessoal.

Informações adequadas sobre drogas lícitas e também ilícitas são ainda proporcionadas aos adolescentes.

POR QUE A POLÍCIA MILITAR ATUA NA PREVENÇÃO DE DROGAS?

Inicialmente, porque essa atividade é uma de suas atribuições constitucionais. Além disso, as drogas não podem ser enfrentadas apenas através da repressão policial, que só consegue reduzir a oferta. É também preciso, através da prevenção, cuidar da demanda (procura) pelas drogas, para aumentar as chances de sucesso no enfrentamento da questão.

Diversas outras polícias fardadas do mundo atuam na prevenção de drogas. O PROERD é um programa para ser aplicado por policiais brasileiros em escolas e não invalida qualquer outro programa de prevenção dirigido aos jovens.

A prevenção, na realidade, é uma atribuição da Polícia Militar, que necessita da indispensável parceria da comunidade. Só assim conseguiremos manter nossas crianças longe das drogas.

QUAL É A HABILITAÇÃO DOS POLICIAIS INSTRUTORES?

Os policiais que atuam no PROERD são voluntários. Uma vez selecionados, esses profissionais são treinados com a participação de técnicos das áreas de educação e saúde e de especialistas ligados ao tema.

COMO AS ESCOLAS PODEM PARTICIPAR?

Depende do interesse da própria escola.

No caso das estaduais, a Secretaria do Estado de Educação indica as escolas interessadas à Polícia Militar.

Tratando-se de escolas municipais, é necessário um acordo formal entre a administração municipal e a Polícia Militar, para a implantação do PROERD no Município. Em seguida, a Secretaria Municipal de Educação indica as escolas à Polícia Militar.

No caso de rede particular, também são necessários acordos formais com as escolas interessadas, que deverão contactar diretamente com a Polícia Militar.

ROTEIRO BÁSICO PARA AS QUATRO ENTREVISTAS

1. A questão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas no Estado de São Paulo.
2. As políticas públicas na questão das drogas.
3. Faixa etária provável de maior susceptibilidade ao contato com as drogas.
4. O trabalho desenvolvido pelo CONEN junto às escolas.
5. Política de prevenção ao uso indevido de drogas e resultados
6. As vantagens e desvantagens na implementação de um programa de prevenção ao uso indevido de drogas desenvolvido pela Polícia Militar

A N E X O T T
APÊNDICE III

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

ENTREVISTA COM O Dr JAMIL ISSY

**(Toxicologista, Farmacêutico e autor do Livro: Drogas, Causas e Efeitos,
Prevenção)**

1. Qual a sua avaliação sobre os problemas afetos a questão ao uso indevido de drogas no Estado de Goiás?

Infelizmente, minha avaliação a respeito do uso indevido de drogas em Goiás é de muita apreensão, uma vez que, mesmo não contando com estatísticas confiáveis, percebemos por tudo que vimos estudando e observando, existe um aumento desse uso abusivo, não apenas na quantidade mas também quanto a variedade de substâncias que têm sido absorvidas entre os usuários.

2. As políticas públicas no campo de prevenção ao uso indevido de drogas têm sido eficazes?

Políticas públicas no campo da prevenção ao uso de drogas em nosso Estado tem se mostrado muito tímidas. O que se observa é que órgãos públicos não têm se envolvido nesta questão. Exceção honrosa e que eu destaco com muita ênfase é o trabalho nesse sentido que tem sido realizado pela Academia de Polícia Civil, com o Projeto “Escola Sem Droga”. No mais, qualquer esforço neste campo tem sido de pessoas ou entidades particulares.

3. Qual a faixa etária de maior preocupação, dentro da política de prevenção em relação a esta o jovem mais suscetível às pressões iniciais de oferta de drogas?

A faixa etária de maior preocupação entre os jovens está estabelecida entre 12 e 18 anos. Evidentemente, devemos considerar um fator de muita importância e que diminui sensivelmente esta faixa etária que é o uso de substâncias inalantes como colas, esmaltes, cetona, tiner, benzina, etc., que tem atingido crianças desde 4 anos de idade. Hoje há uma preocupação muito grande dentro das escolas ou entre grupos de jovens, de vez que o que se está observando é a oferta das primeiras doses de drogas pelo melhor amigo, pelo namorado ou namorada, enfim, por quem se tem um bom relacionamento de amizade e companheirismo.

4. Quais projetos de prevenção que o Sr conhece? E qual a sua avaliação deles?

O principal projeto de prevenção que nos chama a atenção e cuja avaliação é muito boa é o Programa “Escola Sem Drogas”, da Polícia Civil do Estado. Temos também outros organismos que estão trabalhando na prevenção e entre eles destaco o “Amor Exigente” e trabalho executado pelo grupo dos “Jovens Livres”, que antes só agia na recuperação e que hoje trabalha também preventivamente.

5. O Sr acredita na redução ao uso de drogas através de projetos de prevenção?

Tenho repetido há muitos anos ser a prevenção o melhor caminho para a redução ao uso indevido de drogas. Prevenir é chegar primeiro, é não deixar que as pessoas comecem a usar drogas. Isto é perfeitamente factível com um custo que se aproxima de zero, enquanto a recuperação é cara, difícil e de resultados nem sempre muito apreciáveis. Gostaria aqui de deixar um conceito sobre o assunto que reputo de muita importância: “Prevenir o uso de drogas não é tentar acabar com elas, mas sim preparar-mos para enfrentar o problema que elas representam”.

6. Qual sua opinião sobre a Polícia Militar de Goiás implementar um projeto de prevenção ao uso indevido de drogas?

A implantação por parte da Polícia Militar de um projeto de prevenção ao uso de drogas me daria uma satisfação muito grande, pois o policial militar tem já uma vocação preventiva a qualquer tipo de delito e sua intervenção nesse campo das drogas

seria uma complementação de sua atividade e de valia inestimável ao nosso Estado e sua população. Ela seria pois, ao meu ver, muito bem vinda e com meu integral apoio.

7. Que relação direta com a criminalidade existe no consumo e uso das drogas?

A relação da criminalidade com o uso de drogas é um fato inconteste e as ocorrências das Delegacias de Polícia demonstram claramente tal situação.

8. Sugestões (se houver).

Como sugestão, gostaria de propor a preparação técnica de policiais militares, previamente selecionados, para atuarem na área de prevenção primária ao uso de drogas, o que, com certeza, concorreria para a diminuição da criminalidade entre nós. Finalmente, apresento-lhes a minha disponibilidade entusiástica para ajudar neste mister.

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

ENTREVISTA COM A Exm^a Sr^a Dr^a TEREZINHA VIEIRA
(Secretária Estadual de Educação do Estado de Goiás)

1. A Sr^a tem dados e informações em que nível se encontram os problemas relacionados às drogas nas escolas?

No momento, esta Secretaria não dispõe de dados sistemáticos sobre o nível de problemas relativos a drogas nas escolas estaduais.

2. A Secretaria de Educação do Estado tem algum projeto de prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas? Algum convênio com entidades para erradicação da droga nas escolas?

Para enfrentar o problema, esta Secretaria, através da Superintendência de Ensino Fundamental e Médio, incluiu nos programas curriculares oficialmente adotados na rede pública estadual a abordagem deste tema, conforme comprovam os documentos em anexo. Até a presente data não existe nenhum convênio com outras entidades para erradicar o uso de droga.

3. A prevenção das drogas nas escolas é uma preocupação governamental a nível Federal, Estadual e Municipal ou simplesmente esse é um problema de polícia?

Consideramos que a preocupação com esta causa deve ser de todos os segmentos da sociedade: Igreja, instituições governamentais e não-governamentais.

4. O professor, hoje, esta preparado para falar e lidar com as drogas nas escolas? Sim ou não, por que?

Na medida do possível, a Superintendência propõe cursos que capacitam professores para a implantação dos programas curriculares e este tema é abordado na relação interdisciplinar.

5. Qual a opinião da Sr^a sobre policiais atuarem na prevenção das drogas nas escolas?

Julgamos que, quanto mais a sociedade se preparar na conjugação de esforços para combater as drogas, mais cedo iremos minimizar este problema.

6. A Sr^a acredita que o policial seja um elemento estranho na escola?

Não, desde que o policial esteja devidamente preparado para este convívio e que este saiba transmitir segurança no desempenho de sua função.

7. Qual o número de alunos matriculados no Estado de Goiás e a quantidade de Escolas Estaduais, se possível por séries?

O censo de 1996 indica que o número de alunos na pré-escola é de 49.114; no ensino fundamental (1^a a 8^a séries) 648.485 alunos; e no ensino médio 139.938 alunos.

Temos 953 escolas que ministram a educação pré-escolar; 1299 escolas que ministram o ensino fundamental e 421 escolas que ministram o ensino médio.

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

ENTREVISTA COM O Sr CEL PM RR JONEVAL GOMES DE CAR-
VALHO

(Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás - Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes)

1. Em que nível se encontram os problemas afetos à questão do uso indevido de drogas no Estado de Goiás?

O problema relacionado ao uso de drogas é a cada dia mais preocupante em nosso Estado.

O uso está intimamente ligado à oferta e nesse campo a demanda tem sido cada dia maior.

Goiás, em razão de sua posição geográfica estratégica, tem se constituído em uma rota favorável ao tráfico para alimentação de outros centros de consumo, como Brasília e outros grandes centros, o que de certa forma alimenta também o consumo interno.

2. Existe algum projeto a nível de Secretária/Governo, para se desenvolver uma estratégia no sentido de reduzir o uso de drogas?

A rigor, o trabalho visando a redução do uso indevido de drogas e substâncias entorpecentes em nosso Estado passa primeiro pelo trabalho das instituições policiais: PM, PC, PF e PRF, no campo repressivo.

No campo da prevenção dispomos de um projeto, criado e desenvolvido pela Polícia Civil, denominado de “Escola Sem Drogas”, que vem desenvolvendo um bom trabalho nesse sentido.

Esse projeto funciona no campo da conscientização em escolas, entidades públicas e privadas, alertando as pessoas do mal que representam as drogas em geral.

3. O Sr acredita que a prevenção é o melhor remédio para diminuir os problemas relacionados com os tóxicos?

Sem dúvida alguma que a prevenção ainda é o melhor remédio, porém, uma repressão eficiente contribuiria para o sucesso do empreendimento.

4. Qual a opinião do Sr sobre a Polícia Militar do Estado de Goiás criar um programa de prevenção ao uso de drogas?

Considero boa a idéia, aliás a PM de Goiás já deveria ter um projeto nesse sentido em funcionamento.

Quanto mais pessoas tivermos nessa luta, melhor para a conquista dos objetivos.

5. O que justificaria essa criação, tendo em vista que historicamente e polícia age na repressão?

Na verdade a PM não deve atuar apenas na repressão, muitas vezes até mal interpretada.

A missão da PM deve ser sempre que possível preventiva, também no caso das drogas.

Por outro lado a PM é basicamente a única instituição policial presente em todos os municípios do Estado, constituindo-se em um importante fator multiplicador dos efeitos nefastos do uso de drogas e entorpecentes.

6. Que relação direta com a criminalidade existe no consumo e uso das drogas?

O uso e tráfico de drogas estão intimamente ligados à criminalidade, não só em razão de seus efeitos após o consumo, quanto aos meios empregados para obtê-la.

Estão por trás do consumo boa parte dos crimes ligados à criminalidade organizada, dentre os quais podemos citar:

- roubo a banco;
- jogo do bicho;
- seqüestro - extorsão;
- homicídio - pistolagem;
- agiotagem;
- outros.

7. Sugestões (se houver)

- Desenvolvimento de uma campanha a nível de polícia, estimulando a repreensão do comércio de drogas em nosso estado, numa verdadeira cruzada nesse sentido;
- criação de núcleos preventivos nas unidades da PM, como multiplicadores de idéias contra o uso de drogas.

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

ENTREVISTA COM O Dr DOMINGOS LUIZ PASSERINI
(Delegado do DPF/GO)

1. Em que nível se encontram os problemas afetos à questão do uso indevido de drogas no Estado de Goiás?

Goiás, a exemplo das outras Unidades da Federação, tem enfrentado sérios problemas com o famigerado problema das drogas. Acentuo que não é privilégio dos goianos, contudo, o problema existe e em grande escala, notadamente, porque o Estado de Goiás se localiza geograficamente em posição estratégica (central), servindo, dessa forma, até mesmo como simples passagem dos narcotraficantes que operam em outras Unidades da Federação e até mesmo com o exterior.

2. Em razão das últimas apreensões de drogas ilegais no Estado, poderíamos considerar Goiás como uma rota do tráfico/

Sim, como já dito, Goiás está localizado estrategicamente no centro do país, e faz fronteira com Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e está próximo a Rondônia, portas abertas para, sem quaisquer óbices, adentrar à Bolívia e ao Paraguai, que são países produtores em grande escala de cocaína e maconha.

3. Que relação direta esta Delegacia vê das drogas com outros tipos criminais?

Claro que a droga é um componente virtual que estabelece o nexos entre outros tipos criminais. Tudo gira em torno das drogas. É sabido que criminosos usam-na para encorajar seus ânimos, notadamente a cocaína, que é comumente conhecida como “a droga da coragem”.

4. Existe no DPF/GO algum projeto de prevenção ao uso indevido de drogas? E a nível de Brasil?

Sim, é política do Departamento de Polícia Federal, e em especial, desta Superintendência, que através desta especializada, vem promovendo a prevenção através de um trabalho educativo. Nós não podemos somente atuar na repressão. A conscientização da sociedade é imprescindível. Por isso, encetamos palestras em igrejas, comunidades evangélicas, escolas, setores ligados à segurança, entidades de classe de bairro, explicando a desestabilização sócio-familiar que o uso e o tráfico de entorpecentes provocam. Contudo, entendo que esta postura está aquém das expectativas e deveria ser mais agressiva, inclusive, a níveis governamentais.

5. Quais os números do tráfico ou uso de drogas no Brasil e no Estado de Goiás que esse DPF/GO tem nos últimos anos/

É assustador. O tráfico tem crescido potencialmente e o Estado já experimenta seus efeitos, tidos pela degradação moral da juventude, ressalte-se, esperança da nação. Não há uma política dirigida ao combate e ao uso indevido a não ser a repressão cotidiana dos órgãos de segurança que também sentem-se impotentes, diante da falta de recursos, pessoal e reaparelhamento de seus meios, adequando-os à realidade nacional.

6. Se fosse feita uma política de prevenção ao uso indevido de drogas, com resultados eficazes, teríamos como consequência o enfraquecimento da oferta de drogas, pela redução da demanda de consumo?

É óbvio que se fosse feita uma política mais agressiva no tocante à prevenção ao uso indevido das drogas, demonstrando entre outras circunstâncias que esta não é somente um “pecado”, mas sim algo que significa **perigo iminente de vida**, conclamando a todos os seguimentos da sociedade a engrossar fileiras, fatalmente, experimentaríamos um resultado mais eficaz. Nem digo pelo enfraquecimento da oferta tida pela redução da demanda. É um trabalho preventivo e como tal depende da colaboração de todos, inclusive do Governo.

7. O Sr conhece algum projeto de prevenção ao uso de drogas, desenvolvido por alguma instituição policial civil ou militar? Caso afirmativo, qual sua avaliação desse trabalho?

Sim, o próprio Departamento de Polícia Federal e as polícias militar e civil tem alguns projetos de prevenção e repressão ao uso das drogas. Eu diria que se mostram ainda embrionários e acanhados. Aliás, é bom ressaltar que a maior preocupação dos dirigentes/comandantes destas Instituições, está voltada inicialmente ao preparo e a conscientização de seus homens, porque são exatamente eles que irão divulgar, educar, conscientizar e reprimir o uso indevido. Temos que somente com o reaparelhamento do organismo de combate, notadamente, pela reciclagem de seus agentes, poderemos experimentar resultados satisfatórios. Contudo, esta situação na nossa avaliação é bastante sofrível.

8. O Sr acredita que esse trabalho preventivo do uso indevido de drogas, pode ser desenvolvido pela Polícia Militar?

A Polícia Militar já desenvolve um trabalho preventivo, e é bom ressaltar, de excelente qualidade. Os enhores comandantes das unidades, tanto central quanto periférica, têm demonstrado preocupação ímpar nesse tocante. Criaram verdadeiros exércitos a operar na prevenção, estendendo esse trabalho extra-caserna com o deslocamento de equipes, e monitoramento de grupos que a exemplo do DPF têm promovido um trabalho educativo também, em outros setores da sociedade.

A Polícia Militar é, sem dúvida, a mola-mestra desses programas, quer na prevenção, quer na repressão, que aliás atua sem censura, em que pese a falta de oportunidade de reciclagem e a especialíssima ausência de recursos.

Há que se enaltecer também os grupos religiosos que integram a Polícia Militar. Esses, com maior elasticidade e destaque, têm alcançado resultados positivos, por excelência no que tange à conscientização e prevenção ao uso de drogas, além da evangelização que aqui se afigura como um componente indubitavelmente positivo.

9. Sugestões (se houver)

Incluir na rotina da PM, seminários, debates, fóruns e até tornar matéria obrigatória nos centros de aperfeiçoamento a questão das drogas para que seja debatida como um todo e

não isoladamente, criando-se mistério e fantasias ao seu redor. O debate, a meu ver, traz resultados positivos, inclusive, para nortear a prevenção, o controle e a repressão contra esse mal que assola o universo.

Anexo, fazemos juntar planilhas demonstrativas dos níveis que se encontram os problemas afetos às drogas, bem como as estatísticas referentes aos anos de 95/96 e os respectivos gráficos demonstrativos pertinentes.

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

ENTREVISTA COM A Dr^a HELLEN CRISTINA
(Coordenadora do Projeto “Escola Sem Drogas”)

1. Qual a sua avaliação do uso das drogas no Estado de Goiás?

O uso de drogas no Estado de Goiás, como em todo o Brasil, é preocupante. Sempre temos notícias, através da mídia, que os jovens estão fazendo uso de drogas cada vez mais, e cada vez mais cedo.

Goiás é rota do tráfico ilícito de drogas, e isso proporciona o aumento crescente do uso entre os jovens.

2. As políticas públicas no campo da prevenção ao uso de drogas, tem sido eficazes?

Quando são feitas, realizadas e levadas a sério, são eficazes, pois atingem seu objetivo, que é o de prevenir, não instigando ou passando formas de se ter curiosidade para usar drogas.

3. Qual o motivo pelo qual a Polícia Civil passou a atuar na prevenção, tendo em vista que constitucionalmente não seria uma função dela?

Na lei nº 6.368/76, temos que a prevenção é dever de todos. A Polícia Civil, como parte efetiva da sociedade, trabalhando na busca da eluciação e autoria do crime, observando o crescente número de pessoas envolvidas com drogas e praticando crimes, resolveu trabalhar, também, na prevenção ao uso de drogas, porque devemos fazer não só o que nos é atribuído constitucionalmente, mas, para evitar a atuação de criminosos em nossa sociedade.

4. De onde surgiu o Projeto Escola Sem Drogas e qual o seu principal objetivo?

O Projeto Escola Sem Drogas na Diretoria Geral da Polícia Civil, e é desenvolvido na Superintendência da Academia da Polícia Civil. Seu principal objetivo é levar informações sérias e corretas quanto ao uso e abuso de substâncias que causam dependência física e/ou psíquica até a sociedade, principalmente aos jovens.

5. Há quanto tempo existe o projeto?

O Projeto Escola Sem drogas nasceu em 1993; portanto, existe há quatro anos.

6. Qual a quantidade de policiais empregados? E qual o grau escolar destes?

Atualmente, o projeto conta com 11 componentes. Todos têm curso superior completo. A coordenação está a cargo de uma delegada de polícia.

7. Existe uma estatística do atendimento do projeto desde a sua implantação até o presente momento?

Seim, existe estatística mensal e anual dos atendimentos realizados pelo projeto, desde seu início até o presente momento.

8. Qual a sua avaliação do projeto?

O Projeto é um trabalho muito bonito e dignificante, que, por trabalhar a prevenção, podemos levar as informações a quem não faz uso de drogas, e uma luz a quem faz uso de drogas.

9. É viável um projeto semelhante pela Polícia Militar? Em que a Polícia Civil poderá contribuir?

Sim, é viável um projeto de prevenção às drogas na Polícia Militar, desde que desenvolvido por pessoas qualificadas, com nível superior, e que não estejam

na rua efetuando prisões. A Polícia Civil pode contribuir na formação e qualificação das pessoas, ou seja, dos policiais.